UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

PARLAMENTO JOVEM E LETRAMENTO POLÍTICO: AS EXPERIÊNCIAS DE ARARAQUARA-SP E MATÃO-SP

Margareth Ribeiro da Silva

ARARAQUARA-SP

2026

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

PARLAMENTO JOVEM E LETRAMENTO POLÍTICO: AS EXPERIÊNCIAS DE ARARAQUARA-SP E MATÃO-SP

Margareth Ribeiro da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, da Universidade de Araraquara (UNIARA) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Linha Pesquisa: Dinâmicas territoriais, políticas públicas e vulnerabilidade social

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Ribeiro

ARARAQUARA-SP

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

S581p Silva, Margareth Ribeiro da.
Parlamento jovem e letramento político: as experiências de Araraquara-SP e Matão-SP/Margareth Ribeiro da Silva. –Araraquara: Universidade de Araraquara, 2026.
189f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento
Co-Orientador: Profa. Dra. Maria Lúcia Ribeiro

1. Cultura democrática. 2. Formação política. 3. Programa parlamento jovem. 4. Letramento político. I. Título.

CDU 577.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): **Margareth Ribeiro da Silva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.
Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO
Data: 30/03/2026 16:51:44-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Alessandra Santos Nascimento
UNIARA – Araraquara

Documento assinado digitalmente
GEOVANIA DA SILVA TOSCANO
Data: 30/03/2026 16:25:49-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Geovânia da Silva Toscano
UFPB – João Pessoa

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP 27 de fevereiro de 2026.

Dedico esse trabalho às duas mulheres que me transformaram na pessoa que sou: minha Mãe Thereza (in memorian) e minha Filha Natália – Engenheira Bailarina. Com elas aprendi a não desistir dos sonhos, a lutar por aquilo que acredito, a ter a coragem necessária para enfrentar o que a vida me traz. Também me ensinaram que, na vida como na dança, é preciso ter leveza. A vocês minhas amadas toda a minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Vou emprestar a poesia de Cora Coralina para esse momento: “Sou feita de retalhos. Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedações de outras gentes que vão se tornando parte da gente também”. Cada pessoa que está nesses agradecimentos são retalhos e fazem parte da minha vida.

Gratidão:

Ao Criador por me conceder a oportunidade de realizar esse sonho, que precisou ficar adormecido por quase quarenta anos, e por ter colocado todas as pessoas necessárias no meu caminho.

À minha família pelo incentivo, pelo acolhimento e torcida em todos os momentos, em especial minha filha Natália que me inspira com seus passos de dança e seus cálculos de engenheira e meu namorido Ademir Messias que não mediu esforços para estar presente durante toda a jornada do mestrado.

Ao querido Professor e Amigo Carlos Goldenberg da USP São Carlos que me fez acreditar que era possível cruzar os portões e frequentar a Universidade Pública, que me inspirou a ser professora e a buscar o mestrado.

À minha Orientadora Professora Alessandra Santos Nascimento por todo conhecimento compartilhado, pelo apoio na construção dessa dissertação, por me incentivar a buscar novas respostas durante a pesquisa e por acreditar no meu potencial.

À minha coorientadora Professora Maria Lucia Ribeiro, minha querida Bilú, pelo acolhimento, pelas palavras sábias nos momentos difíceis e pela generosidade no compartilhamento do conhecimento.

Aos professores Geovânia Toscano e Joelson Carvalho que aceitaram estar na Banca de Qualificação e Defesa pelas valiosas contribuições ao trabalho.

Aos anjos que encontrei durante o mestrado pelo ombro amigo e por todo suporte tecnológico, em especial Carlos Godoy, Juliana Bianco, Larissa Dias e Rô Francischini.

Aos amigos com os quais o mestrado me presenteou, por tudo que sonhamos e construímos juntos, em especial Graziela, Natália e Henrique.

Ao médico do corpo e da alma Dr. Armando Sambataro por todo suporte emocional.

Aos professores do mestrado por terem me apresentado o mundo da pesquisa e reforçado a importância da Ciência na construção de uma sociedade mais justa.

À equipe da Secretaria da Pós-graduação Silvinha e Ivani por todo apoio e paciência, tornando minha jornada do mestrado mais leve.

Ao querido amigo e jornalista Rogério Bordignon e ao jornal A Comarca de Matão por garantirem visibilidade ao Parlamento Jovem através das inúmeras matérias publicadas de 2021 a 2025.

Aos servidores da Escola do Legislativo de Araraquara e Matão pelo acolhimento, por todo apoio na pesquisa documental e por aceitarem o desafio de construírem essa história comigo.

Aos jovens do Parlamento Jovem de Araraquara e Matão por terem me ensinado que o protagonismo é possível quando existem oportunidades reais de participação e que lutar pelo fortalecimento da Democracia é uma tarefa coletiva.

À CAPES pela oportunidade de realizar o mestrado com o suporte financeiro e por continuarem na luta na defesa da ciência.

“O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas.

O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio dos exploradores do povo.”

Bertold Brecht

RESUMO

No Brasil, a implementação de políticas e programas de educação política, nos setores público e privado, visa promover o letramento político e a compreensão da juventude acerca do funcionamento da democracia e do sistema político nacional. Dentre essas iniciativas, o Programa Parlamento Jovem (PPJ) se destaca, sendo replicado em diversas esferas legislativas municipais e estaduais. Esta dissertação analisa o papel do Programa Parlamento Jovem para o letramento político de jovens (14 a 24 anos), a partir da investigação de duas experiências distintas: uma iniciativa pública (Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP) e uma iniciativa público-privada (Matão-SP), no período de 2021 a 2025. Metodologicamente, o estudo adotou a pesquisa documental, contemplando as diretrizes dos Programas, materiais formativos e produção legislativa dos jovens vereadores; e, a aplicação de 71 questionários semiestruturados junto aos jovens beneficiários, implementadores e representantes políticos legislativos dos respectivos municípios. Os resultados obtidos apontaram como contribuições para os PPJs dos dois municípios: a necessidade de se estruturar uma ferramenta de acompanhamento do programa e de realizar avaliação periódica da metodologia no que se refere a conteúdo, forma de acesso, perfil dos implementadores e parcerias. No âmbito dos subsídios oferecidos para o aprimoramento das práticas do Programa Parlamento Jovem em Araraquara e Matão a pesquisa revelou que a aproximação do programa com a comunidade acadêmica, a gestão escolar, o legislativo e os jovens, favorece o engajamento e sinaliza o fortalecimento das organizações democráticas, a exemplo dos Conselhos de Juventude. Adicionalmente, os resultados inspiram novas pesquisas sobre educação política no contexto brasileiro o que possibilita fomentar a implantação de programas dessa natureza em outras localidades.

Palavras-chave: Cultura democrática; formação política; Programa Parlamento Jovem; letramento político.

ABSTRACT

In Brazil, the implementation of political education policies and programs, in the public and private sectors, aims to promote political literacy and enhance youth people's understanding of the functioning of democracy and the national political system. Among these initiatives, the Youth Parliament Program (Programa Parlamento Jovem - PPJ) stands out, and has been replicated across several municipal and state legislative bodies. This dissertation analyzes the role of the Youth Parliament Program for the political literacy of young people (aged 14 to 24), based on the investigation of two distinct experiences: a public initiative (Legislative School of the City Council of Araraquara-SP) and a private initiative (Matão-SP), from 2021 to 2025. Methodologically, the study adopted documentary research, including the analysis of the programs' guidelines, training materials and legislative output of the young councilors; and the collection of primary data through semi-structured 71 questionnaires applied to young participants, program implementers and political representatives from the respective municipalities. The results highlighted contributions for the PPJ of both municipalities: the need to establish a monitoring tool for the program and to conduct periodic evaluations of its methodology regarding content, access methods, implementer profiles, and partnerships. Concerning the recommendations provided to enhance the practices of the Youth Parliament Program in Araraquara and Matão, the research showed that bringing the program closer to the academic community, school management, the legislative bodies, and the youth fosters engagement and signals the strengthening of democratic organizations, such as Youth Councils. Additionally, these findings inspire further research on political education within the Brazilian context, making it possible to promote the implementation of similar programs in other locations.

Keywords: Democratic culture; political education; Youth Parliament Program; political literacy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEL – Associação Brasileira das Escolas do Legislativo

AL – Assembleia Legislativa

ALEAM – Assembleia Legislativa do Amazonas

ALESP – Assembleia Legisdlativa de São Paulo

ALEP – Assembleia Legislativa do Paraná

ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais

APEL – Associação Paulista de Escolas do Legislativo e Contas

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFOR – Centro de Formação de Professores

CMM – Câmara Municipal de Manaus

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

COP – Conferência Global Climática (Conference of Parties)

DEM – Partido Democratas

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EL – Escola do Legislativo

FATEC – Faculdade de Tecnologia

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IE – Instituição de Ensino

ILP – Instituto do Legislativo Paulista

IPS– Índice de Progresso Social

LabPol – Laboratório de Políticas Públicas e Governo da UNESP

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados

MBA – Master of Business Administration

MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MVC – Movimento Voto Consciente

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ODS – Objeivos de Desenvolvimento Sustentábel

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PJ – Parlamento Jovem

PJB – Parlamento Jovem Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressita

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido Republicanos

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SINAJUVE – Sistema Nacional da Juventude

STF – Supremo Tribunal Federal

TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

TRE-PR – Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Propostas apresentadas pelos jovens ao final dos mandatos de 2022 a 2025 em Araraquara-SP.....84

Gráfico 2. Propostas apresentadas pelos jovens ao final dos mandatos de 2021 a 2025 em Matão-SP.....88

Gráfico 3. Faixa etária dos jovens do PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP.....92

Gráfico 4. Renda familiar dos jovens do PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP.....93

Gráfico 5. Percepção dos jovens de Araraquara-SP e Matão-SP sobre a aplicabilidade do letramento político no cotidiano.....94

Gráfico 6. Percepção dos jovens de Araraquara-SP e Matão-SP sobre os temas abordados no letramento político que fizeram sentido para a vida. 96

Gráfico 7. Percepção dos jovens de Araraquara-SP e Matão-SP sobre as formas do exercício de participação durante e após o letramento político.....98

Gráfico 8. Percepção dos implementadores de Araraquara-SP e Matão-SP sobre interesse dos jovens pelos temas.....112

Gráfico 9. Percepção dos implementadores de Araraquara-SP e Matão-SP sobre as formas do exercício de participação durante e após o letramento político.....114

Gráfico 10. Percepção dos representantes políticos de Araraquara-SP e Matão-SP sobre interesse dos jovens pelos temas.....125

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Regiões do Estado de São Paulo.....60

Figura 2. Região Administrativa Central 61

Figura 3. Percepção dos jovens sobre a experiência no PPJ para a representatividade e participação 102

Figura 4. Sugestões dos jovens para melhorias no PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP.....108

Figura 5. Percepção dos implementadores sobre a experiência dos jovens no PPJ para a representatividade e participação 118

Figura 6. Sugestões dos implementadores para melhorias no PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP 122

Figura 7. Percepção dos representantes políticos sobre a experiência dos jovens no PPJ para a representatividade e participação 130

Figura 8. Sugestões dos representantes políticos para melhorias no PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP 133

Figura 9. Contribuição do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP para a representatividade e participação política da juventude.....133

Figura 10. Propostas de melhoria para o PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP na visão dos jovens, implementadores e vereadores oficiais 134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quantidade de sujeitos sociais convidados por segmento em cada localidade...30

Quadro 2. Objetivos e ações de investigação.....31

Quadro 3. Revisão Teórica.....54

Quadro 4. Escopo legal das Escolas do Legislativo e PPJ.....65

Quadro 5. Orçamento PPJ de Araraquara-SP (2022-2025).....67

Quadro 6. Quantidade de estudantes do PJ de Araraquara-SP (2014 – 2025).....67

Quadro 7. Conteúdos identificados em Araraquara-SP (2022-2025).....75

Quadro 8. Conteúdos identificados em Matão-SP (2022-2025).....77

Quadro 9. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Araraquara-SP (2022).....80

Quadro 10. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Araraquara-SP (2023).....81

Quadro 11. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Araraquara-SP (2024).....82

Quadro 12. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Araraquara-SP (2025).....83

Quadro 13. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Matão-SP (2021).....86

Quadro 14. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Matão-SP (2022).....87

Quadro 15. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Matão-SP (2023).....87

Quadro 16. Propostas apresentadas no final de cada mandato do vereador mirim em Matão-SP (2025).....88

Quadro 17. Percepção dos jovens sobre a experiência no PPP para a representatividade e participação dos jovens em Araraquara-SP e Matão-SP.....98

Quadro 18. O que os jovens pensam sobre política em Araraquara-SP e Matão-SP 102

Quadro 19. Sugestões dos jovens para melhorias no PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP..105

Quadro 20. Percepção dos implementadores sobre o papel do PPP para a representatividade e participação dos jovens em Araraquara-SP e Matão-SP 115

Quadro 21. Sugestões dos implementadores para melhorias no PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP.....119

Quadro 22. Percepção dos representantes políticos sobre o papel do PPP para a representatividade e participação dos jovens em Araraquara-SP e Matão-SP 128

Quadro 23. Sugestões dos representantes políticos para melhorias no PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP 130

Quadro 24. Problemas, entraves e potencialidades do PPJ.....135

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Sujeitos convidados e respondentes da Pesquisa PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP (2021-2025).....90

Tabela 2. Percepção dos jovens sobre o letramento político na perspectiva de sua implementação em Araraquara-SP e Matão-SP 95

Tabela 3. Nível de colaboração do PPJ na preparação para diálogos em grupo.....97

Tabela 4. Percepção dos representantes políticos sobre o conhecimento do PPJ e conteúdos trabalhados em Araraquara-SP e Matão-SP.....124

Tabela 5. Nível de satisfação dos representantes políticos sobre os conteúdos do letramento político trabalhados em Araraquara-SP e Matão-SP.....126

Tabela 6. Percepção dos representantes políticos sobre a própria participação no PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP.....126

Tabela 7. Percepção dos representantes políticos sobre colaboração do PPJ para alertá-los sobre as necessidades da população em Araraquara-SP e Matão-SP.....127

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 20

Objetivo Geral 27

Objetivos Específicos 27

2 METODOLOGIA 29

2.1 Tratamento dos dados 32

3 ESCOLA E LETRAMENTO POLÍTICO 34

4 CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DAS EXPERIÊNCIAS DO PPJ: ARARAQUARA-SP E MATÃO-SP 60

4.1 Criação do PPJ nos municípios da pesquisa 64

4.1.1 PPJ em Araraquara-SP 66

4.1.2 PPJ em Matão-SP 70

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS EXPERIÊNCIAS DO PPJ DE ARARAQUARA-SP E MATÃO-SP 75

5.1 Letramento Político: olhar para além do conteúdo 75

5.2 Implementar ou engavetar? 78

5.3 Percepções dos sujeitos sociais sobre o PPJ 90

5.3.1 Percepção dos Jovens do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP 92

5.3.2 Percepção dos Implementadores do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP 108

5.3.3 Percepção dos Representantes Políticos do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP 123

CONSIDERAÇÕES FINAIS 136

REFERÊNCIAS 142

ANEXOS 149

Anexo 1. Carta de Consentimento Institucional – Câmara Municipal de Araraquara-SP 149

Anexo 2. Carta de Consentimento Institucional – Câmara Municipal de Matão-SP 150

Anexo 3. Carta de Anuência Institucional – Instituto Votorantim 151

Anexo 4. Criação da Escola do Legislativo em Araraquara-SP 152

Anexo 5. Criação do Parlamento Jovem de Araraquara-SP 153

Anexo 6. Criação da Escola do Legislativo de Matão-SP 154

Anexo 7. Criação do Parlamento Jovem de Matão-SP 155

Anexo 8. Registros do Parlamento Jovem de Araraquara-SP 156

Anexo 9. Registros (mídias) do Parlamento Jovem de Matão-SP 158

APÊNDICES 165

Apêndice 1. Questionário dos jovens 165

Apêndice 2. Questionário dos Implementadores 169

Apêndice 3. Questionário dos Representantes Políticos 173

Apêndice 4. Modelos de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 176

Apêndice 5. Termo de Confidencialidade e Sigilo 181

Apêndice 6. Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável 182
Apêndice 7. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) 183
Apêndice 8. Aprovação Comitê de Ética 186

1 INTRODUÇÃO

Para pesquisar e falar sobre letramento político e democracia no Brasil é preciso fazer uma retrospectiva, ainda que sucinta, sobre o regime político que o país vivenciou entre 1964 e 1985. Governado pelo Regime Militar, após o Golpe de 1964, o Brasil conviveu com um período de autoritarismo, censura, redução de direitos de cidadania e minimização da atividade política. Segundo Benevides (1996), semelhante experiência fomentou uma concepção economicista e produtivista da sociedade, cabendo ao indivíduo a identidade de consumidor e não de cidadão. Nesse contexto, a educação política trabalhada nas escolas, em seus vários níveis, através das disciplinas da grade curricular, cumpria a função de legitimar o regime.

Esse cenário marcou minha trajetória pessoal e acadêmica, pois nasci em 1960; assim, do primeiro ano do grupo escolar, em 1968, até a conclusão da minha primeira graduação em Serviço Social, em 1984, a sociedade se encontrava sob a ditadura militar. Com a redemocratização do país, a partir de 1986, a questão da educação política ganhou um novo olhar. Porém a ação política continuou sob suspeita e desvalorizada e diversos grupos sociais continuaram a ser vistos apenas como contribuintes, consumidores e demandantes de benefícios individuais ou coletivos (Benevides, 1996), mas não enquanto cidadãos. Mesmo com os movimentos sociais, entre eles o Movimento pelas Diretas Já, do qual fiz parte entre 1983 e 1984, ainda persistia a apatia política de parcela dos cidadãos, inclusive entre os jovens, algo capaz de comprometer o funcionamento da democracia.

A conquista da democracia – historicamente marcada por episódios de exílio, perseguição e sacrifício humano – exige uma vigilância constante e um compromisso ético cotidiano para sua preservação. No cenário contemporâneo, tanto no Brasil quanto no mundo, o regime democrático enfrenta ameaças sistêmicas, e a necessidade de contribuir para sua defesa constitui a inspiração para a presente pesquisa.

A partir de 2019, sob a gestão de Jair Bolsonaro, expoente da direita, o Brasil ingressou em um ciclo de retrocessos em diversas áreas estratégicas. No campo educacional, isso se traduziu em contingenciamentos orçamentários severos e na paralisia de investimentos estruturais. Esse contexto foi agravado pela pandemia de COVID-19, que, além de resultar em mais de 700 mil mortos no país, foi instrumentalizada por um discurso negacionista que deslegitimou evidências científicas e orientações de saúde pública. Os reflexos desse cenário na educação foram profundos: observou-se o acirramento das desigualdades de acesso e o agravamento dos índices de distorção idade-série, retrocedendo

avanços obtidos em décadas anteriores.

No âmbito local, a nível nacional, o pleito municipal de 2020 consolidou a hegemonia de legendas de direita e centro-direita tanto nos quadros do Executivo quanto nas cadeiras das Câmaras Municipais. Esse fenômeno dificultou a implementação e a continuidade de políticas de letramento político, como os Programas de Parlamento Jovem (PPJ). Tais programas, fundamentais para o fortalecimento democrático, compreendem o jovem como um sujeito ativo de direitos, mas enfrentam barreiras estruturais em conjunturas políticas avessas à participação popular direta e ao pensamento crítico.

Contudo, as cidades paulistas de Araraquara/SP e Matão/SP apresentaram-se como pontos de resistência a essa tendência nacional. A reeleição de Edinho Silva e a eleição de Adauto Scardoelli (ambos do Partido dos Trabalhadores - PT) estabeleceram gestões orientadas por diretrizes de participação social. A viabilidade dos PPJs nessas localidades não decorreu do alinhamento ideológico do Executivo, mas de uma composição legislativa plural, que permitiu o diálogo institucional necessário para a promoção da cidadania jovem, mesmo diante de um cenário econômico e político nacional restritivo.

No cenário das eleições municipais de 2024, observou-se a consolidação acentuada de legendas do espectro da direita e centro-direita, que conquistaram 82% das 5.519 prefeituras. No país, os pleitos foram marcados pela hegemonia do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e do Partido Social Democrático (PSD) e pela brusca ascensão do Partido Liberal (PL), representado, nacionalmente, por Jair Bolsonaro[1]. Em Araraquara, essa tendência se materializou com a eleição de Doutor Lapena (PL), cujo projeto político alinha-se a essa nova configuração de forças conservadoras. Já Matão elegeu um candidato do PT, Cido Ferrari.

No município de Araraquara, a perenidade do Programa Parlamento Jovem (PPJ) demonstra que políticas de letramento político, quando devidamente institucionalizadas, podem transcender as alternâncias de poder. Assim, seja em Araraquara, seja em Matão, o PPJ mantém sua vigência em 2026, objetivando o desenvolvimento da cultura democrática e da consciência cívica entre os jovens da região, sendo essa perspectiva apontada pelas Escolas do Legislativo.

No Brasil, desenvolver conhecimentos sobre cidadania e cultura democrática está contemplado em vários documentos, entre eles, a Constituição Federal de 1988, quando em seu Título VIII, Capítulo III, Seção I, Artigo 205, estabelece

[1] Dados em Congresso em Foco, de 27 de outubro de 2024. Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/5848/segundo-turno-confirma-vitoria-da-direita-veja-os-numeros-finais. Acesso em: 20 dez. 2025.

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1990, p. 184).

Na legislação educacional se destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96), também chamada de Carta Magna da Educação, promulgada em 1996, que traz no Título II, Artigo 2º "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1996, p. 1).

Outro documento que contempla esse tema é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implantada em 2017. Ao buscar contribuir com a escola, em seus vários níveis de ensino, a BNCC orienta os currículos escolares para o desenvolvimento de competências e habilidades que incluem o pensamento crítico, a participação social e o respeito ao pluralismo de ideias que são elementos essenciais para que a educação política colabore para consolidar a cultura democrática. Nesse caminho, estabelece que:

> A política é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na pólis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania. As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (Brasil, 2018, p. 567).

Ainda que a educação política esteja prevista em diversas legislações, na prática, ela é pouco perceptível como componente presente nas iniciativas que acontecem no dia a dia da formação acadêmica dos estudantes nas universidades, bem como nos diferentes níveis de ensino.

As publicações da Revista Parlamento e Sociedade apresentam várias reflexões sobre esse contexto e a respeito de quem ou de quais instituições são responsáveis para formar para a cidadania. Humberto Dantas e Alexsandro do Nascimento Santos, em diversas publicações nessa Revista, que é produzida pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, trazem contribuições ricas sobre o tema abordando, por exemplo, que a escola é um espaço de contato com a educação política, isto é, um lócus fundamental para o desenvolvimento de valores democráticos e do sentimento de pertencimento para o exercício

da cidadania. Ao escreverem sobre a educação política no Brasil, na perspectiva do resgate histórico, afirmam que a democracia é mais que um sistema de governo e que ela não é algo garantido para sempre; requer participação ativa, engajamento da sociedade e vigilância constante para sobreviver. Diante do exposto, a democracia necessita da educação política por esta ser um elemento estruturante de sua qualidade (Dantas; Santos, 2025). Para tanto é fundamental conhecer os desafios postos para se trabalhar o letramento político e a formação cidadã, em particular, dos cidadãos jovens. Em relação a isso Dantas (2018) aponta que

> A participação política pode ser entendida como um sinal de vitalidade do regime democrático e se expressa de diferentes formas na contemporaneidade, desde as mais tradicionais (partidária) até as menos institucionalizadas como, por exemplo, a participação virtual em enquetes sobre demandas públicas. Diferentes públicos são mobilizados por distintas estratégias para participar, então, é fundamental conhecer suas especificidades. Em relação ao processo de formação cidadã dos jovens, entre os desafios que envolvem a educação política no Brasil está a compreensão de que é preciso cativar os jovens para um despertar reflexivo e um compromisso mais responsivo para com a sociedade, e que isso depende, de forma considerável, da capacidade de trabalhar com os conteúdos fundamentais à compreensão mínima sobre a democracia, a cultura política e o sistema político brasileiro. Ou seja, um dos grandes desafios consiste no preparo técnico dos professores e no zelo pela ética suprapartidária, dois pontos fundamentais na educação política (Dantas, 2018, p. 85).

Soma-se ao preparo técnico e a ética suprapartidária, a preocupação de estender o ensino de qualidade e inclusivo para todos. No que se refere a tal ética vale mencionar que compreende a necessidade de pautar a educação política por valores democráticos e técnicos, acima dos interesses específicos de partidos políticos ou ideologias momentâneas. Nesse sentido, precisa promover a participação política, superando a polarização direita e esquerda, assim como o entendimento da estrutura do Estado, visando o bem-estar social e a solução de problemas reais (Dantas, 2018).

Existe um número considerável de iniciativas de educação política no Brasil, desenvolvidas de diferentes maneiras e por diferentes instituições, contudo, parte significativa destas não é objeto de avaliação ou investigação. Em seu artigo “Letramento político”, Cosson (2010) argumenta sobre a participação dos jovens na vida política e a razão pela qual a maioria deles não reconhece como política aquilo que faz no cotidiano. É muito comum os jovens usarem a frase “política não se discute”, por desconhecerem a importância de sua participação nos espaços onde vivem. A mesma publicação faz referência ao Movimento Voto Consciente (MVC), criado em 1987, a partir de um grupo de pessoas voluntárias, e que se constituiu como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

(OSCIP), cujo propósito é fiscalizar os parlamentares municipais, oferecer letramento político e apoiar movimentos organizados pela sociedade civil, realizando fóruns em escolas, faculdades e coletivos. Há um trabalho árduo de voluntários junto a esses públicos e que muitas vezes é desconhecido ou não é percebido pela sociedade, quer seja por falta de análise dos resultados ou pela escassez de divulgação.

No Brasil, as iniciativas mais estruturadas nasceram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, no contexto das Assembleias Legislativas (AL). Existem 26 Assembleias Legislativas, sendo uma em cada estado, e uma Câmara Legislativa no Distrito Federal. As Assembleias são responsáveis pela criação da Escola do Legislativo a nível estadual e suas congêneres, as câmaras municipais, em âmbito local.

Segundo a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (ABEL), "as assembleias legislativas têm um papel fundamental na promoção da educação para a cidadania no Brasil e contribuem significativamente para a formação de uma sociedade mais participativa e consciente de seus direitos" (ABEL, 2025, p. 1). Inicialmente, as Escolas do Legislativo, criadas a partir de 1993, "surgiram na esteira da modernização administrativa do Poder Legislativo no Brasil, postando-se como órgãos educacionais do Parlamento brasileiro" (Cosson, 2008, p. 69). Com a promulgação da Constituição, dentre os inúmeros benefícios que foram legados à sociedade brasileira, destaca-se o conjunto de regras a serem observadas pelos administradores vinculados à gestão do Estado, que tratam da transparência da função pública, que passou a ter como princípios básicos a legalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência.

Para tanto se fazia necessário preparar os responsáveis pelo funcionamento da máquina administrativa para esse novo momento. O ambiente político era favorável, por isso as Escolas do Legislativo (EL) surgiram inicialmente para formar, treinar e aperfeiçoar seus funcionários e servidores; e, posteriormente, passaram a "disseminar conhecimento político, educação para a cidadania, entre outras denominações, para o público externo de forma a contribuir na manutenção da democracia" (Carvalho, 2014, p. 49) através de cursos, palestras e capacitações voltadas para questões legislativas, orçamentárias, fiscais e de transparência, aproximando o legislativo da sociedade brasileira.

Na esfera federal, o Centro de Formação e Treinamento (CEFOR), criado em 1997 pela Assembleia Legislativa, é o responsável pelas atividades regulares da Escola do Legislativo, a exemplo de organização de seminários e educação institucional. Também tem como função desenvolver o Programa Parlamento Jovem Brasileiro que oportuniza aos "alunos do ensino médio de escolas públicas e privadas a vivência do processo democrático

através da participação em jornada parlamentar na Câmara dos Deputados com diplomação, posse e exercício do mandato" (Madruga, 2008, p. 34). Para os estudantes do ensino superior "é ofertado o Estágio Visita, com o objetivo de permitir a observação das diversas rotinas do legislativo, contribuindo para a democratização da Câmara dos Deputados (Madruga, 2008, p. 34).

Na esfera estadual, as Assembleias Legislativas instituíram as Escolas do Legislativo com o mesmo foco. Várias Assembleias desenvolvem programas relevantes, com destaque para o Parlamento Jovem (PJ). No estado de Minas Gerais, o PJ foi iniciado em 2004, através de parceria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais, tendo nascido de uma iniciativa de docentes do curso de Ciências Sociais, da unidade São Gabriel da PUC Minas. Em São Paulo, tal programa foi implantado em 2002, tendo como base jurídica a Resolução nº 827/2002. Ele recebeu o nome de Parlamento Jovem Paulista. No Paraná, o Programa Parlamento Jovem foi criado por iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) em 2012, envolvendo estudantes dos municípios da capital e do interior do estado. Já no Amazonas, o programa foi criado em 2005, pela Resolução Legislativa nº 375/2005. Ficou conhecido pelo nome Parlamento Jovem Amazonense. Esses programas foram acompanhados, avaliados e disponibilizados através dos estudos de Cardozo (2022), Siqueira (2013), Santos Junior (2022) e Silva (2021), respectivamente. Embora existam outras experiências de Parlamento Jovem, essas receberam a atenção de pesquisadores por sua organização e resultados.

Também é no estado de São Paulo que estão localizadas as duas experiências (nas cidades de Araraquara e Matão) analisadas nesta dissertação. Neste estado, sua Assembleia Legislativa, a ALESP, congrega os representantes dos 645 municípios e oferece, através do Instituto do Legislativo Paulista (ILP), programas, cursos e iniciativas voltadas para o letramento político, fortalecimento da participação popular e da democracia, objetivando estimular as cidades paulistas a constituírem em seus territórios uma Escola do Legislativo junto as Câmaras Municipais. Em 2025, 130 dos 645 municípios registraram a existência de uma Escola do Legislativo, isto é, de um órgão responsável por oferecer capacitação, formação e educação para servidores, vereadores e população em geral, visando aprimorar e difundir o conhecimento político, a educação para a cidadania e o fortalecimento da relação entre o legislativo e a população do território (APEL, 2025).

Ao criarem instituições, a exemplo da Escola do Legislativo, vinculadas às Câmaras Municipais, os legisladores locais elegem as prioridades e o foco de sua atuação. Uma das iniciativas de tal Escola costuma ser a criação do Programa Parlamento Jovem, que apresenta

diferentes modelos de implantação, a depender da estrutura física, recursos humanos e financeiros definidos por cada Câmara. Em 2025, identificou-se a presença do Programa Parlamento Jovem em 100 municípios paulistas (APEL, 2025). Em geral, o objetivo deste Programa é aproximar o jovem do legislativo e oferecer-lhe a oportunidade de ampliar o olhar sobre a educação política e seu papel como cidadão. A educação política é entendida sob a inspiração dos trabalhos de Cosson (2011) que define letramento político como um "processo de apropriação de conhecimentos, práticas e valores para a manutenção e o aprimoramento da democracia" (Cosson, 2011, p. 1).

Como uma alternativa à demanda de letramento político para a juventude, a partir de 2000, o Brasil viu surgir, na cidade de São Paulo, a criação do Programa Parlamento Jovem (PPJ), através da Resolução nº 10/2001, tendo como "principal objetivo oferecer aos estudantes do ensino fundamental II lições de cidadania e democracia, com o exercício, por um dia, das funções dos trabalhos do Poder Legislativo" (ALESP, 2024, p. 1). Isso impulsionou outros municípios, através das Escolas do Legislativo e de outras instituições, a implantarem o Programa Parlamento Jovem em diferentes estados e municípios brasileiros. O Programa Parlamento Jovem é uma expressão das iniciativas de letramento político e estudá-lo nos permite verificar como é seu funcionamento, inclusive, problematizar a atuação dos sujeitos políticos oficiais em relação à formação política da juventude.

Inicialmente, em razão da pesquisadora fazer parte da equipe de implementação do Programa Cidadania, a proposta deste estudo se restringia a verificar a implantação do Programa Parlamento Jovem no município de Matão, fruto da demanda da juventude apresentada à Câmara Municipal após a participação no *Programa Cidadania - Qual sua Responsa?*

No entanto, o escopo foi alterado e passou a contemplar também a experiência do Programa Parlamento Jovem de Araraquara, município vizinho, que serviu como inspiração à proposta matonense, após a participação de araraquarenses no evento Festival da Democracia ocorrido em 2020. Ainda que tenham desenhos diferentes nos dois territórios, conforme será exposto em outra seção, os Programas de Araraquara e Matão possuem vários elementos em comum, entre eles, o processo de letramento político, a aproximação com a Câmara Municipal e a existência da vivência da vereança jovem, com a apresentação de suas proposituras para as respectivas cidades.

Esta investigação se propôs a responder a duas perguntas de pesquisa: 1- O Programa Parlamento Jovem desenvolvido junto às juventudes desperta seu interesse para a participação na vida política dos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP? 2- Quais têm

sido os problemas, entraves, potencialidades e/ou desafios da implementação dos Programas Parlamento Jovem em Araraquara-SP e Matão-SP, na percepção dos sujeitos sociais envolvidos?

Caracterizar e analisar essas experiências à luz da literatura especializada sobre letramento político permitirá descrever e interpretar sua criação e implementação, conhecer seus desafios, identificando os principais entraves e contribuições de melhorias apontadas a partir das percepções dos segmentos sociais que participam do Programa em cada município, a saber: jovens vereadores, implementadores e legislativo local.

O Programa Parlamento Jovem (PPJ) de Araraquara-SP teve início em 2014, e o de Matão-SP, em 2021, buscando analisar a jornada de letramento político dos jovens e seus desafios, o recorte temporal para seleção dos sujeitos sociais a serem investigados foi de 2021 a 2025, que representa o período em que o PPJ foi desenvolvido em ambos os municípios. Além dos jovens, foram ouvidos os implementadores do Programa e os representantes políticos do legislativo de cada município. Para essa pesquisa foram definidos:

Objetivo Geral

Investigar como o Programa Parlamento Jovem tem atuado para o letramento político de jovens a partir da percepção dos sujeitos envolvidos: jovens vereadores, representantes políticos e implementadores.

Objetivos Específicos

1. Reconstruir a trajetória de criação e atuação do Programa Parlamento Jovem nos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP;
2. Sistematizar o material legislativo produzido pelos jovens vereadores, em ambas as cidades, no período de 2021 a 2025;
3. Identificar se a produção dos jovens vereadores foi considerada pela Câmara Municipal de cada território;
4. Averiguar as percepções dos sujeitos envolvidos sobre o Programa, em particular, sobre o letramento político recebido em cada município.

Esta dissertação está organizada em cinco seções visando contemplar os elementos necessários para o entendimento de sua proposta de estudo. A seção I, introduz e apresenta

os objetivos do trabalho. A seção II discorre acerca da metodologia do estudo que é composta por análise documental, realizada presencialmente junto aos materiais sob a guarda das duas Escolas do Legislativo e do Instituto Terroá; pelo acompanhamento presencial das sessões de apresentação das proposituras pelos jovens em ambas as Câmaras Municipais; a aplicação de questionário junto aos sujeitos dos três segmentos da pesquisa, através do *Google Forms*, e a interpretação de suas percepções a respeito do Programa.

A seção III contempla a revisão bibliográfica, contextualiza a educação política desde a antiguidade, passando pelo engajamento dos jovens de diferentes lugares do mundo na pauta de educação política na prática, através de lutas envolvendo diversas temáticas como meio ambiente e educação. A seção apresenta como a educação política foi tratada no Brasil durante a ditadura militar e após 1988, com a promulgação da Constituição Federal; aponta a origem e a evolução das Escolas do Legislativo no Brasil; o surgimento do Parlamento Jovem Brasileiro e do Programa Parlamento Jovem nos municípios, a partir de 2000, destacando quatro experiências de Programas Parlamento Jovem (São Paulo/SP, Pouso Alegre/MG, Manaus/AM e Palmeiras/PR), analisadas pela literatura especializada. Sintetiza as reflexões sobre os municípios que implantaram o PPJ no estado de São Paulo, entre eles, Suzano e Limeira.

Sobre a escolha dos dois municípios (Araraquara-SP e Matão-SP) para esta investigação de mestrado partiu-se do entendimento que ambas as experiências de Parlamento Jovem carecem de investigações que se dediquem a sua implementação, em particular, que identifiquem as contribuições e os desafios do letramento político fornecido pelo PJ.

Na seção IV é abordada a caracterização dos territórios de Araraquara-SP e Matão-SP, municípios das experiências de PJ investigadas, o histórico do surgimento e desenvolvimento do Programa, contemplando dotação orçamentária, estrutura do Programa, instituições parceiras, total de beneficiários, isto é, de jovens, por ano, no período de 2021 a 2025, e descrição das atividades que compõem o letramento político em cada cidade.

Avançando na narrativa, com base na pesquisa documental e na aplicação dos questionários previstos na metodologia, a seção V retrata os principais achados relacionados ao papel do PPJ, na ótica e percepção dos sujeitos participantes da pesquisa. Nesta seção, são apresentadas as análises dos resultados obtidos em diálogo com a literatura sobre o tema. Por fim, na seção de considerações finais são apontadas algumas contribuições da pesquisa para o aprimoramento do Programa nas localidades investigadas e subsídios para sua criação em novos municípios. Com isso, a pesquisa espera também inspirar novas investigações

sobre as experiências de letramento político no país e fomentar a implantação de outros PPJ.

2 METODOLOGIA

Esta dissertação se propôs a investigar duas experiências do Programa Parlamento Jovem desenvolvidas nas cidades de Araraquara-SP e Matão-SP, no período de 2021 a 2025, tendo como foco a percepção dos sujeitos envolvidos (jovens, implementadores e legisladores locais) sobre a contribuição do Programa para o letramento político dos beneficiários, isto é, de parcela dos jovens de Araraquara-SP e Matão-SP, identificando os principais pontos fortes e fracos do Programa. Para contemplar tal objetivo, a pesquisa se organizou em duas etapas. A primeira etapa consistiu na análise documental e, a segunda, na aplicação de questionários semiestruturados junto aos sujeitos sociais do Programa em cada localidade.

No que se refere a pesquisa documental, ela foi estruturada em dois momentos, o primeiro, levantamento e análise de materiais de domínio público (disponíveis nos sites, youtube e jornais físicos e eletrônicos); e, o segundo, levantamento e sistematização dos documentos sob a guarda da Escola do Legislativo de Araraquara-SP e do Instituto Terroá, parceiro técnico do PJ de Matão-SP, que desenvolveu o Programa em 2021 e 2022, como desdobramento do Programa Cidadania do Instituto Votorantim. Para esta coleta de dados, a pesquisadora contou com acompanhamento e apoio de funcionários da Escola do Legislativo e do coordenador do Instituto Terroá. Os documentos levantados e sistematizados referem-se à criação e funcionamento do Programa Parlamento Jovem, ou seja, possibilitaram mapear suas histórias em cada cidade e processos de implementação.

Para realizar tal levantamento junto às instituições, foram obtidas as Cartas de Anuência e Consentimento da Câmara Municipal de Araraquara-SP e de Matão-SP (Anexos 1 e 2) e assinado um Termo de Sigilo da Pesquisadora (Apêndice 5). Destacaram-se na pesquisa documental: o material didático de formação política para os jovens, os cronogramas de atividades, as listas de escolas e número de participantes, os temas das oficinas nas escolas, as peças de comunicação desenvolvidas pelos implementadores, o material produzido pelos jovens vereadores para amparar suas discussões, os textos voltados às leituras utilizadas durante os encontros de formação, os registros disponibilizados pelas mídias através de fotos, reportagens, entrevistas e vídeos, e toda a produção legislativa dos jovens vereadores, a saber: indicações, requerimentos e propostas de projetos de leis, no período de 2021 a 2025.

Para consecução da segunda etapa, envolvendo a aplicação de questionários, a pesquisa foi submetida e aguardou a apreciação do Comitê de Ética da UNIARA, que a aprovou em julho de 2025 (Apêndice 8), sob o nº 7.688.988. Os questionários semiestruturados foram produzidos por intermédio da ferramenta *Google Forms* para cada segmento investigado, seguindo as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As instituições responsáveis pelo Programa em cada município contactaram o público-alvo da pesquisa. Os convidados receberam os Termos TCLE (Apêndice 4) e TALE (Apêndice 7) e, somente após assiná-los tiveram acesso aos Questionários para cada segmento, isto é, os Apêndices 1, 2 e 3.

Foram estruturados como instrumentos de pesquisa: Questionário 1 (Apêndice 1) a ser respondido pelos jovens vereadores participantes do PPJ (de 2021 a 2025); Questionário 2 (Apêndice 2) dedicado aos implementadores do PPJ em cada localidade, a saber: Escola do Legislativo e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) em Araraquara-SP; e, Escola do Legislativo e Instituto Terroá e Voluntários em Matão-SP; e, Questionário 3 (Apêndice 3) voltado aos vereadores oficiais.

O Quadro 1 apresenta o número total dos sujeitos sociais participantes do Programa em Araraquara-SP e Matão-SP no período de 2021 a 2025. O convite foi enviado de agosto a novembro de 2025 para todos os segmentos a partir do estabelecimento das amostras.

Quadro 1. Quantidade de sujeitos sociais por segmento em cada localidade

	1. JOVENS	2. IMPLEMENTADORES	3. REPRESENTANTES POLÍTICOS	TOTAL
ARARAQUARA	72	5	18	**95**
MATÃO	44	7	11	**62**
TOTAL	**116**	**12**	**29**	**157**

Fonte: Elaboração própria (2025).

Antes da aplicação dos Questionários 1, 2 e 3, os sujeitos sociais dos três segmentos da pesquisa receberam um e-mail contendo: o convite para participar da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e/ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), para pais e/ou responsáveis, quando o participante tinha menos de 18 anos. Somente com a concordância demonstrada pela assinatura dos referidos termos, o Questionário se tornava acessível. No TCLE constava a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e incômodos que ela, ocasionalmente, poderia causar aos participantes.

O TCLE informava, de maneira clara e detalhada, aos participantes que eles não sofreriam nenhum dano físico, psíquico, moral, intelectual, econômico, social, cultural ou

espiritual durante sua participação; e, que, poderiam encerrá-la a qualquer momento sem nenhum constrangimento ou prejuízo. Além disso, destacava que todas as questões dos questionários contavam com a opção "( ) Não desejo declarar", permitindo, assim, que o (a) participante tivesse total liberdade de não responder.

Os (as) participantes tiveram seu anonimato assegurado, sendo utilizado a letra **J** e um número para os jovens vereadores. A letra **I** e um número para os sujeitos implementadores; e a letra **V** e um número para os (as) vereadores (as) oficiais.

Cada participante também foi informado (a) sobre o tempo previsto para preencher a parte fechada do questionário, cerca de 15 minutos. Contudo, as questões abertas apresentaram variação de tempo de resposta, a depender do detalhamento fornecido. O prazo para devolução do questionário foi de 30 dias, sendo permitido apenas um respondente por e-mail.

Além disso, os (as) participantes tiveram a liberdade para deixar em branco questões que não quiseram responder. Os (as) participantes foram informados (as) que, caso tivessem dificuldades no entendimento das perguntas do questionário, a pesquisadora estava à disposição para esclarecer, de acordo com o canal de preferência de cada participante (e-mail, WhatsApp ou *meet*). Com esta ação, buscou-se facilitar a compreensão do (a) participante, evitando, assim, que este (a) não se sentisse devidamente esclarecido (a).

Nenhum (a) participante foi exposto (a) e todos (as) tiveram seus direitos assegurados. A participação de todos (as) ocorreu de maneira voluntária e cada participante pode deixar de responder uma pergunta em específico, ou o questionário completo, a qualquer momento. Todos (as) que responderam ao questionário até o final, caso queiram, receberão uma cópia da dissertação por e-mail.

Os participantes menores de 18 anos somente responderam ao questionário após a concordância dos pais ou responsáveis legais, através da assinatura do TCLE para Pais e/ ou responsáveis pelo menor (Apêndice 4) e TALE (Apêndice 7).

No Quadro 2 é possível verificar como cada objetivo foi desenvolvido metodologicamente nesta dissertação.

Quadro 2. Objetivos e ações de investigação

OBJETIVOS	AÇÕES DE PESQUISA
Geral: Investigar como o Programa Parlamento Jovem tem atuado para o letramento político de jovens, a partir da percepção dos sujeitos envolvidos: jovens vereadores, representantes políticos e implementadores.	Pesquisa documental (Lei de criação e relatórios sobre o PPJ; material didático de formação política; material legislativo dos jovens etc.); Aplicação de Questionários (Apêndices 1, 2 e 3), junto aos diversos sujeitos sociais do Programa Parlamento Jovem em cada município.
Específicos: 1. Reconstruir a trajetória de criação e atuação do Programa Parlamento Jovem nos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP; 2. Sistematizar o material legislativo produzido pelos jovens vereadores, em ambas as cidades, no período de 2021 a 2025; 3. Identificar se a produção dos jovens vereadores foi considerada pela Câmara Municipal de cada território;	Análise documental. Aplicação de Questionários (Apêndices 1, 2 e 3), junto aos diversos sujeitos sociais do Programa Parlamento Jovem em cada município.
Específicos: 4. Averiguar as percepções dos sujeitos envolvidos sobre o Programa, em particular, sobre o letramento político recebido em cada município.	Aplicação e análise do questionário (Apêndice 1) que possibilita a caracterização e a verificação da percepção dos jovens vereadores sobre o PPJ em cada município. Aplicação e análise do questionário (Apêndice 2) que permite a caracterização e a averiguação da percepção dos implementadores sobre o PPJ em cada município. Aplicação e análise do questionário (Apêndice 3) que possibilita a caracterização e o exame da percepção dos vereadores oficiais sobre o PPJ em cada município.

Fonte: Elaboração própria (2025).

2.1 Tratamento dos dados

Parte dos dados primários desta pesquisa teve origem na aplicação dos questionários junto aos três segmentos dos sujeitos sociais envolvidos no PPJ nos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP: jovens, implementadores e representantes políticos, conforme Apêndices 1, 2 e 3.

Na análise dos dados dos questionários é necessário entender

> a possibilidade de explorar os sentidos e os significados atribuídos pelos sujeitos em relação ao objeto de estudo. E, por se tratar de manifestações, expressões subjetivas tornam o processo de análise um exercício que exige que o pesquisador se afaste de suas crenças e convicções e que se detenha na interpretação dos dados, contextualizando-os com o referencial teórico (Valle; Ferreira, 2025, p. 5).

Para o tratamento de parte das questões dos questionários foi utilizada a escala Likert, desenvolvida em 1932 por Rensis Likert, que tem como objetivo mensurar o nível de concordância a uma pergunta ou a uma afirmação, através de respostas estruturadas, com explicações pré-estabelecidas. Utiliza uma escala de 1 a 5 pontos para identificar o grau de satisfação ou insatisfação de um determinado assunto, utilizando opções como, por exemplo, Totalmente satisfeito, Satisfeito, Neutro/indiferente, Insatisfeito e Totalmente Insatisfeito (Mergos, 2025). Trata-se de uma das estratégias utilizadas para averiguar as percepções dos sujeitos participantes do Programa Parlamento Jovem. Contudo, em todas as questões, isto é, em todas as perguntas com ou sem a escala Likert, foi incluída a opção "não desejo declarar", visando deixar o respondente livre para se posicionar frente ao tema perguntado.

Para Mendonça (2025, p. 96) existem quatro maneiras de se trabalhar a escala Likert e cada uma delas tem uma função específica, a saber: 1- Concordância: permite ao entrevistado expressar o quanto concorda ou discorda da afirmação; 2- Frequência: mede com que frequência o respondente realiza a atividade; 3- Importância: permite avaliar a relevância do tema para o respondente; 4- Probabilidade: permite investigar o interesse do respondente na adesão a um produto ou serviço. Para esse estudo foi utilizada a escala de concordância.

Após encerrado o período para participação dos três segmentos de sujeitos respondentes, os dados coletados foram organizados em tabelas através do programa Microsoft Word e os gráficos foram construídos através do Microsoft Excel.

O tamanho da amostra de sujeitos envolvidos (jovens, implementadores e representantes políticos) foi definido através do uso da fórmula padrão para cálculo do tamanho de uma amostra, através da calculadora virtual Survey Monkey disponível no site https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/.

O número total de sujeitos que participaram do Programa, compreendendo o período de 2021 a 2025, foi informado pela Escola do Legislativo de Araraquara-SP e pela de Matão-SP. A partir dessa informação foi calculado o tamanho da amostra para cada segmento da pesquisa, considerando o nível de confiança desejado e a margem de erro, a partir das seguintes premissas:

Tamanho da população: é o conjunto total de indivíduos que serão investigados.
Grau de confiança: é a probabilidade de que o resultado obtido na amostra represente o verdadeiro valor da população dentro da margem de erro definida.
Margem de erro: é o índice de variação dos resultados de uma pesquisa.
Tamanho da amostra: é um subgrupo de indivíduos selecionados dentro de uma população a fim de representar e caracterizar a população total.

O tamanho da população informado foi de 116 jovens, 12 implementadores e 29

representantes políticos (vereadores), sendo que o grau de confiança de 80%[2] e a margem de erro de 5%, foram utilizadas para as três populações. Dessa forma, obteve-se o seguinte resultado do tamanho da amostra: 69 jovens e 25 representantes políticos. Em relação aos implementadores considerou-se o total de participantes.

Para a etapa de análise textual e descritiva das respostas às questões abertas dos três questionários recorreu-se ao ChatGPT para enriquecer as interpretações dos questionários, utilizando as respostas na íntegra, mantendo o anonimato das respostas e extraindo nuvens de palavras a partir do número de frequência destas.

Para criar a nuvem de palavras e manter o rigor na comparação analítica, em cada texto foram retiradas as "palavras vazias" (*stopwords*), ou seja, os artigos, advérbios, conjunções e conectivos, de acordo com o prompt construído para essa finalidade. Tal prática é considerada recomendável para o tratamento do texto. Assim, as palavras que compuseram as nuvens foram agrupadas e ponderadas por recorrência, sem reprocessar o texto, apenas interpretando os resultados consolidados. Foram estruturadas três camadas: convergências centrais, diferenças de ênfase entre os textos e leitura interpretativa, ou seja, o que isso revela sobre cada público.

Para Andrade, Schimidt e Montiel (2020),

> os softwares, livres ou pagos, possibilitam ao/à pesquisador/a articular e relacionar dados de pesquisa de maneira ágil, rápida e precisa. Pesquisar demanda do/da pesquisador/a abertura e disponibilidade de "ver" as informações de forma ampliada e aprofundada, de modo a fazer emergir o novo (Andrade; Schimidt; Montiel, 2020, p. 949) .

Nessa perspectiva, os autores reforçam o entendimento de Bicudo (2011, p. 22), para quem "pesquisar é perseguir uma interrogação em diferentes perspectivas, de maneira que a ela podemos voltar uma vez e outra ainda e mais outra" e salientam que, "a forma como o/a pesquisador/a organiza e lida com os dados de pesquisa é fundamental para o desenvolvimento da investigação" (Andrade; Schimidt; Montiel, 2020, p. 949).

3 ESCOLA E LETRAMENTO POLÍTICO

Desde as antigas civilizações da Grécia e de Roma, a educação política tem sido foco dos grandes pensadores e estudiosos, entre eles Platão, Aristóteles e Cícero. A reflexão sobre

[2] A definição por adotar 80% como nível de confiança está relacionada ao tamanho da população, envolvendo os três segmentos de sujeitos da pesquisa, visando garantir estimativa confiável de informações.

esse tema está presente em muitos estudos e discutido por vários pesquisadores, com contribuições importantes para o entendimento da educação política e do letramento político como elementos para o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Para Benevides (1996), a democracia é o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos, portanto, só tem sentido na medida em que os cidadãos possuem os conhecimentos que os tornam capazes de vivenciá-la de forma ativa. Santos (2021, p. 56) complementa tal entendimento ao apontar que a "educação para a democracia revela a educação como um instrumento indispensável para que os cidadãos atuem de maneira ativa e consciente na condução dos assuntos relacionados à política".

Para Forlini (2015, p. 13), "vários autores considerados clássicos constroem argumentações que mostram a necessidade de que o cidadão passe por um processo educativo que o torne cidadão, desenvolvendo os temas relativos à política e democracia". Já a filósofa germânica, naturalizada americana, Hannah Arendt "acrescenta que a cidadania não deve se limitar ao gozo de direitos civis, políticos e sociais, devendo se estender também à capacitação do cidadão para participar de forma efetiva dos espaços públicos" (Arendt *apud* Vasconcelos, 2022, p. 1). O exercício da cidadania está relacionado com o acesso aos direitos civis, políticos e sociais e com a capacidade do cidadão em participar ativamente da vida pública, ocupando espaços que lhe são de direito e que, muitas vezes, lhe são negados.

Nesse sentido, o letramento político é essencial tanto para a manutenção quanto para o fortalecimento dos valores e instituições da sociedade, ao fomentar o conhecimento que favorece a compreensão sobre a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos, as leis que regulam a vida em sociedade, regras eleitorais etc.

Contribuições relevantes chegam através da literatura sobre educação política quando se trata das relações e articulações presentes no exercício da cidadania com foco no letramento político como parte da formação dos jovens. Ferreira (2007) identificou em sua pesquisa com jovens portugueses que, embora exista elevado nível de satisfação em relação à formação política e a democracia, em especial após a transição para o regime democrático, a satisfação tende a diminuir quando "aumenta a distância entre o ideal democrático e a realidade concreta de seu exercício, ou seja, a forma como a política é percebida pelos jovens" (Ferreira, 2007, p. 69), uma vez que a "cidadania democrática pressupõe a participação ativa dos cidadãos no funcionamento da vida coletiva" (Ferreira, 2007, p. 71).

O letramento político possibilita promover a capacitação para que o cidadão adquira musculatura conceitual e repertório para compreender os debates políticos no Brasil e no mundo. A Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, em seu artigo 205,

estabelece que é um objetivo da educação brasileira, o preparo do aluno para o exercício da cidadania (Brasil, 1990) e, dessa forma, afirma a necessidade de que a educação busque preparar o cidadão e capacitá-lo, inclusive, para emitir suas opiniões e influenciar a tomada de decisão nas políticas públicas, utilizando os espaços de participação coletivos, de forma ativa. Contudo, a complexidade de tal tarefa requer outras instituições além da escola. Ou seja,

> Em um cenário tão complexo, não se pode alimentar a expectativa de que a escola seja capaz de educar as novas gerações, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania sem a colaboração da sociedade e o efetivo envolvimento de diferentes órgãos públicos (Dantas, 2016, p. 6).

Seja no Brasil, seja nos EUA, seja nos países europeus, apesar do discurso sobre a importância da educação para manter e fortalecer a democracia, "o ensino da democracia ainda é considerado uma questão de segunda ordem quer para a escola, quer para o governo" (Cosson, 2011, p. 50).

No Brasil, especialmente após 1970, em razão do regime político ditatorial, os currículos escolares ofereceram disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira para os alunos do Ensino Fundamental; e Estudos de Problemas Brasileiros para os alunos de nível superior. Essas disciplinas foram concebidas como uma doutrina direcionada ao Estado (Cosson, 2011). Com o retorno da democracia no Brasil, a partir de 1985, os currículos foram revisados e essas disciplinas foram substituídas e muitas nomenclaturas surgiram.

> Na verdade, temos um campo semântico constituído de muitos termos, recortando, recobrindo e repartindo abordagens e práticas nem sempre compatíveis umas com as outras: educação política, educação para cidadania, educação para a democracia, educação para cidadania democrática, educação em direitos humanos, educação comunitária, educação para a cidadania global, educação para paz, educação para a diversidade ou educação para a cidadania multicultural e letramento político (Cosson, 2011, p. 50).

Forlini (2015, p. 32), ao discutir os caminhos para a educação política e para a democracia nas escolas brasileiras, traz várias contribuições ao tema, entre elas, a reflexão de que a educação política é essencial para a qualidade da democracia em seus aspectos técnicos e valorativos e que a consolidação do sistema democrático depende dos debates realizados com os diversos sujeitos sociais. Destaca ainda que a educação política, entendida

como formação para a cidadania ativa e amparada pelo movimento de democratização, faz parte de um processo de educação continuada que ocorre na escola e fora dela, através da participação dos cidadãos nos movimentos sociais e nas discussões das políticas públicas. Nesse sentido, aponta que a participação no sistema político precisa vir acompanhada de uma cultura política que seja consistente para garantir os direitos da população no cotidiano.

Santos (2018, p. 20) defende que "a educação política vocacionada para a formação cidadã, compreendida como a aprendizagem do regime democrático, aderência aos valores estruturantes da democracia e a prática cotidiana desses valores" se dá no processo de pertencimento. Nesse sentido, a qualidade da democracia está relacionada ao quanto cada cidadão que compõe a sociedade "está conscientemente e criticamente engajado na defesa de uma organização democrática para a vida em comum".

Os autores supracitados trazem à tona uma discussão fundamental para se pensar a educação política como processo de letramento político que pode ser desenvolvido em diversos formatos e implementado por várias instituições, tanto do primeiro setor, através das fundações públicas, entre elas, as Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, Senado, Escolas do Legislativo, Escolas de Governo etc., quanto do segundo setor, representado pelas instituições privadas com fins lucrativos, que desenvolvem projetos de letramento político, como uma atividade de responsabilidade social; e, do terceiro setor, instituições sem fins lucrativos, onde as organizações realizam diversos projetos e programas voltados para o letramento político. No que diz respeito as organizações do terceiro setor, parte delas foi criada visando exatamente desenvolver a educação política para aprimorar o exercício da cidadania, como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), instituído durante o período eleitoral de 2002, ano em que Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) era presidente do Brasil e Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito para o seu primeiro mandato. O MCCE é uma rede formada por organizações da sociedade civil, movimentos sociais e religiosos e tem como objetivo combater a corrupção eleitoral e realizar trabalho educativo sobre a importância do voto, buscando colaborar para um cenário politico e eleitoral mais justo e transparente e para o fortalecimento da democracia.

Outro movimento do terceiro setor relevante para tornar as instituições do Brasil mais robustas, participativas e confiáveis é o Movimento Voto Consciente (MVC), criado em 1987, a partir de um grupo de pessoas voluntárias. O MVC se constituiu como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). O MVC fundamenta-se na premissa científica de que a educação política é o pilar necessário para a consolidação da cidadania e

a estabilidade democrática. Por meio de iniciativas estratégicas, como o projeto "Legis-Ativo", o MVC viabiliza o monitoramento técnico das atividades do Poder Legislativo e fomenta a consciência eleitoral crítica.

Tais instituições buscam trabalhar com a ideia de letramento político que compreende "o processo de apropriação de conhecimentos (direitos humanos, instituições políticas, democracia), práticas (exame de temas controversos, participação decisória, diálogos e valores (equidade, liberdade) para a manutenção e o aprimoramento da democracia (Cosson, 2011, p. 1). Com esta definição este autor sustenta que o letramento deve atuar como um processo de formação cívica, capacitando cada cidadão para a participação social ativa. Esse aprendizado deve se basear em conceitos fundamentais, como democracia, direitos humanos e o funcionamento das instituições políticas. Ao integrar esses temas ao cotidiano escolar, Cosson (2011) busca normalizar a presença da política na vida dos cidadãos, combatendo o distanciamento civil e superando a percepção comum de que a atividade política é irrelevante ou ineficaz.

Assim, o letramento político

> compreende a disseminação de conhecimentos sobre a democracia, governo democrático, organização política, instituições e seu funcionamento, a Constituição, direitos e deveres da vida em comum, ou seja, conhecimento sobre como a distribuição de poder se organiza e funciona. Todo letramento político só se efetiva quando promove práticas que tratam das habilidades e competências necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico, à participação decisória, à resolução pacífica de conflitos, ao viver em uma comunidade em que se reconhece igualmente o direito de cada um, em que há respeito pelo outro. Todo letramento político deve ser guiado por valores ou atitudes que sustentam e favorecem a vida democrática, tais como tolerância, diversidade nas relações sociais, interdependência, igualdade, equidade e liberdade (Cosson, 2011, p. 57).

É necessário que o letramento político tenha significado para os jovens, uma vez que a educação política não faz parte do cotidiano da maioria deles. O letramento possibilita a eles refletirem a respeito dos problemas existentes na sua comunidade, ligados não somente às questões envolvendo a juventude, mas a população do território como um todo e, a partir disso, fornece subsídios para que eles elaborem propostas para o enfrentamento de tais problemas, com um olhar ampliado.

O letramento político, para se traduzir em um programa de formação eficaz, precisa assegurar a participação ativa do público-alvo, a qualidade da formação recebida assim como clareza em seu objetivo. Tais ideias vão ao encontro da análise de Fuks (2014), ao estudar os efeitos de programas de socialização política. Para este autor, existem dois condicionantes

que precisam ser observados em tais iniciativas: o primeiro, relacionado ao desenho do programa, no que se refere ao grau de exposição dos indivíduos e a qualidade do instrutor; e, o segundo, relativo

> ao objetivo, que pode variar de simples inclusão de conteúdos políticos no currículo escolar a programas mais abrangentes direcionados para a formação de uma nova cultura política. Além disso, o formato do programa importa, sendo mais eficaz quando a experiência é mais dinâmica e envolve debate (Fuks, 2014, p. 427).

Um dos espaços que privilegia os debates como parte importante da formação é a escola. Pascolli e Pereira (2016, p. 13) afirmam que "é na escola que o jovem protagonista surge e busca espaço de atuação, se reconhecendo como sujeito autônomo, participativo, capaz de construir seu próprio destino, enquanto constrói sua identidade". Logo, a inserção do letramento político nas escolas torna possível oportunizar que os jovens vivenciem experiências políticas, exercendo sua cidadania por meio da reflexão, discussão, discordância e negociação de temas de forma democrática.

No seu artigo "Para que servem as escolas?" Young (2007) apresenta sua resposta à essa pergunta trazendo que "as escolas capacitam ou podem capacitar jovens a adquirir o conhecimento que, para a maioria deles, não pode ser adquirido em casa ou em sua comunidade" (Young, 2007, p. 1294) e ao discutir essa questão aponta a necessidade de se pensar sobre que tipo de conhecimento a escola deve transmitir e a quem interessa essa definição. Defende que a escola tem um papel central na transmissão do conhecimento poderoso, produzido historicamente, e na garantia de acesso dos alunos a esse conhecimento que ele traduz como acesso ao aprendizado de conhecimentos científicos, teóricos e especializados, em diversas áreas do saber, que não aprenderiam em outros espaços. Esse conhecimento poderoso permite ao aluno compreender o mundo de forma mais crítica e ampla.

Para ele "se as escolas devem cumprir um papel importante em promover a igualdade social, elas precisam considerar seriamente a base de conhecimento do currículo e se perguntar se esse currículo é um meio para que os alunos possam adquirir o conhecimento poderoso" (Young, 2007, p.1297) sendo que o professsor tem um papel essencial como mediador desse conhecimento. A partir disso, critica as visões que reduzem a escola a um espaço de convivência social e voltado apenas a ensinar as habilidades práticas do cotidiano ou preparar para o mundo do trabalho.

Dando ênfase ao tipo de conhecimento transmitido pela escola e ao papel do

professor, Freire (2024) destaca a necessidade do alinhamento dos saberes fundamentais à prática educativo-crítica e faz crítica ao que ele chamou de "ensino bancário", enfatizando a necessidade do diálogo para o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos, a partir da problematização e valorização da sua realidade apontando o professor como mediador desse processo.

Comungamos da compreensão de Freire e Young de que a escola é um espaço importante para o desenvolvimento de uma educação crítica e participativa de crianças, adolescentes e jovens a partir da garantia de acesso ao conhecimento, de que não basta que a escola ofereça apenas conteúdos relevantes se estes não dialogarem com a realidade dos alunos, proporcionando a construção de saberes de forma significativa, crítica e contextualizada, ou seja que a escola forneça uma educação de qualidade para todos, que não apenas informe, mas que, para além de informar forme sujeitos conscientes e capazes de atuar de maneira transformadora no terrritório em que estão inseridos.

Ao discutir sobre a importância do espaço escolar para o letramento político Benevides aponta que "a escola pode ser um *lócus* excelente para a educação em democracia e em direitos humanos, mas existem outros espaços para a educação democrática: eleições, partidos, associações profissionais, sindicatos, movimentos sociais e populares, mecanismos institucionais de democracia direta". (Benevides. 2023, p.1)

O letramento político pode colaborar para o desenvolvimento da percepção do jovem sobre seu papel como cidadão, na luta por direitos, o que tende a fortalecer os diferentes aspectos da democracia no país. Nesse contexto, "a educação política constitui [um] instrumento privilegiado para fomentar tal letramento, pois transmite e constrói conhecimentos sobre a cidadania, o governo democrático e a organização política" (Dantas; Nascimento; Silva, 2016, p. 152). Conforme os autores, a educação política é fundamental para o desenvolvimento de competências que qualificam a atuação do cidadão e fomentam o exercício do pensamento crítico no espaço público.

As reflexões de Santos (2018), Dantas (2016), Lahuerta (2015), Forlini (2015) e Cosson (2011), entre outros, auxiliam a compreender que os desafios do letramento político estão situados no contexto histórico da redemocratização do Brasil e que, portanto, exigem dos diversos sujeitos sociais um posicionamento crítico sobre a democracia e sua importância.

Para Afanio (2024, p. 87), "o aperfeiçoamento da democracia implica no processo de aprendizado político constante dos atores sociais", pois o baixo nível de confiança nas instituições democráticas no Brasil pode provocar reações negativas, a exemplo de ataques

às instituições como ocorreu em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023. Na ocasião, apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), invadiram o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto. A invasão aconteceu alguns dias após a posse do novo presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, do (PT). Durante o ataque foram depredadas e/ou roubadas obras de arte, computadores, móveis, documentos etc. Dentre os fatores que culminaram nesse cenário, destacam-se, além da derrota de Jair Bolsonaro no pleito de 2022, a intensificação de uma retórica de desconfiança em relação ao sistema eleitoral, especialmente quanto à lisura das urnas eletrônicas. Assim, ao longo do mandato do ex-presidente Bolsonaro, esse cenário foi alimentado pela deslegitimação de instituições centrais da República, notadamente o STF e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Até o início de 2026, segundo o balanço do próprio STF, esta instituição responsabilizou criminalmente 1.399 pessoas pelos atos golpistas, com penas que incluem prisão, multa e obrigação de reparar danos.No cenário brasileiro, marcado por um histórico de instabilidade e ceticismo, o letramento político se apresenta como uma ferramenta indispensável para mitigar a erosão da confiança nas instituições democráticas, pois ele transcende a mera alfabetização cívica, ou o acúmulo de informações sobre governos, ao auxiliar na compreensão, interpretação e atuação sobre a realidade social.

Conforme salienta Dantas (2016), a fragilidade das instituições brasileiras muitas vezes é alimentada por um déficit de compreensão sobre as atribuições de cada Poder. Quando o cidadão não distingue as competências do Legislativo e do Judiciário, a frustração com os resultados políticos tende a se converter em uma rejeição generalizada ao sistema democrático. O letramento político atua, portanto, na qualificação do debate, permitindo que a crítica seja direcionada à gestão ou ao representante, e não à existência da instituição em si.

Contudo, para esse estudioso, a escola "não é capaz de simular os ambientes ou reproduzir as experiências importantes para desenvolver competências e habilidades essenciais para o exercício de práticas democráticas" (Dantas, 2016, p. 6), em razão disso, são necessários outros espaços para que os jovens possam aprimorar as competências essenciais para a resolução dos problemas coletivos. Portanto, embora a escola contribua, ela não pode funcionar de forma isolada, ou seja, ela precisa atuar como mediadora do fazer político, articulando oportunidades para que os jovens tenham autonomia e sejam protagonistas de sua jornada como cidadãos.

Em que pesem os desafios para que os jovens desenvolvam essas habilidades,

> As pesquisas empíricas e o debate teórico mais recentes tendem a apontar que, menos que desinteressados ou apáticos diante da política, os jovens se mostram, sobretudo, desiludidos com a política tradicional ou com os mecanismos institucionalizados da vida política nas sociedades democráticas, o que implica, por exemplo, em uma certa descrença em relação às eleições, aos partidos e aos homens políticos (Tomizaki; Daniliauskas, 2018, p. 219).

Quando o ambiente escolar é democrático ele permite ao jovem encontrar nele elementos fundamentais para a construção de uma consciência crítica, a partir do eixo comprometido com os ideais de autonomia. Como diz Freire (2024, p. 58), "o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos, ou não, conceder aos outros".

Ambientes democráticos criam oportunidades para que os jovens manifestem suas inquietações e apresentem propostas de solução para os problemas locais percebidos. Essas oportunidades se traduzem de várias formas, a exemplo da organização e atuação em grêmios, colaborando para a construção de regras de convivência nos espaços escolares etc. Tal cenário não é possível "na educação autoritária na qual os adultos impõem as regras e as legitimam em nome de uma autoridade sábia, que não deve ser contestada" (Tognetta, Vinha, 2011, p. 127).

A política que tem como foco o interesse público "requer tempo e não pode se mover pela dinâmica da economia, assim como a educação e humanidades, ensino e pesquisa, tradição e inovação, requer tempo para se realizar e uso intensivo da razão dialógica" (Lahuerta, 2020 p. 359). Logo, formar cidadãos para que reconheçam e defendam tal política é um grande desafio, pois o atual movimento produtivo, impulsionado pela automação, inteligência artificial e análise de dados, tem reconfigurado as exigências do mercado de trabalho. No entanto, essa transição tem imposto um desafio pedagógico: a sobreposição das competências socioemocionais e tecnológicas à formação da consciência crítica.

Soma-se a esse cenário que a trajetória do jovem como um sujeito de direitos se inicia no Brasil somente nos anos 2000, isto é, com a promulgação da Lei nº 11.129, de 20 de junho de 2005, durante o primeiro mandato presidencial de Lula. Tal instrumento legal foi importante, pois criou o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional da Juventude. Entre as atribuições do referido Conselho se destacaram: formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas para a juventude; desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens, e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

A Constituição de 1988 não trazia referência aos direitos do jovem, ou seja, se

restringia aos direitos para crianças e adolescentes. Somente com a Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010, foram introduzidos os direitos prioritários dos jovens ao alterar o Capítulo da Família (Câmara, 2019).

Ainda que o CONJUVE se incumbisse de formular políticas públicas para a juventude, foi com a instituição do Estatuto da Juventude, criado pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, no governo da ex-presidente Dilma Rousseff, também filiada ao PT, que se definiu os princípios e diretrizes de políticas públicas voltadas para a garantia da educação, saúde, lazer, cultura, dignidade e profissionalização dos jovens. O Estatuto estabeleceu a faixa etária para caracterizar o adolescente e o jovem, ficando assim definido como adolescente, pessoas de 15 a 18 anos, amparadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e como jovem, pessoas de 15 a 29 anos, amparados pelo Estatuto da Juventude. Esta legislação criou ainda a Política Nacional da Juventude, caracterizada por um conjunto de programas do governo federal, visando a garantia de direitos e a promoção do desenvolvimento integral do jovem. Também regulamentou, através do Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2019, o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), com a missão de articular e organizar a promoção de políticas públicas para a juventude no âmbito federal, estadual e municipal, envolvendo a sociedade civil (Planalto, 2013).

A criação do Estatuto da Juventude foi um passo importante para se discutir os direitos e deveres dos jovens, suas necessidades e formas de atuação nos diversos setores da sociedade brasileira e para se compreender o jovem a partir dos marcadores sociais da diferença: classe social, gênero, raça/cor, etnia, orientação sexual e/ou religiosa, pessoa com deficiência etc.

Tais marcadores interferem nas relações sociais, gerando hierarquias, preconceitos e desigualdades seja no acesso a direitos, seja nas oportunidades. Eles operam de modo interseccional (interdependente), definindo o lugar social e as experiências de vida de cada jovem. O letramento político, ao incorporar a interseccionalidade, pode atuar questionando tais assimetrias, promovendo a cidadania crítica, ou seja, um tipo de formação que colabore para construir um perfil capaz de resistir às diversas opressões e de valorizar a diversidade no e fora do espaço escolar.

Pioneira no estudo sobre participação política dos jovens, Maria da Glória Gohn vê a juventude como uma construção social e analisa a categoria juventude e sua interface com os movimentos sociais. Para ela, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e o CONJUVE e a realização da primeira Conferência Nacional de Juventude, em 2008, "passa-se a reconhecer a juventude como demandante de direitos sociais, se consolida a ideia de

juventude sujeito de direitos, considerando o Estado como agente corresponsável pela construção de políticas públicas para este público" (Perez; Vasquez, 2024). Soma-se a isso, na esfera municipal, a ampliação dos conselhos de juventude, contribuindo para o processo de legitimação das demandas da juventude em âmbito local assim como para o crescimento da transparência e eficiência das ações governamentais para este público.

Gohn (1997) destaca o tema dos movimentos sociais da juventude a partir de três eixos: a questão da participação nos movimentos sociais; a participação nas instituições do Estado, para viabilizar a formulação e avaliação de políticas públicas; e a questão da educação, com ênfase na educação não formal, considerando os movimentos sociais como espaços de aprendizagem, inclusive, de letramento político.

A pauta de educação e atuação política da juventude no mundo esteve presente em alguns momentos históricos e, a partir da segunda década do século XXI, tem adquirido visibilidade, em particular, a partir de movimentos liderados por jovens que passaram a lutar por questões sociais, ambientais, econômicas e pelos direitos humanos. Esse engajamento político da juventude por intermédio dos movimentos sociais nasce do questionamento das estruturas existentes e propõe novas formas de organização à sociedade (Gohn, 1997). Ou seja, semelhante envolvimento é fruto de diversos processos de letramento político. Ao analisar os movimentos sociais, Gohn (1997, p. 93) retrata a perspectiva de Tarrow em "relação ao sistema de crenças e símbolos que inspiram os manifestantes" quando este enfatiza que eles "constroem um repertório de símbolos e imagens na cultura política e essa construção se dá por meio de lutas. Não é um repertório herdado do passado, mas algo construído no processo social". Logo, os movimentos sociais das juventudes têm se traduzido e manifestado em lutas políticas nas esferas nacional e internacional.

Um desses movimentos, com repercussão mundial, é representado pela ativista e Prêmio Nobel, em 2014, Malala Yousafzai, jovem paquistanesa, porta voz da luta pelos direitos das meninas a ter acesso ao ensino escolar e a buscar transformação social. Em seu discurso na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York, Malala apresenta seu posicionamento ao afirmar:

> Milhares de pessoas têm sido assassinadas por terroristas e milhões têm sido injustiçadas. Eu sou apenas uma delas. Então aqui estou, uma garota entre muitas. Eu falo não por mim mesma, mas por aqueles cujas vozes não podem ser ouvidas. Aqueles que têm lutado por seus direitos. Seu direito de viver em paz. Seu direito de serem tratados com dignidade. Seu direito de oportunidades iguais. Seu direito de serem educados. Queridas irmãs e irmãos, nós percebemos a importância da luz quando vemos a escuridão. Nós percebemos a importância da nossa voz quando somos silenciados. Do

> mesmo modo, quando nós estamos no Swat (Paquistão), nós percebemos a importância de canetas e livros quando vemos armas. O sábio ditado "a caneta é mais poderosa que a espada". Isso é verdade. Os extremistas têm medo de livros e canetas. O poder da educação os assusta. Eles têm medo de mulheres. O poder da voz das mulheres os assusta (Araújo, 2014, p. 42).

Malala não é a única jovem que luta por causas importantes. Greta Thunberg "começou sua jornada como ativista ambiental em 2018, com 15 anos, quando decidiu não frequentar as aulas para protestar contra as ondas de calor e incêndios na Suécia" (Borghini; Doretto, 2021, p. 1). Seu protesto repercutiu na internet e foi reproduzido por outros jovens em diversos países. Sua luta ligada às mudanças climáticas não se restringiu à Suécia, ou seja, se fez presente no Brasil, quando a ativista defendeu os povos originários, ao publicar em suas redes sociais que indígenas brasileiros da etnia Guajajara estavam sendo mortos a tiros no Maranhão. À época, Greta afirmou que "os povos indígenas est[avam] sendo literalmente assassinados por tentar proteger as florestas do desmatamento". Apontou que era "vergonhoso que o mundo permane[cesse] calado sobre isso". Essa fala provocou um embate entre a jovem ativista, reconhecida internacionalmente pelas denúncias de questões que afetam o mundo todo e o então presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Com sua habitual postura misógina e marcada pelo etarismo, ele desqualificou o posicionamento de Greta a respeito do desmatamento e do assassinato de indígenas no Brasil. À época, Bolsonaro utilizou sua rede social para qualificar pejorativamente Greta de "pirralha". Em resposta, ela demonstrou sua perspicácia ao ressignificar o termo e o adotar, como um símbolo de resistência, em sua descrição de perfil no Twitter (Mazui, 2019, p. 1). Se por um lado, ela obteve notoriedade para o ativismo dos jovens, por outro, seguiu enfrentando os estereótipos sobre juventude.

No Brasil, lideranças jovens também se fazem presentes, a exemplo de Txai Suruí, ativista e membro da comunidade indígena de Rondônia, pertencente à etnia Paiter Suruí. Ela ganhou notoriedade ao denunciar em artigo publicado pelo Jornal Folha de São Paulo, o aumento alarmante de casos de suicídio entre a comunidade guarani no ano de 2023. Na matéria, ela aponta que "a taxa de suicídio entre os povos indígenas é três vezes maior do que a média nacional". Txai utiliza sua coluna para ampliar as vozes da sua etnia e das demais, em particular, dos jovens dessas comunidades, para tentar promover ações efetivas.

Na Conferência Global Climática (COP 26), Txai Suruí, que foi a primeira mulher indígena brasileira a proferir um discurso na abertura, destacou que "um ponto central das questões climáticas ainda consiste no desafio de ser um diálogo acessível para todos e que grupos populacionais mais vulneráveis ainda não participam dessa discussão". Ela enfatizou

“ser inconcebível que outras pessoas falem por esses grupos e [também destacou] que os discursos são atravessados pelas relações de poder” (Silva; Carvalho, 2023, p. 266).

Ainda durante seu discurso, Suruí chamou a atenção para “o aumento da temperatura, o desaparecimento de animais, a morte dos rios e as dificuldades de plantio resultantes das alterações do clima; a urgente necessidade de promover agora, no presente, mudanças globais e ações efetivas frente à crise climática” (Silva; Carvalho, 2023, p. 269). Com tal argumentação Suruí expôs a urgência de ações globais coordenadas e imediatas, afinal, sob a ótica das populações indígenas e comunidades tradicionais, esses fenômenos não representam apenas crises ecológicas, mas ameaças diretas à integridade de suas identidades e territórios. Assim, a articulação entre as escalas local e global revela-se indispensável: a preservação dos biomas emerge como um pilar central na governança climática contemporânea e na manutenção da dignidade desses povos.

Observa-se nos exemplos contemporâneos de jovens de diferentes lugares do mundo, atuantes politicamente, que a representação política oficial não tem respondido satisfatoriamente às demandas da sociedade e que isso tem desestimulado o engajamento da juventude nas organizações políticas, em especial, nas instituições mais tradicionais, representadas por partidos, sindicatos e movimentos estudantis. Isso tem provocado a procura por pequenas organizações e grupos formais ou informais que garantam sua representatividade na busca de alternativas reais para os problemas por eles reconhecidos. Dessa forma, a participação juvenil tem se deslocado para espaços que dialoguem com condições efetivas para o engajamento e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, isto é, para espaços que lhes oportunize envolvimento na política do cotidiano (Tomizaki; Daniliauskas, 2018).

Castro (2008, p. 253) aponta que “a participação política dos jovens não se faz no vazio cultural e histórico, mas em sociedades reais que carregam as marcas singulares de sua história e as dificuldades específicas de seu presente”. No contexto brasileiro, o engajamento juvenil é mediado pela percepção das profundas desigualdades estruturais, de modo que os jovens reconhecem nas disparidades do presente as limitações impostas ao seu projeto de futuro. Essa consciência política, portanto, emerge do tensionamento entre a herança histórica de exclusão e a aspiração por uma cidadania plena e transformadora.

Um aspecto desse tensionamento é o pessimismo e a descrença das juventudes em relação às eleições, aos partidos e aos homens políticos assim como a baixa expectativa de serem ouvidos pelas lideranças políticas. Nesse cenário é preciso pensar alguns caminhos para estimular o engajamento e pertencimento dos jovens nas instâncias de

representatividade. Ao tratar do papel da educação política eleitoral, Afanio (2024, p. 58) aponta que "a Justiça Eleitoral desempenha um papel crucial no sistema democrático brasileiro, sendo responsável pela organização do processo eleitoral" e que essa instituição não é apresentada ao jovem na sua robustez, o que, talvez, seja essa uma das razões pelas quais o jovem não altera sua postura de desconfiança nesta e em outras instituições públicas. Nesse caminho argumentativo, Dantas (2018, p. 85) indica que "entre os desafios que envolvem a educação política no Brasil está a compreensão de que é preciso cativar os jovens para um despertar reflexivo e um compromisso mais responsivo para com a sociedade". Isso demanda, inicialmente, o entendimento de quais são e como atuam os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas: federal, estadual e municipal). O autor sugere ainda que uma forma de sensibilizar e motivar os jovens é apresentar a eles os espaços reais desses poderes e seus sujeitos.

> Sob essa perspectiva diversos órgãos públicos promovem ações educativas para receber crianças e jovens em suas instalações, disponibilizando conteúdos e promovendo práticas que lhes permitam a compreensão do funcionamento e da finalidade desses órgãos. Esses conteúdos e essas práticas devem respeitar o nível de desenvolvimento desses jovens, mas não podem banalizar a formação para a cidadania, porque ser um cidadão em uma sociedade múltipla e conflituosa requer competências e habilidades mais elevadas (Dantas, 2016, p. 7).

Na visão de Silva (2021), um desses órgãos públicos compreende

> as escolas do Legislativo [que] representam a ordenação do mundo democrático da esfera pública, suas práticas de promoção [da] democracia e cidadania possibilitam que se repense o funcionamento das instituições públicas, bem como a relação entre o Estado e a sociedade (Silva, 2021, p. 68),

Tais escolas foram institucionalizadas no processo de redemocratização no Brasil, quando a Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1988, que alterou o artigo 39 da Constituição Federal, em seu parágrafo 2º, previu a criação das escolas de governo, entendidas também como escolas do Legislativo (Silva, 2021, p. 68).

A Constituição trouxe em seu cerne a democratização das próprias organizações, abrindo oportunidades para um "novo ordenamento jurídico, fortalecendo as instituições e assegurando melhor oferta de seus serviços à população" (Silva, 2021, p. 70). Parte desses serviços tem sido realizada pelas escolas do Legislativo que propõem desenvolver junto aos cidadãos discussões sobre os conceitos de política, democracia e cidadania.

Inicialmente, as escolas do legislativo visaram a formação dos servidores, mas, com o tempo, passaram a representar a instituição capaz de fazer a conexão entre as casas legislativas e a sociedade civil, estimulando a adesão desta à proposta de formação para a cidadania, letramento político, educação política e cidadã. Desta forma, houve uma ampliação de seu papel. Além da qualificação dos servidores, tais escolas passaram a contribuir para formar politicamente a sociedade e, para isso, criaram uma estrutura com a finalidade de aproximar o Legislativo da sociedade e trabalhar para o fortalecimento da democracia por meio da educação política, oferecendo Programas Educacionais, tanto para os alunos do ensino fundamental, quanto para os do ensino médio e superior (Cosson, 2010, p. 67).

Gradativamente, as assembleias legislativas dos estados e as câmaras municipais brasileiras foram criando suas escolas do legislativo. Algumas mais atuantes, com propostas de formação dos servidores e atividades para a comunidade. Outras mais tradicionais, ou seja, dedicadas somente à formação dos servidores. Um modelo ou outro depende da visão e dos interesses dos membros de cada casa legislativa.

No Brasil, existem várias propostas de letramento político para jovens, desenvolvidas pela iniciativa pública, particular, religiosa e por organizações civis. Um exemplo de proposta recente oriunda da iniciativa pública é o Programa Educação para a cidadania e sustentabilidade, lançado em 2025, pelo Ministério da Educação. Segundo o Ministro Camilo Santana, o Programa tem por objetivo "contribuir para o desenvolvimento dos estudantes, ampliando sua capacidade de compreender e valorizar o Estado Democrático de Direito, reconhecer a importância do voto universal e respeitar a diversidade.

Esse Programa foi criado pela Portaria do Ministério de Educação e Cultura (MEC) número 642 de 16/09/2025, e em seu Artigo 3ª, parágrafo II, estabelece como um dos objetivos "promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos educandos, contribuindo para que desenvolvam as capacidades necessárias ao pleno exercício da cidadania e à participação autônoma, responsável e solidária na vida social democrática", objetivo este também definido pelo PPJ.

Já no início do século XXI, mais precisamente nos anos 2000, um dos seus principais programas de formação política foi desenvolvido pelas Escolas do Legislativo. Tal iniciativa consiste no Programa Parlamento Jovem. Sua primeira edição ocorreu em Brasília, em 2004, fruto da Resolução número 12/2003 e recebeu o nome de Parlamento Jovem Brasileiro (PJB). Tal Programa teve como foco formar "78 jovens estudantes do ensino médio e técnico integrado de escolas públicas e privadas, entre 16 e 22 anos, selecionados através de

concurso" (Barros, 2017, p. 21). Isto é, oportunizar a tais jovens um processo de formação e prática parlamentar simulada, na Câmara dos Deputados. Esta experiência inspirou as Assembleias Legislativas de vários estados a adotarem tal Programa. Com o tempo, isso se estendeu para diversas Câmaras Municipais, entre elas, a de Araraquara, em 2014, e a de Matão, em 2021, cujos Programas são analisados nesta dissertação.

Na visão de Lahuerta (2015, p. 4), "o Parlamento Jovem é uma iniciativa aplicada em diversos países e instituições e se mostra como uma das mais bem sucedidas ações para a democracia que acontece fora do ambiente escolar ou com configuração extracurricular".

Lahuerta (2015, p. 1) também destaca que "as funções pedagógicas e educativas dessa iniciativa desempenham uma ação importante na construção qualificada da democracia ao formar os estudantes a partir da difusão de informações e esclarecimento de pontos importantes acerca dos direitos e deveres dos cidadãos" e que, nos municípios onde há escolas do Legislativo, tal Programa tem sido desenvolvido em seu interior. Afinal, tais escolas têm como objetivo desenvolver processos de educação, através da formação continuada, visando fortalecer a atuação do poder legislativo na construção de uma sociedade justa.

As experiências de Parlamento Jovem têm visado fortalecer a participação das juventudes e sua compreensão acerca da importância da cultura democrática para a conquista de espaços de representatividade, seja na formulação de propostas de políticas públicas, seja no exercício diário em defesa de seus direitos. O Programa Parlamento Jovem nos municípios tem proposto um tipo de formação política que objetiva possibilitar aos participantes o acesso, não somente ao conteúdo, a partir de temas direcionados, mas também a experiência de conhecer a Câmara Municipal e entender o que são, para que servem, como elaborar e como utilizar os instrumentos de trabalho do poder legislativo local, a exemplo das Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei.

Com a divulgação dos resultados alcançados pelo Programa Parlamento Jovem em vários estados e municípios, pesquisadores passaram a estudar e discutir o tema sob a perspectiva da contribuição desse Programa para o fortalecimento da democracia e para o engajamento da juventude.

De Minas Gerais vem a experiência do Parlamento Jovem, criado em 2004, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), em parceria com a Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas, que proporciona aos jovens estudantes a experiência direta com o Parlamento, após a criação da primeira Escola do Legislativo do Brasil, que tinha como proposta "promover maior interlocução com a sociedade e diferentes atividades

de fomento à educação para a cidadania" (Cardozo, 2022, p. 21). A jornada de letramento ocorre através da formação dos monitores, em parceria com as Universidades, de encontros entre alunos e professores do Programa, debates e votação de temas de interesse dos jovens, oficinas formativas e palestras sobre os três poderes. Esse arranjo institucional criou ciclos de debates, audiências públicas, Comissão de Participação Popular, conferências estaduais, fóruns e seminários onde o Parlamento Jovem é entendido como um espaço de socialização política.

Ao contemplar tais formações e vivências o Programa do Parlamento Jovem mineiro oportuniza aos participantes experienciarem o funcionamento do Plenário e dos auditórios das Comissões Técnicas assim como o cotidiano do Legislativo. Eles também passam a conhecer os "Grupos de Trabalho, onde são elaboradas e votadas as proposições, defesas, junções e supressões e a Plenária Final realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), acompanhando a discussão e votação das propostas" (Cardozo, 2022, p. 21). Todas essas atividades são coordenadas pelos monitores do Programa.

Embora seja um Programa de curta duração, o PJ desenvolve atividades políticas que têm como objetivo proporcionar aos participantes a aquisição de competências políticas a partir do acesso a informações e experiência real junto ao legislativo. Esta iniciativa da ALMG tem sido replicada em muitos municípios mineiros, a exemplo de Pouso Alegre. Seu Programa foi destaque em 2025, sendo representado por uma aluna e pelo coordenador do Programa no "encontro estadual que reuniu mais de 150 jovens de diferentes regiões do Estado e teve como tema central Juventude e Direitos Culturais [...]" (CMPA, 2025, p. 1). O encontro foi marcado pelo protagonismo dos jovens que tiveram espaço para defender suas ideias, exercitando a capacidade de diálogo num ambiente democrático e plural.

Santos Junior (2022) realizou análise comparada dos programas de letramento político e do parlamento jovem dos legislativos brasileiros e europeus na perspectiva do conteúdo educativo desenvolvido através dos websites, trazendo contribuições para ampliação do tema, a partir da experiência do PPJ da Câmara Municipal de Palmeira, cidade do interior do Paraná. Cardozo (2022) direcionou seu estudo para testar a relação entre cidadania e cultura cívica no que se refere a conhecimento, comportamento e participação democrática, examinando a contribuição das políticas públicas dos programas de educação cívica desenvolvidas pelas Casas Legislativas no Brasil, a partir do PPJ realizado em Minas Gerais. Essa mesma experiência em Minas Gerais já havia sido foco da pesquisa de Siqueira (2013), que analisou o Parlamento Jovem no que se refere as atitudes políticas.

Essas reflexões de Siqueira (2013), Santos Junior (2022) e Cardozo (2022) inspiram

a olhar para as experiências estudadas nesta dissertação e a buscar entender se há e quais seriam as similaridades e/ou diferenças. O Programa Parlamento Jovem tem demonstrado que o processo de letramento político contribui para o avanço da discussão sobre democracia, sendo um exemplo disso a experiência do Parlamento Jovem de Palmeiras, no interior do Paraná, que, desde 2014, desenvolve o letramento político junto aos estudantes pertencentes as redes de ensino pública e particular. Em geral, os jovens têm entre 12 e 17 anos. A formação conta com encontros mensais para simulação de atividade parlamentar e palestras. "O Parlamento Jovem de Palmeira teve o reconhecimento do poder público quando ganhou o Prêmio Gestor Público Paraná 2016 e, do setor privado, quando foi finalista e obteve a menção honrosa no Prêmio Sesi ODS 2017" (Santos Junior, 2022, p. 21). Tal experiência foi registrada em um "e-book publicado pelo Interlegis, do Senado Federal com o título Parlamento Jovem: como implementar – relatos da Câmara de Palmeira" (Santos Junior, 2022, p. 22).

O Programa Parlamento Jovem de Palmeira-PR serviu como ferramenta de letramento político e de incentivo para a participação de jovens nas funções legislativas, de fiscalização e assessoramento do Poder Executivo em âmbito municipal. A partir dele foi criado o Programa Geração Atitude com o objetivo de "apoiar a formação cidadã de estudantes paranaenses da rede estadual de ensino, promovendo a participação política e o protagonismo juvenil" (Santos Jr., Braga, Albano, 2023, p. 22). O Programa Geração Atitude, criado em 2023, foi dividido em duas partes: a primeira, recebeu o nome de Geração na Escola e foi desenvolvida através de capacitação por intermédio de palestras e debates para professores, assessores legislativos, promotores e juízes, em conjunto com as equipes pedagógicas das escolas. E, a segunda, com o nome Caravana da Cidadania, foi desenvolvida visando selecionar propostas de projetos de lei, apresentadas por estudantes sob a supervisão de professores das escolas.

O Programa Parlamento Jovem é uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Paraná e do Ministério Público do Paraná, com o apoio de instituições estaduais, e tem como objetivo colaborar para tornar os estudantes do ensino médio da rede pública cidadãos conscientes. Presente em escolas de todo o estado, o Programa incentiva o protagonismo juvenil e o interesse por temas como cidadania, democracia, política, eleições, voto consciente e o funcionamento dos Poderes. Assim, estimula os jovens a atuarem como agentes de transformação em sua comunidade e sociedade (ALEP, 2026).

A Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), em parceria com universidades do Paraná, desenvolve também o Parlamento Universitário, desde 2016, objetivando promover

a simulação do dia a dia do parlamento, para o qual são selecionados anualmente 54 estudantes do ensino superior. Segundo a ALEP, "o Parlamento Universitário foi idealizado a partir da experiência do Projeto Politeia, uma parceria do Instituto de Ciência Política da UnB (Universidade de Brasília) com a Câmara dos Deputados" (Santos Jr.; Braga; Albano, 2023, p. 23).

Silva (2021) buscou identificar a efetividade da democracia e cidadania na atuação das escolas do Legislativo e comparar as ações (protagonismo juvenil) promovidas pelas escolas do legislativo da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) e Câmara Municipal de Manaus (CMM), capital do estado do Amazonas, frente às escolas dos legislativos das Assembleias e Câmaras Municipais brasileiras de outras regiões, no período de 2016 a 2019. O estudo demonstrou que a educação política tem sido tratada de maneira diversa no Brasil. Decorre desse cenário, a relevância de se investigar como tem sido desenvolvido o letramento político e protagonismo dos jovens participantes.

Em 1999, em São Paulo, foi implementado o Programa Parlamento Jovem Paulista, inicialmente, destinado a estudantes do 5º ao 9º ano do ensino fundamental. A partir de 2002, passou a incluir os alunos do ensino médio. E, no ano de 2016, foram feitas mudanças nas regras de inscrição para o Parlamento Jovem Paulista, que passou a atender estudantes com idades entre 14 e 21 anos, matriculados no 9º ano do ensino fundamental, no ensino médio e no ensino técnico. Para Cosson (2008, p. 114), "o Parlamento Jovem da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo é paradigmático, pois é adotado, com poucas modificações, em vários municípios", incentivando os jovens a conhecerem o cotidiano de uma casa legislativa, procurando despertar neles o interesse pela participação política.

Souza (2018) destaca que "o Parlamento Jovem Paulista é um programa de simulação parlamentar que inclui uma visita as dependências da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e palestras sobre o funcionamento da Casa e o papel dos deputados" e propicia aos estudantes experienciar parte do trabalho desenvolvido pelos deputados através de simulação das discussões nas comissões.

> Diferentemente de outros programas de letramento político do Brasil, o Parlamento Jovem Paulista não é vinculado a uma escola legislativa, no caso, o Instituto Legislativo Paulista, mas sim realizado pela própria Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) que designa uma equipe para coordenar o programa e realizar a seleção dos candidatos. O programa tem periodicidade anual (Souza, 2018, p. 17).

Segundo Dantas e Santos (2021, p. 11), as escolas do Legislativo "são espaços para a disseminação de conteúdos de democracia basilares ao amadurecimento político da

sociedade em geral". Com a criação de tais escolas observa-se o interesse na implantação do Programa Parlamento Jovem (PPJ) em muitos municípios brasileiros, entre eles, Suzano, Limeira, Araraquara, Matão etc. sendo os dois últimos foco desse estudo.

A implantação mais recente entre esses municípios ocorreu em Limeira em 2023, aprovado pela Resolução nº 843/2023 e tem como objetivo "aproximar os jovens do processo legislativo, promovendo a educação e a compreensão do papel do Legislativo na sociedade. Desenvolvido pela Escola do Legislativo, o modelo utilizado é dividido em quatro ações principais: Plenário jovem, Câmara Criança, Visita Guiada e Câmara de Vereadores Juniores" (CML, 2023). O público-alvo deste PPJ são os alunos de 13 a 24 anos, das escolas municipais, estaduais e particulares. O processo de letramento político contempla a apresentação dos três poderes, com ênfase no legislativo, aos participantes e visita guiada as dependências da Câmara Municipal. O PPJ de Limeira é formado por 21 jovens eleitos pelos próprios colegas nas escolas, que se inscrevem para participar do Programa e tem duração de 1 ano. Os jovens eleitos por sua vez são apadrinhados pelos 21 vereadores oficiais do município. Não foi encontrado na literatura relatos acadêmicos dessa experiência. Percebe-se que, no momento da implantação do PPJ, as Escolas do Legislativo, a exemplo da de Limeira, seguem o modelo de municípios experientes, buscando trazer para o letramento político conteúdos que contribuam para que os jovens compreendam a importância do exercício da cidadania para o fortalecimento da democracia e também a relevância da atuação dos (as) vereadores (as) oficiais, ou seja, dos "padrinhos ou madrinhas", para fiscalizar e demandar ações do poder executivo a fim de assegurar os direitos da população.

Os trabalhos acadêmicos que compuseram a revisão desta dissertação foram sintetizados no Quadro 3. O descritor utilizado foi parlamento jovem e os bancos de dados selecionados foram Scielo Brasil e Catálogo de Teses e Dissertações Capes.

Quadro 3. Revisão Teórica

Autor / Ano	Banco de Dados	Tema central do trabalho analisado	Metodologia	Principais resultados
Afanio (2024)	Capes	Identificação do nível de confiança dos jovens nas instituições a partir da política de educação eleitoral	Pesquisa empírica , com abordagem quantitativa, utilizando o método de análise de dados pareados	Análise empírica apontou aumento da confiança nas instituições democráticas após a intervenção.
Cardozo (2022)	Capes	Arranjo institucional entre a ALMG e Universidade na formação do letramento político do PPJ.	Abordagem qualitativa e quantitativa; análise documental.	O arranjo institucional possibilitou a formação de monitores para realização de ciclos de debates, Conferências Estaduais, Fóruns de Juventude e Visita dos jovens ao Parlamento mineiro.
Casalecchi (2012)	Capes	Nível de confiança dos participantes do PJ nas instituições: Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de MG e Câmara Municipal de Belo Horizonte	Pesquisa Empírica, aplicação de questionário . Análise de dados multivariadas (grupo de controle)	Análise dos dados apontou maior intensidade no aumento da confiança na ALMG e menor intensidade do nível de confiança na Câmara Municipal de Belo Horizonte após a realização do PPJ

Carmo (2011)	Capes	Acesso e utilização do ambiente web como ferramenta para participação da sociedade nas discussões e decisões da Assembleia Legislativa de Minas Gerais	Estudo de caso	Espaços de participação via utilização da internet tiveram caráter mais suplementar que os processos presenciais mas proporcionaram acesso a informação, prestação de contas e formação para a participação. Ambientes web contribuem para o debate público mas ainda não atendem às condições exigidas para o processo de deliberação na esfera pública da ALMG.
Cosson, 2010	Scielo	Os conteúdos ensinados no letramento político e suas implicações para a democracia.	Avaliação de programas e revisão de literatura na perspectiva do letramento político	Pedagogia do letramento político demanda reflexões e pesquisas constantes para todos que se propõem ao ensino da democracia.

Dantas; Nascimento; Silva (2016)	Repositório da Unesp	Percepção dos jovens sobre política e democracia: as experiências formativas do PPJ de Araraquara Suzano	Abordagem quantitativa e qualitativa, análise documental, aplicação de questionário de avaliação do curso de educação política	Estudo comparado aponta que a educação política para os jovens pode ser conduzida a partir de diferentes desenhos organizacionais, com definição de público-alvo (ou sujeitos) e conteúdo de acordo com esse desenho. Aponta que os jovens que passaram por programas de educação política nesses municípios apresentam percepções semelhantes sobre os temas abordados e que vários desafios envolvem o letramento político no Brasil, entre eles cativar os jovens para um compromisso mais responsivo para com a sociedade e zelar pela ética suprapartidária
Fernandes (2021)	Capes	Relação entre a educação política e os status socieconômicos. Desigualdades sociais e seus efeitos sobre o conhecimento e engajamento político . PPJ Minas Gerais	Abordagem quantitativa e qualitativa, com análises fatoriais exploratórias	A condição socioeconômica do jovem e sua família interfere na sua participação no PPJ. Jovens pobres, mesmo com a intervenção da Educação política são "deixados para trás" em relação aos demais

Forlini (2015)	Repositório da Unesp	Percepções de jovens do ensino médio, de escolas públicas, sobre educação política.	Abordagem qualitativa e quantitativa; pesquisa de dados com 3 grupos focais, através de aplicação de questionários e entrevistas.	O debate sobre as possibilidades de se trabalhar o conteúdo de educação política nas escolas públicas esbarra em várias condicionantes: materiais superficiais sobre o tema, sobrecarga de trabalho e precarização salarial dos professores, foco do ensino médio em preparar o jovem para o mercado de trabalho em detrimento a prepará-lo para a cidadania. Para o estudante há ausência de formação política na escola.
Fuks (2014)	Scielo	Mudanças geradas pelos programas de educação cívica nos participantes do Parlamento Jovem mineiro.	Pesquisa experimental com amostragem aleatória e aplicação de questionário.	Pesquisa aponta que os efeitos do PJ não são distribuídos de forma homogênea. As atitudes políticas associadas a valores são mais resistentes à mudança; existe vários níveis de resistência às mudanças. Emergência de cultura política local a partir do conhecimento adquirido.
Lazaretti (2019)	Capes	Análise da oferta de formação e capacitação da Escola do Legislativo de Araraquara e seus benefícios para os servidores e demais cidadãos	Estudo de caso: Pesquisa documental, entrevista, pesquisa de campo com aplicação de questionário	Resultados da pesquisa apontam que as atividades desenvolvidas pela EL não geraram lideranças comunitárias nem políticas. A tomada de decisão é delegada aos políticos.
Lahuerta (2017)	Unesp	Importância do Laboratório de Politicas Públicas para as discussões da conjuntura política e propostas de programas de educação política.	Entrevistas	A Universidade desempenha papel importante na formação de programas de letramento político aproximando a Universidade da sociedade.

Martins; Barros (2018)	Scielo	Autopercepção dos participantes egressos do PJB no comportamento político.	Análise quantitativa, aplicação de questionário, técnicas descritivas.	Pesquisa aponta ampliação de engajamento, envolvimento social e acompanhamento das agendas políticas. Aponta também crescimento em atividades partidárias, predominantemente entre os homens.
Rocha (2016)	Capes	Perfil dos participantes do Programa Estágio - Visita e PJB: adesão a conceitos de democracia	Pesquisa qualitativa e quantitativa. Aplicação de questionário	Pesquisa aponta a importância do estágio vivência para fortalecimento da educação política.
Santos (2021)	Capes	Representações sociais da juventude no PJ de Minas: cidades de Montes Claros e Guaxupé. Diversidades e letramento político	Pesquisa qualitativa, pesquisa documental e trabalho de campo através das redes sociais virtuais (em razão da Covid 19)	Percepções dos coordenadores e dos jovens: o PPJ é visto como oportunidade de acesso à educação cidadã .
Santos Junior (2022)	Capes	Análise comparada do programa de letramento político e do PPJ dos legislativos europeus e brasileiros , na perspectiva do conteúdo educativo. Experiência brasileira em Palmeira - PR	Pesquisa qualitativa e quantitativa, análise de documentos, aplicação de questionáros via web.	As experiências brasileiras e europeias trazem elementos comuns no quesito conteúdo. Ainda que o processo democrático tenha sido construído em tempos diferentes, mantem-se a proposta de letramento político com foco na cidadania e no seu fortalecimento. O uso de tecnologias (websites) contribuiu para o processo de letramento político. A experiência em Palmeira-PR foi registrada através de e-book.

Siqueira (2013)	Capes	O PJ enquanto espaço de socialização política e a dinâmica da mudança das atitudes políticas promovidas nos jovens em decorrência de sua participação no programa . Experiência em Minas Gerais	Pesquisa quantitativa , uso da técnica de quase experimento e aplicação de questionário e entrevista	A análise dos dados da pesquisa aponta que as mudanças de atitudes observadas nos participantes foram reflexo do contexto a que estão expostos (já nasceram na democracia) e não na participação do PJ.
Silva (2021)	Capes	Efetividade da democracia e cidadania da Escola do Legislativo: Assembleia Legislativa do Amazonas e Câmara Municipal de Manaus	Pesquisa qualitativa e quantitativa, análise de documentos, aplicação de questionário, método descritivo e observação indireta,	Região norte é impactada pela cartografia social refletindo no desenvolvimento de programas sobre democracia e cidadania. Pesquisa aponta a ineficácia junto a sociedade. Atuação das escolas do legislativo pautada na qualificação dos servidores. Alunos demonstram interesse pelas atividades das escolas do Legislativo em especial no conhecimento da atuação delas.
Sousa (2019)	Capes	Impacto na mudança de atitudes políticas em relação à confiança nas instituições democráticas nos alunos participantes do PJ desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e os fundamentos da legitimidade da democracia	Pesquisa empírica Quantitativa, com aplicação de questionário. Método de análise de dados pareados.	A hipótese de que o programa de educação eleitoral altera a atitude dos alunos participantes em relação à confiança nas instituições democráticas não se confirmou. Pequenas mudanças observadas nos participantes, ainda incipientes.

Fonte: Elaboração própria (2025).

De acordo com o Quadro 3 foram encontrados subsídios importantes que contribuíram para a investigação aqui proposta, a exemplo das reflexões trazidas por Lahuerta (2017) e Dantas (2016) sobre a necessidade de se conhecer o contexto e o nível de maturidade dos implementadores quando da criação e do desenvolvimento dos PPJ para que o letramento político provoque um reposicionamento do jovem e não se torne mais um programa meramente acadêmico. O exemplo de Minas Gerais, em especial o PPJ de Pouso Alegre, contribuiu para o entendimento de que a intencionalidade no fazer do letramento político favorece o engajamento das lideranças jovens e se manifesta, não só na luta pelas pautas da juventude, como também na sua presença nos espaços de representatividade, a exemplo de alguns jovens que passaram pelo Programa e se tornaram vereadores oficiais.

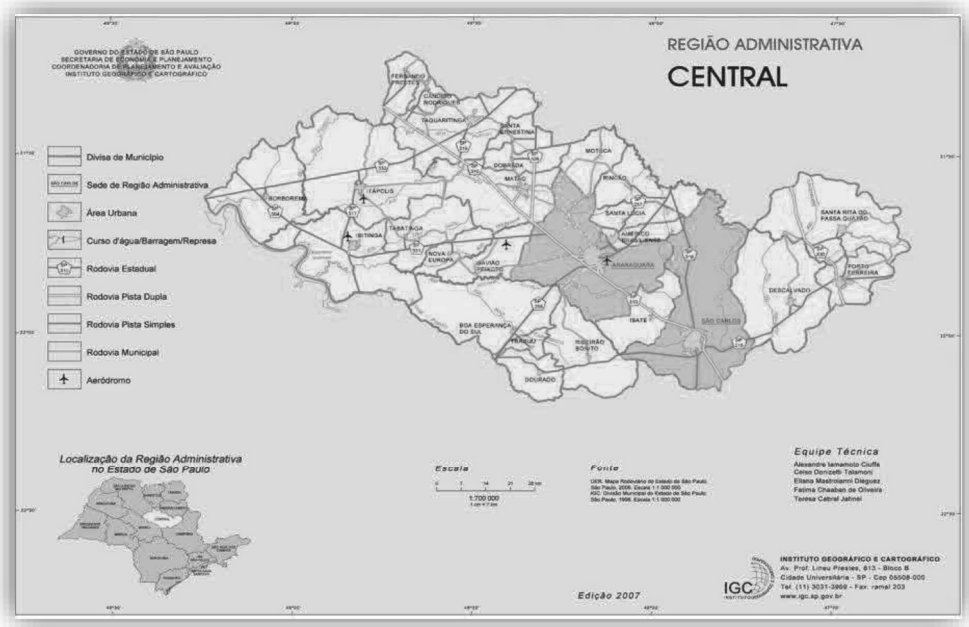
4 CARACTERIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DAS EXPERIÊNCIAS DO PPJ: ARARAQUARA-SP E MATÃO-SP

O estado de São Paulo está dividido em 16 regiões administrativas (Figura 1), sendo uma delas a Região Central, composta por 26 municípios, distribuídos em duas microrregiões, Araraquara-SP e São Carlos-SP (Figura 2). Segundo dados do SEADE em 2023, o PIB da Região representou 1,9% do estadual. A três maiores cidades somaram 63,4% de todas as riquezas produzidas, ficando distribuídas entre São Carlos com 28,5%, Araraquara com 24,1% e Matão com 10,8% (SEADE, 2024).

Figura 1. Regiões do Estado de São Paulo

Fonte: https://www.fazenda.sp.gov.br (2025).

Figura 2. Região Administrativa Central



Fonte: http://www.igc.sp.gov.br (2025).

De acordo com o Sistema Estadual de Análise de dados (SEADE), em 2024, Araraquara-SP contava com 246.641 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,815, considerado alto (IBGE, 2024). O PIB Municipal é o 2º maior da Região Administrativa Central, originado pelo setor de serviços (68,4%), pela indústria (18,4%), sendo ainda 12,2% proveniente de impostos líquidos de subsídios e 1% gerado pela agropecuária. Entre os setores que mais empregam estão indústria (37,5%) e serviços (33,2%) (Seade Municípios, 2024).

De acordo com o site da prefeitura de Araraquara-SP, a cidade está classificada entre as três melhores de médio porte do Brasil, no que se refere a qualidade de vida, ocupando a 12ª posição no ranking geral entre as cidades brasileiras, segundo o Índice de Progresso Social (IPS) Brasil 2025.

No que se refere aos dados da Educação, segundo o IBGE Cidades (2024), o município, em 2022, apresentava taxa de 98,27% de escolarização de 6 a 14 anos. Em 2024 registrou 26.599 alunos matriculados no ensino fundamental, atendidos por 74 escolas, públicas e privadas, incluindo escolas urbanas e escolas do campo e 8.441 alunos no ensino médio, atendidos por 40 escolas públicas e privadas. Em 2023 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no Ensino Fundamental, nas escolas públicas, anos finais, foi de 5,2 e no Ensino Médio foi de 4,5 (QEdu, 2025).

Quando comparado ao IDEB do Estado de São Paulo verifica-se que nos anos

finais o desempenho dos alunos de Araraquara-SP ficou abaixo do índice estadual que foi de 5,4. No ensino médio os alunos tiveram o mesmo desempenho identificado no estado que foi de 4,5. As metas estabelecidas para os estudantes do país para os anos finais de 6,1 e de 5,4 para o ensino médio não foram alcançadas. Isso sinaliza que é necessário investimento na qualidade da educação do município, em todas as etapas. A melhoria da qualidade com equidade na educação é um grande desafio para o desenvolvimento do país. Um ponto a considerar é que esses dados, embora disponíveis, nem sempre são discutidos e tratados pela comunidade escolar. São componentes do diagnóstico da educação municipal que poderiam compor o conteúdo do processo de letramento político do PPJ, contribuindo para a apropriação desse tema pelos jovens, uma vez que acesso à educação de qualidade é um dos direitos preconizados pela Constituição.

Na eleição municipal de 2024, 68,75% dos 177.053 eleitores compareceram às urnas em Araraquara-SP e elegeram 18 vereadores, sendo três mulheres. Do total de jovens de 16 a 24 anos aptos a votar (16.929), 64,48%, isto é, 10.915 jovens compareceram às urnas. A abstenção foi de 6.014 eleitores nessa faixa etária, ou seja, 35,52%. Em comparação às eleições de 2020 constatou-se aumento de abstenção de 32,52% para 35,52%, ou seja, dos 18.843 jovens de 16 a 24 anos aptos a votar, 6.127 não compareceram às urnas (TSE, 2025).

Segundo o TSE, em 2024, houve recorde de abstenção dos eleitores em geral, superando as eleições de 2020, quando o processo eleitoral ocorreu em meio à pandemia de COVID-19. No caso dos jovens a abstenção pode ser atribuída, segundo Danniel Barbosa, gestor de conteúdos da Politize!, ao desinteresse e desconexão dos jovens, por não considerarem a eleição um evento significativo, preferindo não participar do processo democrático e, dessa forma, delegar a outros a escolha daqueles que definem o futuro do país, do estado e do município. Para Barbosa, "a qualidade do processo democrático brasileiro depende de despertarmos nos jovens o interesse pela participação cidadã e pelo voto consciente e informado, algo fundamental para a construção de uma base sólida para a democracia futura" (Observatório 3º setor, 2026). Para isso é importante fomentar o desejo de participação e empoderamento democrático nos jovens. Não basta apenas incentivar a obtenção do Título de Eleitor, a partir dos 16 anos.

Com número de eleitores inferior a 200.000, tanto em Araraquara-SP quanto em Matão-SP não é realizado o segundo turno para a eleição do cargo de Prefeito. Araraquara-SP registra histórico de mandatos de partido de esquerda no Executivo, porém, na eleição de 2024, foram eleitos Luís Cláudio Lapena do Partido Liberal (PL),

candidato da coligação de partidos de centro-direita e a vice-prefeita Lucimeire Laurindo, do Republicanos. A composição do Legislativo, configurada como de centro direita, é representada por 4 vereadores do PL, 2 do Novo, 2 do Republicanos, 2 do progressista, 2 do MDB, 1 do PC do B e 5 do PT.

A cidade de Matão-SP, classificada como cidade de médio porte, com 78.965 habitantes (SEADE, 2024) também está localizada na Região Central do estado de São Paulo e pertence à macrorregião de Araraquara-SP. Apresenta IDHM de 0,773 (IBGE, 2024), que é considerado alto. Se destaca por apresentar o 3º maior PIB municipal regional, em decorrência da presença de indústria de grande porte dos setores agroindustrial, metalomecânico e automação . Enquanto o setor da indústria representa 39,1 %, do PIB, o de serviços corresponde a 44,8 %. Entre os setores que mais empregam está a indústria com 28,5%, atividades rurais, em especial do agronegócio laranja e cana de açucar, com 26,9% e serviços com 24,3% (Seade Municípios, 2024).

Em relação aos dados da Educação, o município, em 2022, apresentou taxa de 99,6% de escolarização de 6 a 14 anos. Em 2024, Matão-SP registrou 8.874 alunos matriculados no Ensino Fundamental, os quais são atendidos por 46 escolas, sendo 27 pertencentes à rede municipal, 18 à rede estadual e 1 relacionada ao Instituto Federal, incluindo escolas urbanas e escolas do campo e 2.954 alunos no ensino médio, atendidos por 12 escolas, sendo 1 municipal, 1 ligada ao Instituto Federal, 6 da rede estadual e 4 da rede privada (IBGE Cidades 2024). O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2023, no Ensino Fundamental, nas escolas públicas, anos finais, foi 5,5 e no Ensino Médio foi 4,6 (QEdu, 2025).

Quando comparado ao IDEB do estado de São Paulo verifica-se que nos anos finais e no ensino médio o desempenho dos alunos de Matão-SP ficou pouco acima do índice estadual que foi de 5,4 e 4,5 respectivamente. As metas estabelecidas para os estudantes do país para os anos finais de 6,1; e, de 5,4 para o ensino médio, não foram alcançadas. Da mesma forma que em Araraquara-SP, esses dados indicam a necessidade de investimento na qualidade da educação do município, em todas as etapas.

O cenário da educação em ambos os municípios coloca um desafio a mais para pensar o trabalho de letramento político, afinal, ao sinalizar problemas envolvendo as habilidades e competências de leitura, interpretação e escrita de textos em diferentes níveis, o processo de formação política tem que ser didático e capaz de explorar bastante a oralidade.

Quando comparamos os dados dos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP, no

que se refere ao IDHM percebe-se que ambas as cidades possuem índices considerados altos, que a proximidade geográfica facilita o deslocamento da população entre os municípios, tanto em relação a oportunidades de trabalho e renda quanto ao acesso à formação acadêmica.

Na eleição municipal para o mandato de 2025-2028, 74,52 % dos 65.668 eleitores compareceram às urnas em Matão-SP e reelegeram o candidato a prefeito, mantendo a tradição das últimas eleições de elegerem candidatos de esquerda. Elegeram 11 vereadores, entre eles, duas representações femininas (SEADE, 2024).

Do total de jovens de 16 a 24 anos (4.502), aptos a votar em Matão-SP, 3.185 (70,75%) compareceram às urnas. A abstenção foi de 1.317 eleitores nessa faixa etária, o que representa 29,25%. Em 2020, dos 7.609 jovens aptos a votar, 28,76% (2.188) não compareceram às urnas. Comparando os dados de abstenção entre jovens nas eleições de 2020 e de 2024 tem-se um aumento de 28,76% para 29,25% (TSE, 2025).

Os percentuais de abstenção registrados nas eleições de 2020 e 2024 em Araraquara-SP foram superiores ao de Matão-SP. Tais percentuais podem sinalizar tanto a falta de interesse e desconexão dos jovens por esse direito, quanto uma manifestação de protesto pela falta de confiança nos sistemas eleitoral e político nos dois municípios.

Foi reeleito como prefeito Cido Ferrari do PT e o vice-prefeito Diego Mingorance, do MDB. A composição do Legislativo, configurada como de centro direita, é representada por 2 vereadores do PL, 1 do União Brasil, 2 do Republicanos, 2 do PP, 1 do MDB, e 3 do PT.

O resultado da eleição de 2024 em ambos os municípios registra o avanço de partidos de centro direita na composição do legislativo bem como baixa representatividade de mulheres e negros entre os vereadores.

Entretanto, em contextos políticos distintos, ambos os municípios optaram em olhar para as juventudes a partir da manutenção do programa de letramento político, no caso, o Parlamento Jovem. Tal Programa visa oportunizar a participação e exercício da democracia pelos jovens.

4.1 Criação do PPJ nos municípios da pesquisa

Em Araraquara-SP, o Programa Parlamento Jovem (PPJ) teve sua primeira tentativa de implantação em 2001, mas sem êxito. Não havia ambiente político favorável por parte dos vereadores. A proposta ressurgiu em 2014, após a criação da Escola do Legislativo em 2013, e passou a desenvolver eventos formativos e culturais. Para isso, a

Escola do Legislativo buscou aproximação com a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) e firmou parceria com seu Laboratório de Política e Governo (LabPol) (Nascimento; Silva; Seino, 2016). Já no município de Matão-SP, o PPJ foi criado em 2021, fruto da proposta dos jovens para a Câmara Municipal após participarem do Programa Cidadania.

O Quadro 4 apresenta o escopo legal da criação e funcionamento das Escolas do Legislativo e dos Programas Parlamento Jovem em Araraquara-SP e Matão-SP.

Quadro 4. Escopo legal das Escolas do Legislativo e PPJ

IMPLANTAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO E DO PPJ				
MUNICÍPIO	**ESCOLA DO LEGISLATIVO**	**LEGISLAÇÃO**	**PPJ**	**LEGISLAÇÃO**
	CRIAÇÃO		**CRIAÇÃO**	
Araraquara	2013	Lei Municipal nº 7.964/2013	2014	Resolução nº 416/2014
Matão	2021	Resolução nº 003/2021	2021	Resolução nº 002/2021

Fonte: Elaboração própria (2025).

A criação da Escola do Legislativo em Araraquara-SP ocorreu através de Lei Municipal proposta pela Câmara Municipal. O processo da criação de uma Lei Municipal envolve quatro etapas: 1- Proposição de um projeto de lei sobre o assunto a ser encaminhado para os vereadores; 2- Discussão nas comissões da Câmara. Nesta etapa, o projeto de lei pode ser modificado ou rejeitado; 3- Votação pelo plenário da Câmara, sendo que para sua aprovação é necessário o voto da maioria dos vereadores; 4- Sanção do prefeito que pode transformar o projeto de lei em Lei Municipal ou pode vetá-lo. Em Araraquara-SP, o projeto de lei da Escola, à época, resultou do envolvimento de todos os vereadores. Contou com a articulação de uma Comissão de Vereadores [3]para visitar outras experiências e propor um desenho para o município. Após os debates e esclarecimentos dentro e fora do plenário, os vereadores aprovaram por unanimidade o projeto de lei que seguiu para apreciação do Executivo, à época, o prefeito Marcelo F. Barbieri (PMDB) que o sancionou. A aprovação ocorreu após articulação liderada pela vereadora Edna Martins (PV) junto aos vereadores com o compromisso de, através da Escola do Legislativo, promover a formação política e cidadã dos jovens. Havia ambiente político favorável para esse movimento, incluindo a aproximação com o LabPol da Unesp.

[3] Composição da Câmara Municipal no mandato 2013 – 2016. Vereadores: João Farias (PRB), Aluísio Boi (PMDB), Edna Martins (PV), Juliana Damus (PP), Dr. Lapena (PSDB), Napeloso (DEM), Elias Chediek (PMDB), Serginho Gonçalves, substituído, após cassação, por Roberval Fraiz (PMDB), Édio Lopes (PT), Jeferson Yashuda (PSDB), Jair Martinelli (PMDB), Donizete Simioni (PT), Pastor Raimundo Bezerra (PRB), Buchechinha (PR), Gabriela Palombo (PT), Adilson Vital (PV), Dr. Helder (PPS) e William Afonso (PDT).

A criação da Escola do Legislativo de Matão-SP e dos PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP ocorreu por intermédio de Resolução Municipal. A Resolução é um ato legislativo de efeito interno que regula as matérias da Casa Legislativa. Ela tem caráter político, processual, legislativo e administrativo e é um instrumento político aprovado e promulgado pelos próprios vereadores.

4.1.1 PPJ em Araraquara-SP

Em Araraquara-SP, a propositura do PPJ se deu em 2014, aprovada pela Câmara Municipal através da Resolução nº 416/2014, sob responsabilidade da Escola do Legislativo que foi criada em 2013[4]. Com dotação orçamentária e estrutura própria, o PPJ se inspirou no modelo do Parlamento Jovem da cidade de São Paulo. Foram contemplados como sujeitos do Programa de Araraquara-SP os alunos do 9º ano do ensino fundamental das escolas municipais, estaduais e particulares, com jornada formativa e visita a Câmara Municipal para vivenciar o trabalho dos vereadores. Após a formação, os estudantes encaminham as proposituras (Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei), elaboradas por eles, para concorrer às 18 cadeiras da Câmara. As proposituras são selecionadas e os jovens passam por uma vivência que simula a sessão no Plenário. Por fim, ocorre a realização de uma sessão pública televisionada do legislativo jovem no Plenário Municipal, onde 18 jovens são empossados como jovens vereadores, apresentando e defendendo suas propostas para a cidade.

Para assegurar a formação no PPJ, a Escola do Legislativo firmou parceria com a UNESP, Campus de Araraquara, através do Laboratório de Política e Governo (LabPol) em 2014, a qual foi encerrada em 2019. Além de ministrarem cursos e oficinas para os estudantes, nas escolas e na Câmara, os pesquisadores do LabPol produziram uma metodologia de trabalho dinâmica assim como o material didático da formação. Destaca-se ainda o trabalho dos servidores da Escola do Legislativo, que atuaram e ainda atuam na formalização das parcerias, na logística para realização das atividades, na divulgação, e como mediadores na simulação da sessão do PPJ. Já durante a sessão oficial dos jovens vereadores, estes contavam com o apoio dos pesquisadores do LabPol, dos servidores da Escola do Legislativo e de servidores de outros departamentos da Câmara Municipal.

Desde a criação do PPJ, ele tem contado, principalmente, com três servidores da Câmara Municipal em todas as suas etapas, sendo seu financiamento oriundo dos recursos

[4] Conforme publicação disponível no site da Câmara Municipal www.legislacaodigital.com.br arquivo (Anexos 4 e 5).

da instituição.

No Quadro 5, fica evidenciado os valores dispendidos com o PPJ no período abarcado pela pesquisa (2021-2025). Tais recursos foram utilizados para pagamento de transporte no deslocamento dos alunos da escola até a Câmara Municipal, tanto nas visitas quanto nas oficinas, e para aquisição de materiais necessários para o desenvolvimento das atividades.

Quadro 5. Orçamento PPJ Araraquara-SP (2021-2025)

FONTE DE FINANCIAMENTO - ORÇAMENTO ANUAL	
ARARAQUARA	
ANO	VALOR EM R$
2021	PPJ não foi desenvolvido
2022	25.000,00
2023	50.000,00
2024	36.000,00
2025	26.500,00

Fonte: Relatório da Escola do Legislativo (2025), adaptado pela autora.

Inicialmente, o foco do PPJ em Araraquara-SP eram os alunos do 9º ano do ensino fundamental. Em 2015, foram incluídos os alunos do ensino médio, mas, em 2017, o Programa sofreu um novo redirecionamento e passou a atender somente os alunos do 9º ano. Tal mudança ocorreu após a Escola do Legislativo ter apresentado redução nos recursos humanos e financeiros do Programa.

De certo modo, o número de instituições parceiras, isto é, de escolas que aderiram ao PPJ e o quantitativo de estudantes participantes são aspectos que marcam a história desta iniciativa em Araraquara-SP. Ainda que somente 36 jovens participem da sessão do PPJ como vereadores a formação política se estende para um número expressivo de jovens de escolas públicas e privadas, tanto na área urbana, quanto rural do município. Sendo assim, de 2014 a 2025 foram atendidos pelo PPJ 11.329 alunos (Quadro 6).

Quadro 6. Quantidade de estudantes do PJ da Escola do Legislativo (2014-2025)

PARTICIPANTES PPJ ARARAQUARA			
Ano	**Série**	**Nº de Escolas**	**Nº de alunos**
2014	9º fundamental	24	1148
2015	9º fundamental	32	2235
2015	2º ensino médio	6	1755
2016	9º fundamental	0	0
2017	9º fundamental	33	1436
2018	9º fundamental	34	1500
2019	9º fundamental	31	800
2020	9º fundamental	0	0
2021	9º fundamental	0	0
2022	9º fundamental	33	727
2023	9º fundamental	35	813
2024	9º fundamental	46	912
2025	9º fundamental	34	915
TOTAL			**11329**

Fonte: Escola do Legislativo Relatório (2025).

Em 2016, conforme Quadro 6, por questões internas da Escola do Legislativo e da Câmara Municipal, envolvendo entre outros aspectos, a falta de destinação de recursos ao Programa, o PPJ foi suspenso. Nos anos de 2020 e 2021, em função da pandemia de COVID-19, a Escola do Legislativo não desenvolveu o Programa, atendendo às recomendações do Protocolo de isolamento social aplicado pela Prefeitura.

Nos anos de 2022 e 2023, a formação foi realizada por professores do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Araraquara-SP, em função de parceria desta instituição com a Prefeitura. Já 2024 e 2025, a Escola do Legislativo assumiu completamente a responsabilidade de organizar e desenvolver o processo de letramento político.

O PPJ de Araraquara-SP prevê, desde a sua criação, em 2014, até os dias atuais, que os jovens vereadores tenham o acompanhamento de um vereador oficial para ajudá-los no aprimoramento de suas proposituras. Desde 2017 o Parlamento Jovem tem ocorrido anualmente.

Em 2025, 34 escolas que contemplam alunos do 9º ano da rede de ensino municipal, estadual e particular se inscreveram para participar do Programa e 28 foram sorteadas. O sorteio ocorreu após os alunos realizarem a visita guiada na Câmara Municipal.

Das 28 instituições de ensino, 18 foram representadas por seus alunos na sessão pública do Parlamento Jovem, apresentando Requerimentos, Projetos de Lei e Indicações de sua

autoria. Durante a sessão do Parlamento Jovem, realizada em 09 de outubro de 2025, 18 estudantes se tornaram jovens vereadores e acompanhados de 18 suplentes. Os próprios jovens conduziram a sessão solene de apresentação das proposituras do PPJ 2025. Um procedimento realizado no Programa desde 2014.

Após a indicação do vereador Michel Kary, filiado ao PL, como Presidente da Escola do Legislativo para o biênio 2025-2026[5], a primeira etapa do PPJ de 2025 foi a assinatura do Termo e Parceria entre a Câmara Municipal e as escolas municipais, estaduais e particulares, tendo como público-alvo os alunos do 9º ano. O convite às instituições de ensino ficou sob responsabilidade da Escola do Legislativo[6] que, após o aceite pelas instituições de ensino, elaborou um cronograma de visita dos alunos para participarem da atividade denominada "Conhecendo o Legislativo", uma iniciativa durante a qual os estudantes aprendem sobre o funcionamento, os papéis e as responsabilidades de cada poder (legislativo, executivo e judiciário), além de conhecerem as dependências da Câmara Municipal, isto é, o Plenário, o Plenarinho, os Gabinetes dos (as) Vereadores (as), a área de Comunicação etc.

A implantação da atividade "Conhecendo o Legislativo" no espaço da Câmara Municipal foi uma mudança em relação aos anos iniciais do Programa, aonde os formadores iam até as escolas públicas e privadas que faziam a adesão ao PPJ, e lá ministravam o letramento político com curso e oficina para os alunos. Ao final, cada escola selecionava dois estudantes para apresentar suas propostas e, se estas fossem escolhidas pela comissão julgadora, composta por servidores da Câmara e formadores do LabPol, os estudantes conheciam e vivenciavam a experiência do ensaio da sessão e a sessão propriamente dita do Parlamento Jovem.

Com esse novo formato em 2025, 915 alunos, pertencentes as 34 escolas inscritas para participarem do Programa, realizaram a visita a Câmara Municipal de Araraquara-SP. Na etapa seguinte, foram selecionadas 18 escolas para darem sequência à programação e cada escola escolheu dois representantes para participarem do curso de formação política e oficina sobre o Poder Legislativo oferecidos pela equipe técnica da Câmara, contemplando, inclusive, a capacitação sobre elaboração e detalhamento de cada tipo de propositura dos vereadores, a saber: Indicação, Requerimento e Projeto de Lei.

---

[5] Vereadores (as) Presidentes da Escola do Legislativo de Araraquara: 2014 – 2018: Edna Martins (PV); 2019 – 2020: Rafael de Angeli (PSDB); 2021 – 2022: Guilherme Bianco (PcdoB); 2023 – 2024: Luna Meyer (PDT); e 2025 – 2026: Michel Kary (PL).

[6] Em 2025, estão à frente da Escola do Legislativo, os servidores municipais Ana Paula Kuwana, Priscila Carvalho e Renato Kemotu.

A partir disso, os alunos, com orientação de um professor indicado pela equipe gestora da escola, discutem a preparação da propositura que melhor atende aos problemas públicos por eles identificados para submeter à Câmara. Após o recebimento desse documento pela Escola do Legislativo, a equipe técnica da Câmara o avalia e, a partir de critérios pré-estabelecidos como clareza da proposta, redação adequada, relevância do tema para o município e possibilidade de implementação, seleciona 18 proposituras que serão apresentadas pelos jovens na sessão pública do PPJ.

Durante a etapa de preparação para a sessão do Parlamento Jovem, os estudantes são apresentados aos seus "padrinhos e "madrinhas", isto é, aos vereadores e vereadoras, e vivenciam uma sessão simulada, sob responsabilidade da Escola do Legislativo. A experiência da sessão oferece a oportunidade de experimentar na prática como um (a) vereador (a) atua no Plenário. Após esta simulação, os jovens realizam a sessão pública oficial do PPJ, que consiste na última atividade do Programa no ano.

4.1.2 PPJ em Matão-SP

Em Matão-SP, a criação da Escola do Legislativo e do PPJ foi aprovada em 2021, por unanimidade, pela Câmara Municipal [7]através das Resoluções nº 003/2021 e nº 002/2021[8]. O PPJ foi um dos produtos do Programa Cidadania, desenvolvido pelo Instituto Votorantim, com financiamento de uma empresa privada local e seguiu o modelo proposto e desenvolvido pelo Instituto Votorantim na busca de soluções para a promoção da cidadania e fortalecimento da cultura democrática no nível municipal. Fundado em 2002, o Instituto Votorantim atua como plataforma social, sendo parceiro na construção da atuação socioambiental das empresas do Grupo Votorantim, entre elas, a Citrosuco de Matão-SP. As iniciativas do seu portfólio têm como foco o enfrentamento de desafios ligados a três grandes problemas: as desigualdades sociais e o desenvolvimento dos territórios; a emergência climática, e a crise de confiança institucional. Na plataforma de Cidades e Comunidades Sustentáveis são desenvolvidos três programas: Apoio a Gestão Pública (AGP) Saúde; Apoio a Gestão Pública (AGP) Ações Climáticas; e, Programa Cidadania.

O Programa Cidadania tem como objetivo, através de parceria com a Prefeitura,

[7] Composição da Câmara Municipal mandato 2021 – 2024. Vereadores(as) Robinho Ramos (PTB), Dr. Luiz Pelanca (PT), Sensei Davison (PT), China Calabrês (PSB), Policial Carmo (PP), Haroldo Gago (PL), Jonas Garcia (MDB), Ana Maria Mondini (MDB), Paulo Bernardi (MDB), Cido Motos (DEM) e Everaldo (DEM).
[8] Tais normas estão disponível no site da Câmara Resolução nº 3/2021 - Legislação Digital e Resolução nº 2/2021 - Legislação Digital (Anexos 6 e 7).

incentivar a participação dos jovens na vida comunitária de seus territórios, contribuindo para uma participação mais ativa voltada à melhoria do dia a dia do município. Além de estimular o engajamento da juventude nas questões sociais, o Programa facilita a criação de redes plurais e de parcerias para apoiar a gestão de espaços dedicados à participação social e favorece a promoção da cidadania e fortalecimento da cultura democrática no nível municipal.

Em Matão-SP o Programa Cidadania teve início em 2020, através do financiamento de uma empresa local, pertencente ao Grupo Votorantim. O Programa teve duração de três anos e foi desenvolvido por um parceiro técnico contratado para essa finalidade, a partir de seleção realizada via edital, publicado em outubro de 2019, pelo Instituto Votorantim. Na ocasião, o Instituto Votorantim lançou o Programa com o nome de Lab Cidadania que buscava melhorar indicadores municipais de cultura democrática e promover a qualificação e o fortalecimento da participação cidadã. A instituição que venceu o edital foi o Instituto Terroá, organização do terceiro setor, com sede em Ribeirão Preto/SP e que opera como hub de tecnologias sociais, que funciona como um acelerador de soluções locais para desafios complexos, buscando transformar conhecimento em impacto social.

Para iniciar o Programa em Matão/SP, o parceiro técnico, o Instituto Terroá, realizou a mobilização dos jovens através de articulação institucional: diálogo com diretoria de ensino, escolas e organizações do terceiro setor, abordagem junto aos grêmios e mapeamento dos *stakeholders* do município visando apresentar o Programa e divulgar as inscrições para público-alvo: jovens de 14 a 24 anos. Com a pandemia de COVID-19, houve necessidade de mudança de estratégia, porém o trabalho de articulação não foi interrompido.

No primeiro ano de execução do Programa, em 2020, foram criados três Grupos de Trabalho (GTs): Mulheres, Democracia e Pandemia; Arte Cultura e Meio Ambiente, e Lideranças Estudantis, que eram escolhidos pelos jovens inscritos de acordo com sua área de interesse. Durante o ano de 2020, os implementadores trabalharam de forma remota, em atendimento ao protocolo da Secretaria de Saúde para o enfrentamento da pandemia de COVID-19, desenvolvendo oficinas sobre cultura democrática, mapeamento da cena cultural de Matão-SP, consulta pública sobre política para as mulheres, mobilização para jovens de 16 e 17 anos tirarem o título eleitoral, em parceria com a Diretoria do Cartório Eleitoral; e, criação do movimento **Qual sua Responsa?** Ao final desse primeiro ano, os grupos realizaram o Festival da Democracia, de forma online, que contou com a participação de José Pacheco, educador português, naturalizado brasileiro e criador da Escola da Ponte, do poeta periférico Sérgio Vaz, criador da Cooperativa Cultural da Periferia em São Paulo; da

jornalista, escritora e pesquisadora da cultura brasileira e da literatura periférica Jéssica Balbino, da pesquisadora e professora na pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP de Araraquara Carla Gandini Giani Martelli, entre outros.

Ao final do Festival da Democracia, o Grupo Liderança Juvenil elaborou um dossiê com propostas para os candidatos às eleições municipais de 2020. Entre as propostas, havia a de criação do Programa Parlamento Jovem (PPJ), que trazia objetivos muito próximos aos do Programa Cidadania. Após a eleição, no início de 2021, a proposta de criação da Escola do Legislativo e do Parlamento Jovem foi apresentada à Câmara Municipal pela Presidente da Câmara, à época, a vereadora Ana Maria Mondini (MDB), atualmente filiada ao Partido Republicanos, de centro-direita. A proposta foi aprovada por unanimidade, após isso, o parceiro técnico que já estava com o Programa Cidadania assumiu o compromisso de implantação do letramento político do PPJ.

Para chegar ao modelo do PPJ proposto para Matão-SP os implementadores buscaram conhecer o PPJ de Araraquara-SP, através de contato com a Escola do Legislativo e com o LabPol da UNESP, buscando referências e inspiração para desenvolver o Programa e criar uma metodologia que engajasse os jovens. Por fim, a partir da experiência já desenvolvida com o Programa Cidadania, o PPJ de Matão-SP optou por abrir inscrições para os jovens de 14 a 24 anos, através do Programa **Qual sua Responsa?** já conhecido deste público. Assim, o PPJ Matão-SP difere-se do de Araraquara-SP, que busca parceria com as escolas, para obter seu público-alvo.

Nos dois primeiros anos do PPJ em Matão-SP, 2021 e 2022, os implementadores também seguiram com algumas atividades do Programa Cidadania, promovendo reflexões em grupo e rodas de conversa. Como resultado do trabalho do GT Arte, Cultura e Meio Ambiente, em parceria com outros municípios, os jovens matonenses lançaram o livro *Entre Versos e Identidade*, resultado do estímulo à leitura e escrita poética. Posteriormente, esse movimento provocou o surgimento do Grupo Sarau do Bando, que mobiliza a juventude e outros públicos através de poesia periférica.

Após três anos (2020 a 2022) de parceria entre a Prefeitura e o Instituto Votorantim, o Programa Cidadania encerrou sua jornada, mas o PPJ teve sua continuidade assumida pela Câmara Municipal através da Escola do Legislativo. Esta instituição deu sequência ao processo de formação dos jovens vereadores, apresentando tais sujeitos aos membros do Legislativo e do Executivo local, construindo com eles a proposta de letramento político, realizando visitas institucionais e fornecendo elementos para que a cada ano os jovens apresentem proposituras, entre elas, políticas públicas com a finalidade de melhorar o

território e fortalecer a democracia. Para essas ações, a Escola do Legislativo tem a opção de contratar consultorias especializadas ou de desenvolver a formação apoiando-se em voluntários.

O escopo do PPJ em Matão-SP, desde seu início em 2021, contemplou jovens de 14 a 24 anos, que estudam em instituições públicas, privadas e sociais, a exemplo do Cursinho Popular e do Projeto Pescar. O convite para a inscrição dos jovens representantes das instituições de ensino ao PPJ foi realizado através das mídias locais no ano de 2021, sob responsabilidade do Programa "**Qual sua Responsa?**" Após as inscrições foram mapeadas as instituições de ensino representadas e o parceiro técnico fez a interlocução para garantir a participação dos 11 jovens selecionados nas atividades programadas. O letramento político seguiu a metodologia do parceiro técnico, com definição de temas básicos como funcionamento, papéis e responsabilidades dos três poderes, com ênfase no legislativo, sistema eleitoral brasileiro, mandato coletivo e importância do voto, cidadania e cultura democrática, elaboração de proposituras e suas modalidades (Requerimento, Indicação e Projeto de Lei), direitos e deveres da juventude, e a importância do Estatuto da criança e do adolescente (ECA) na garantia de direitos, entre outros. Tais temas se conectam com a dimensão do letramento político e seus desafios que é foco de nossa investigação.

Em 2022, a segunda edição do PPJ, ainda desenvolvida pelos implementadores do Instituto Terroá, foi composta por 11 jovens representantes e mandato coletivo, o que foi uma novidade para o PPJ e para a Câmara Municipal e ocorreu a criação da rede de apoio às juventudes, resultando, em 2023, na criação do Conselho Municipal das Juventudes e na conquista de uma premiação pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Desde 2023, a Escola do Legislativo assumiu o desenvolvimento do PPJ contando com a participação voluntária da embaixadora regional da Politize!, uma organização da sociedade civil, que tem como missão "formar uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia, levando educação política a qualquer pessoa, de forma plural e suprapartidária" (Politize! 2025, p. 1).

Em 2024, a Escola do Legislativo de Matão-SP tentou colocar em prática várias atividades, porém, em função das eleições municipais, o PPJ teve algumas restrições para seu funcionamento, limitando o cumprimento de seu cronograma. Os jovens discutiram as proposituras com a coordenação da Escola do Legislativo, porém não ocorreu a sessão do PPJ para apresentá-las.

Em 2025, já com a nova composição da Câmara Municipal, o novo Presidente da Câmara, para o biênio 2025-2026, o vereador Paulo Augusto Bernardi, filiado ao MDB,

manteve o Coordenador da Escola do Legislativo Elias Caetano Pereira Junior como responsável pela continuidade do processo de letramento político, construindo parcerias, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de Matão, Faculdade de Tecnologia Luiz Marchesan (Fatec), Casa dos Conselhos de Matão, entre outros.

O modelo de organização definido pelo PPJ em Matão-SP foi de representatividade por escolas de ensino fundamental II, de ensino médio e de organizações ligadas à educação eleitos democraticamente por seus pares. A delimitação do público-alvo se deu a partir da análise de uma pesquisa do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que apontou para existência de um alto percentual de abstenção de jovens nas eleições e para o entendimento de que "para a maioria dos jovens entre 16 e 17 anos o voto é encarado como instrumento inócuo, especialmente porque não enxergam as mudanças operadas pós eleição" (TSE, 2017, p. 13). O TSE (2025) registrou essa tendência nas eleições municipais de 2024, ou seja, alto percentual de abstenção dos jovens, seja em Araraquara-SP 35,52%, seja em Matão-SP, 29,25%. Olhar para esses dados antes de iniciar o PPJ em Matão-SP foi importante para os implementadores entenderem o contexto e o momento político que envolveu a criação do PJ. Diferentemente, Araraquara-SP já estava com o Programa em funcionamento desde 2014. Embora ambos os programas possam contribuir para a redução de tais percentuais, isso é algo difícil de comprovar.

O letramento político possibilita entender que votar faz parte do exercício da cidadania e que o avanço da cultura democrática requer a participação e o engajamento dos cidadãos. Esse tipo de formação reforça a importância dos espaços de representatividade, a exemplo das câmaras municipais. De outro modo, o Programa Parlamento Jovem possibilita vivenciar esses espaços como cidadãos e representantes.

O PPJ de Matão-SP, de 2021 a 2022, contou com o financiamento da parceria público-privada, através do Programa Cidadania, custeado por empresa do setor alimentício local, e, a partir de 2023, passou a ser financiado com recursos da Câmara Municipal. Não há orçamento definido e aprovado anualmente. Assim, quando há a necessidade de suporte financeiro às atividades, a Escola do Legislativo tem que apresentar um pedido para aprovação pontual da Câmara. A parceria público-privada em Matão-SP contemplou o pagamento dos implementadores contratados pelo Instituto Terroá, fornecimento de lanche para os jovens, nos encontros realizados na Câmara Municipal, bem como as despesas com transporte para visitas e eventos nesses anos.

A fonte e volume de financiamento impactam o desenvolvimento de qualquer política pública ou programa. No caso do PPJ de Matão-SP isso limita o acesso dos jovens, quando,

por exemplo, há a necessidade de transporte, seja para visitar a Câmara Municipal, seja para visitar a ALESP e demais instituições que proporcionam vivências reais aos jovens. De outro modo, a fragilidade orçamentária também reflete no desenvolvimento de temas durante o processo formativo, pois restringe a contratação de formadores para pautas específicas. De 2021, ano de criação, até 2025, participaram do PPJ 55 jovens representantes das escolas e organizações educacionais de Matão-SP.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DAS EXPERIÊNCIAS DO PPJ DE ARARAQUARA-SP E MATÃO-SP

5.1 Letramento Político: olhar para além do conteúdo

Quando se fala em letramento político é importante ter um olhar para além do conteúdo, ou seja, é necessário entender que ele possui uma intencionalidade em seu desenvolvimento. Para Freire (2024, p. 45) "não haveria exercício ético-democrático, se a educação fosse neutra, se não houvesse ideologias, política, classes sociais presentes no processo de conhecimento, que envolve ensinar e aprender".

Toda e qualquer experiência de letramento político do PPJ precisa conter uma perspectiva crítica e suprapartidária, que estimule os jovens a refletir e exercer uma cidadania ativa (Freire, 2024), independentemente de a instituição responsável por sua realização ser uma Escola do Legislativo, uma organização contratada, ou ainda, voluntários.

No Quadro 7 estão sistematizados os temas tratados em Araraquara-SP através de palestras e visitas presenciais à Câmara Municipal, pelas entidades implementadoras, nas edições do PPJ no período de 2022 a 2025. Em 2021, o Programa não foi desenvolvido em razão da restrição provocada pela pandemia de COVID-19. Tal Quadro resulta da pesquisa documental dos materiais utilizados para formação política dos estudantes no PPJ de Araraquara-SP.

Quadro 7. Conteúdos identificados em Araraquara-SP (2022-2025)

CONTEÚDOS TRABALHADOS NO LETRAMENTO POLÍTICO				
ARARAQUARA				
	2022	2023	2024	2025
Módulo 1				
Formação política e estrutura do Estado	x	x	x	x
Sistema político brasileiro	x	x	x	x
Entes Federados: União, Estados, Distrito Federal e municípios	x	x	x	x
Voto: Importância da participação política e do voto para a democracia	x	x	x	x
Sistema eleitoral brasileiro	x	x	x	x
Módulo 2				
Funcionamento do Legislativo municipal e práticas parlamentares	x	x	x	x
Organização da Câmara Municipal:estrutura e setores do Legislativo	x	x	x	x
Função dos vereadores: papel do representante municipal	x	x	x	x
Instrumentos da atuação do vereador: mecanismos utilizados na prática legislativa	x	x	x	x
Estudo do processo legislativo municipal: Proposta, Análise pelas Comissões, Pareceres , Votação em plenária, Sanção ou Veto	x	x	x	x
Fluxo de tramitação do Requerimento e Indicação	x	x	x	x
Formas de promoção do debate público: ferramentas de participação social	x	x	x	x

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir do Banco de dados do PPJ/Escola do Legislativo.

Os conteúdos tratados no Quadro 7 sinalizam uma preocupação que os jovens conheçam o funcionamento do sistema político e eleitoral brasileiro assim como entendam de forma detalhada o papel do legislativo e seus instrumentos de trabalho.

Em Araraquara-SP, nos anos de 2022 e 2023, a organização implementadora foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), sob a coordenação da Escola do Legislativo. Já em 2024 e 2025, a implementação ficou sob a responsabilidade dos servidores da Escola do Legislativo.

Em outros anos, pois Araraquara-SP tem o PPJ desde 2014, a proposta foi desenvolver os conteúdos junto aos estudantes por intermédio da presença dos implementadores/formadores nas escolas inscritas. Posteriormente, em 2024, a Escola do Legislativo redefiniu que a formação política seria realizada durante a visita programada dos alunos a Câmara Municipal. Esta mudança ocorreu em razão de necessidade de a equipe da Escola ter que assumir, integralmente, a formação.

Em 2025, foram realizadas as seguintes etapas: 1- Convite às escolas; 2- Inscrição das escolas públicas e particulares que têm alunos no 9º ano. A partir da adesão das escolas ao Programa, elas são convidadas para a formação inicial sobre o legislativo municipal, através de visita a Câmara Municipal; 3- Após a visita, ocorre o sorteio das escolas para participarem do PPJ; 4- Indicação dos alunos pelas escolas para representá-las no curso intensivo e sorteio dos representantes; 5- Curso para elaboração das proposituras com orientação dos professores apoiadores e sessão de dúvidas pela Escola do Legislativo; 6- Ensaio preparatório da sessão parlamentar; 7- Apresentação da propositura na Sessão oficial de encerramento do PPJ.

No Quadro 8 estão demonstrados os conteúdos do letramento político do PPJ de Matão-SP, realizados através de palestras, oficinas, rodas de conversa e visitas presenciais e online, pelas entidades implementadoras, nas edições do PPJ no período de 2021 a 2025. No ano da implantação do Programa, 2021, em razão das restrições impostas pela pandemia, as atividades foram realizadas de forma online, sem comprometer a qualidade dos debates e a participação dos jovens. As informações contidas no Quadro 8 resultam da pesquisa documental junto à Escola do Legislativo e ao Instituto Terróa sobre os materiais utilizados para formação política dos jovens.

Quadro 8. Conteúdos identificados em Matão-SP (2021-2025)

CONTEÚDOS TRABALHADOS NO LETRAMENTO POLÍTICO					
MATÃO					
	2021	2022	2023	2024	2025
Representatividade no Parlamento Jovem	x	x	x	x	x
Papeis e responsabilidade dos 3 Poderes	x	x	x	x	x
Espaços de Participação Juvenil	x	x	x	x	x
Sistema Eleitoral Brasileiro	x	x	x	x	x
Mandato Coletivo e importância do voto	x	x	x	x	x
Incentivo ao título aos 16 anos - Campanha Cartório Eleitoral	x	x	x		
Direitos e deveres da Juventude - ECA		x	x		x
Cidadania e cultura Democrática	x	x	x		x
Elaboração de proposta de indicação, requerimento e Projeto de Lei	x	x	x	x	x
Comunicação não violenta		x	x		

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir do Banco de dados do PPJ/Escola do Legislativo/Instituto Terroá.

Conforme se observa nos Quadros 7 e 8, ambos os municípios evidenciam como preocupação que os jovens compreendam o funcionamento do sistema político e das regras do jogo eleitoral brasileiro. Contudo, Matão-SP avança na pauta dos direitos da juventude, ao trabalhar com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e fomentar o engajamento dos jovens, a partir de 16 anos, para tirar o título de eleitor.

O modelo adotado em Matão-SP, no período de 2021 a 2022, contou com os implementadores do Instituto Terroá. Em 2023, a Escola do Legislativo assumiu a coordenação do processo de letramento político e passou a contar com parceiros voluntários do município, a exemplo do Conselho Tutelar, Embaixadora Politize! e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para sua execução, conforme indicado acima. Este formato teve continuidade em 2024 e 2025.

Com as parcerias voluntárias foi possível ampliar os temas a partir das demandas dos jovens participantes do Programa. Essas demandas foram apresentadas aos implementadores durante as rodas de conversa, oficinas de formação e mapeamento dos desafios do município.

Um exemplo de demanda atendida foi a questão da Comunicação Não Violenta, uma proposta dos jovens em 2022 e 2023. Outra demanda dos jovens foi o aprofundamento do ECA nos anos de 2022, 2023 e 2025. As reflexões desenvolvidas no letramento político impulsionaram ações concretas dos jovens. Assim, em 2025, eles elaboraram e divulgaram, através dos meios de comunicação do PPJ, uma Nota de Repúdio contra a violência em ambiente escolar, decorrente de um ato de violência física praticado por um adulto contra uma aluna da rede estadual de ensino de Matão-SP.

A formação é realizada através de atividades mensais na Câmara Municipal de Matão-SP para o grupo de jovens eleitos por seus pares nas escolas e organizações educacionais inscritas. No total, são 22 jovens, sendo 11 titulares e 11 suplentes. Não são oferecidas oportunidades para outros estudantes participarem do letramento ou receberem a visita de implementadores nas escolas para desenvolver os conteúdos. Além da formação desenvolvida nos três últimos anos, esses jovens tiveram a oportunidade de visitar a ALESP para conhecerem de perto o funcionamento desta Casa do Legislativo.

Por fim, ao analisar os Quadros 7 e 8 é possível observar que seja em Araraquara-SP, seja em Matão-SP, existe um eixo central para o letramento político com foco na formação política a partir do entendimento do funcionamento dos três poderes, em especial do legislativo no que se refere ao papel dos representantes políticos e instrumentos por eles utilizados durante o mandato. Em Matão-SP, observou-se ainda o incremento de temas transversais, a partir de necessidades de conteúdos trazidas pelos jovens aos implementadores, sendo a Comunicação Não Violenta, um exemplo. Considerando que a literatura especializada em educação política para a juventude aponta que o letramento político do jovem requer que se busque práticas que desenvolvam as competências necessárias ao desenvolvimento do pensamento crítico e à participação decisória e atendam aos seus anseios juvenis, tem-se que em ambos os PPJ há uma correspondência parcial com tais necessidades, em particular na experiência do Programa em Matão-SP.

5.2 Implementar ou engavetar?

O PPJ dos dois municípios prevê que o jovem vivencie a experiência de ser vereador, ou seja, que ele possa exercer as atividades correspondentes ao cargo político. Para tal exercício, oferta atividades de letramento político, além disso, promove encontros com os vereadores oficiais. Semelhante troca objetiva auxiliar na construção das proposituras de modo que elas e suas apresentações em plenário sejam qualificadas.

A depender do envolvimento dos vereadores oficiais com o PPJ, esse movimento

pode ser apenas um momento de culminância do Programa e ser esquecido ou significar uma oportunidade de fazer valer a "voz" da juventude no encaminhamento para a solução dos problemas identificados por eles no município.

Ao final do desenvolvimento de cada processo de letramento político os jovens são desafiados a apresentar individualmente, em dupla, ou em grupo, propostas para seu território. A apresentação não é garantia de efetiva implementação da propositura, mas pode se tornar uma aliada no acompanhamento e "cobrança" junto ao legislativo municipal. Nesse cenário, é imprescindível que se mantenha a rede de apoio ao PPJ, para que a própria população se organize para fiscalizar como seus representantes políticos oficiais têm respondido às suas necessidades. Ainda durante o processo de letramento político, é importante elaborar com as jovens estratégias para reduzir ou evitar o engavetamento de suas propostas, seja em Araraquara-SP, seja em Matão-SP.

Proposituras dos Jovens do PPJ Araraquara-SP

Nos Quadros 9 a 12 são sistematizadas as propostas apresentadas pelos jovens participantes do PPJ de Araraquara-SP, de 2022 a 2025, após o processo de letramento político e da definição do vereador ou vereadora oficial que irá acompanhar o jovem vereador na sessão de apresentação da propositura na Câmara. Esta sessão consiste na atividade que marca o encerramento do PPJ. Também em Araraquara-SP, para esse momento de elaboração das proposituras, os implementadores/formadores trabalham com os jovens estimulando a contextualização da realidade e do tema, verificando qual a ferramenta legal é a mais adequada para a apresentação do problema público identificado pelo (a) jovem: Indicação, Requerimento ou Projeto de Lei. Em 2025 a apresentação das proposituras ocorreu em 09 de outubro, na Câmara Municipal, com a participação de 36 jovens (vereadores titulares e suplementes), representando as 18 escolas que participaram do Programa. O evento foi registrado e divulgado pelas mídias locais (Anexo 8). A continuidade das parcerias com as escolas é um indicativo de que o PPJ de Araraquara tem seu trabalho reconhecido por parcela da juventude e da sociedade civil organizada, de representantes políticos e cidadãos em geral.

Quadro 9. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Araraquara-SP (2022)

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO			
ARARAQUARA – 2022			
INDICAÇÃO (I) , REQUERIMENTO (R) E PROJETO DE LEI (PL)	**PROPOSITURA**	**SIM**	**NÃO**
1- Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara o "Dia do Estudante Secundarista", a ser comemorado anualmente no dia 11 de julho.	**PL**	**x**	
2- Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara o "Dia do Respeito à Diversidade de Gênero nas Escolas", a ser comemorado anualmente no dia 02 de outubro.	**PL**	**x**	
3- Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara a "Semana da conscientização, assistência, proteção e promoção dos direitos e da vida das pessoas em situação de rua", a ser comemorada anualmente na última semana do mês de junho.	**PL**	**x**	
4- Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara a "Semana de valorização artístico-literária", a ser comemorada anualmente na segunda semana de agosto.	**PL**	**x**	
5-Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara a "Semana de estudos em energias alternativas", a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de junho.	**PL**	**x**	
6- Vagas exclusivas para o transporte escolar em frente à EE João Batista de Oliveira.	**I**	**x**	
7- Manutenção de sinalização de trânsito nos arredores da escola João Manoel do Amaral	**I**	**x**	
8- Transformar a via da escola Carlos Roberto Marques de mão dupla para mão única.	**I**	**x**	
9- Criação de Campanha Arrecadação e distribuição de Absorventes em pontos da Cidade	**I**		**x**
10- Pavimentação da calçada nas proximidades da EE Prof. Oacyr Antoni Ellero	**I**	**x**	
11- Instalação de lombo faixa, faixa para pedestre e rampa de acesso: EE Carlos Roberto Marques	**I**	**x**	
12- Campanha de distribuição de "kits" de higiene pessoal em determinados pontos do Município	**I**		**x**
13- Melhorias e reparos referentes à sinalização e infraestrutura de trânsito aos arredores da EE Prof. Lysanias O. Campos.	**I**		
14- Instalação de ponto de coleta seletiva na Agrovila do Assentamento bela Vista.	**I**	**x**	
15- Reconstrução da ponte de acesso dos "11 lotes" para os "20 lotes", no Assentamento Monte Alegre	**I**	**x**	
16- Criação de Campanha de Saúde Mental voltada aos jovens estudantes do Município	**I**		**x**
17- Criação de projeto de troca de materiais recicláveis por absorventes íntimos higiênicos	**I**		
18- Retirada de entulhos e lixo em rua do bairro Jardim América	**I**	**x**	
19- Voto de Congratulações deste Legislativo ao Prefeito Municipal, à Diretoria Regional de Ensino - Região de Araraquara - à Secretaria Municipal de Educação e às escolas particulares participantes, pelo comprometimento e apoio de todos os parceiros na realização desse relevante projeto "Parlamento Jovem 2022 - Ensino Fundamental.	**R**	**x**	

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise documental.

Quadro 10. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Araraquara-SP (2023)

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO			
ARARAQUARA – 2023			
INDICAÇÃO (I), REQUERIMENTO (R) E PROJETO DE LEI (PL)	**PROPOSITURA**	**SIM**	**NÃO**
1- Instalação de ciclo faixa no bairro Parque São Paulo.	**I**		**x**
2- Construção de bueiros e galerias de águas pluviais na Praça Pastor Clemente. da Silva Cortez.	**I**	**x**	
3- Instituir e inclui no Plano Municipal de Políticas Públicas para a Cultura a obrigatoriedade de divulgação de uma porcentagem de recursos informacionais culturais, produzidos nas regiões descentralizadas de Araraquara pelos meios sociais da prefeitura.	**I**	**x**	
4- Indica a reparação na rede de iluminação pública do Assentamento Bela Vista.	**I**		**x**
5- Reparos na praça no Parque dos Hortências.	**I**	**x**	
6- Proposta de um Cine Cultural no distrito de Bueno de Andrada.	**I**		**x**
7- Reparação e manutenção das estradas de terra que ligam as agrovilas do Assentamento Monte Alegre à cidade de Araraquara.	**I**	**x**	
8- Instalação de câmeras, botões de pânico, reforço na iluminação, rondas de policiais e averiguação de pontos cegos para aumentar a segurança no terminal rodoviário.	**I**		**x**
9- Construção de uma cobertura no ponto de ônibus em frente ao Instituo de Patologia Cirúrgica e Citopatologia.	**I**	**x**	
10- Inserção de desconto já existente, para os estudantes de escolas públicas, no DECRETO Nº 11.293 de 20 de dezembro de 2016.	**I**	**x**	
11- Remoção de uma árvore localizada no terreno do Centralizado Municipal e na Rua Nove de julho, nas proximidades da EE João Batista de Oliveira.	**I**	**x**	
12- Construção de uma quadra coberta no bairro Jardim Selmi Dei – setor IV.	**I**		**x**
13- Dispõe sobre a implementação do uso do colar de girassol como instrumento auxiliar de orientação para identificação de pessoas com deficiências ocultas no município de Araraquara	**PL**	**x**	
14- Institui e inclui no Calendário Oficial do Município a ‘’Semana do Conhecimento nas Escolas’’, a ser comemorada anualmente durante os meses de setembro e outubro.	**PL**	**x**	
15- Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Araraquara a “Semana do Cuidado da Mulher”, a ser comemorada anualmente semana que compreende o dia 08 de março (Dia Internacional das Mulheres).	**PL**	**x**	
16- Institui e inclui no Calendário Oficial de Município o Dia Municipal sem o Uso de Sacola Plástica, a ser comemorado anualmente no dia 5 de junho (Dia Mundial do Meio ambiente).	**PL**	**x**	
17- Institui e inclui no Calendário Oficial do Município a campanha “Feira de livros’’, a ser realizada anualmente nas escolas.	**PL**	**x**	
18- Requer informações sobre queimadas e limpeza.	**R**	**x**	

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise documental.

Quadro 11. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Araraquara-SP (2024)

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO			
ARARAQUARA - 2024			
INDICAÇÃO (I), REQUERIMENTO (R) E PROJETO DE LEI (PL)	**PROPOSITURA**	**SIM**	**NÃO**
1- Informação sobre Transporte Escolar no Assentamento Bela Vista	**R**	**x**	
2- Informação sobre Qualidade de Atendimento das UPAS: Instalação de Caixas de Reclamação	**R**	**x**	
3- Informação sobre prazo entrega da reforma da EMEF Prof. Luís R. Salinas Forte	**R**	**x**	
4- Formação de Brigada de Incêndio Civil Voluntária	**R**		**x**
5- Inclusão no Calendário Oficial do Município do Dia de Conscientização e Combate ao furto	**PL**	**x**	
6- Implementação de Projeto de Inovação Cultural	**I**		**x**
7- Reforma e melhorias em área de lazer pública no Jardim Maria Luiza	**I**		**x**
8- Inserção de Curso de Informática Básica nos anos finais do Ensino Fundamental	**I**		**x**
9- Retorno da Facira	**I**		**x**
10- Instalação de placas de avisos no Jardim das Hortências	**I**	**x**	
11- Reflorestamento das áreas urbanas atingidas por incêndios	**I**	**x**	
12- Revitalização áreas públicas na Vila Xavier	**I**	**x**	
13- Realização de Feiras em prol de ONGs protetoras de animais	**I**	**x**	
14- Instalação de semáforos em frente Escola do Selmi Dei	**I**		**x**
15- Construção de Rampa de Acesso para PcD nas vias públicas	**I**	**x**	
16- Instalação de lixeiras nos passeios públicos	**I**		**x**
17- Inserção de informações nas redes sociais da Prefeitura utilizando cartoon e vídeos curtos	**I**		**x**
18- Reorganização, sinalização e presença da Guarda Civil: Escola "João Manoel do Amaral"	**I**	**x**	

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise documental.

Quadro 12. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Araraquara-SP (2025)

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO			
ARARAQUARA - 2025			
INDICAÇÃO (I), REQUERIMENTO (R) E PROJETO DE LEI (PL)	**PROPOSITURA**	**SIM**	**NÃO**
1- Levantamento sobre cumprimento da Lei Lucas: primeiros socorros na escola	**I**	**x**	
2- Criação de planejamento artístico e cultural em territórios rurais	**I**	**x**	
3- Implantação de Linha de Transporte regular para os moradores do Assentamento Monte Alegre	**I**	**x**	
4- Manutenção da praça e campo próximos a EMEF Prof. Henrique Scabelo	**I**	**x**	
5- Revitalização da Praça Paulo Mascia no Bairro Yolanda Opice	**I**	**x**	
6- Definir como "mão única" a Rua Dr. Arlindo Soares	**I**		**x**
7- Criação de site para notificação de problemas pelos moradores	**I**		**x**
8- Instalação de estrutura de proteção em pontes e viadutos	**I**	**x**	
9- Instituir no calendário oficial do município o "Mês de prevenção à diabete em adolescentes"	**PL**	**x**	
10- Instituir no município o programa "Escola Viva e Consciente"	**PL**	**x**	
11- Tombamento como patrimônio cultural o edifício da EE Bento de Abreu e o "Dia da Memória"	**PL**	**x**	
12- Instituir o Programa Saúde emocional, mental e física na Rede de Ensino Municipal	**PL**	**x**	
13- Instituir o Programa Praça do Jovem: Requalificação e criação de espaços de lazer	**PL**	**x**	
14- Instituir o "Dia Municipal de Valorização da Vida" - Prevenção ao suicídio. Setembro Amarelo	**PL**	**x**	
15- Informação sobre a eficiência da Operação Tapa Buracos, via aplicativo do Poupa Tempo.	**R**	**x**	
16- Informação: medidas em relação à falta de professor de geografia na EMEF Gilda R.M. Souza	**R**	**x**	
17- Informação sobre prazo de término da obra do Córrego da Servidão	**R**	**x**	
18- Informação sobre execução da Lei nº 10.739/2023: Semana da Educação em Saúde Sexual	**R**	**x**	

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise documental.

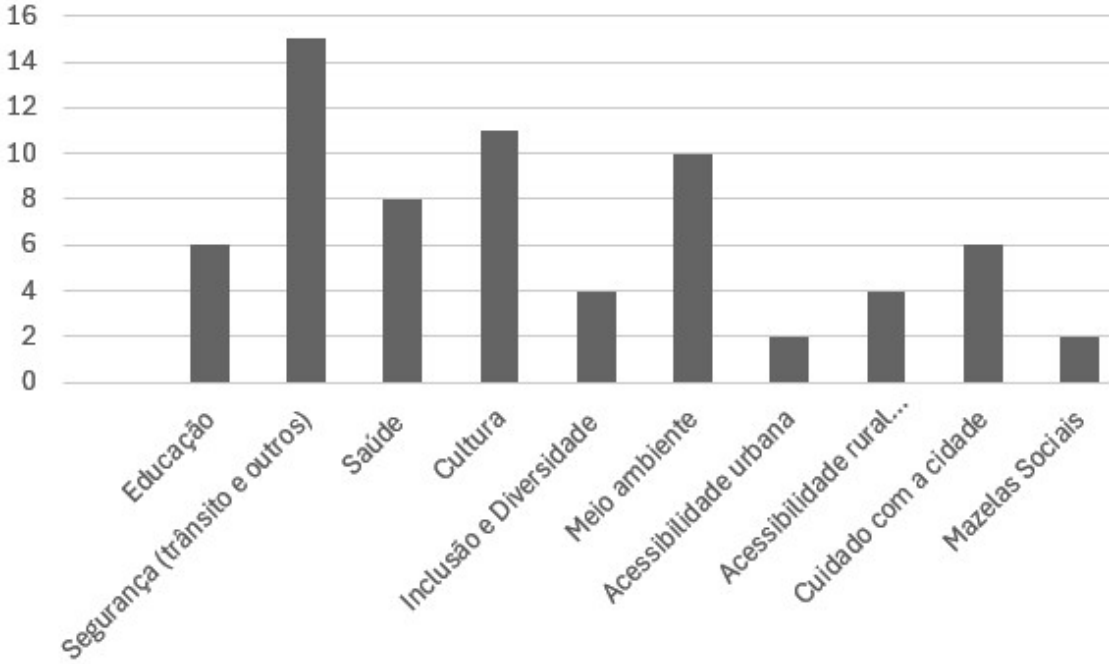
Os Quadros 9, 10, 11 e 12 sinalizam que o principal instrumento legislativo mobilizado pelos jovens vereadores foi a indicação. A indicação é um recurso parlamentar previsto nos regimentos das Câmaras que permite ao vereador sugerir ações ao Poder Executivo. Ao contrário do projeto de lei, ela não impõe uma obrigação jurídica (não se transforma em lei), mas funciona como um alerta estratégico. Por meio dela, o vereador aponta onde o governo deve agir, seja em obras de infraestrutura ou na melhoria de serviços essenciais.

Sob a ótica da Ciência Política, esse instrumento fortalece a representatividade e a transparência. Como o jovem vereador, a princípio, não tem vínculo partidário ou de qualquer natureza, ele tende a representar a base da sociedade, ou seja, a olhar para as demandas reais dos diferentes bairros do município de Araraquara-SP. Logo, eles aprendem durante o letramento político que a indicação funciona como um sensor que leva as necessidades reais dos bairros até os centros de decisão (Prefeito e Secretários). Isso parece sensibilizar os jovens que ouvem as demandas específicas dos moradores que poderiam passar despercebidas pelos vereadores oficiais e pela administração central e as representam diante do poder público e da sociedade araraquarense na sessão do PPJ.

De certo modo, os debates que ocorrem durante o processo de letramento político subsidiam para que os problemas públicos e possíveis soluções sejam traduzidos nas proposituras (Requerimento, Indicação e Projeto de Lei). Embora parte significativa destas proposituras seja implementada pelo legislativo oficial, nem sempre elas são priorizadas na agenda governamental do poder executivo. No entanto, sua construção pelos jovens vereadores e sua implementação pelos vereadores oficiais apontam para sua importância para o desafio da representação política e para a preocupação com a melhoria da qualidade de vida da população.

As proposituras apresentadas pelos jovens no encerramento de cada mandato refletem o olhar atento sobre os problemas enfrentados pelo município de Araraquara-SP. São propostas de enfrentamento às dores com as quais convivem nos seus bairros e para as quais solicitam a ação do poder público. Conforme demonstrado no Gráfico 1, as proposituras destacam problemas públicos ou melhorias nas seguintes áreas: educação, segurança, saúde, cultura, meio ambiente, acessibilidade, zeladoria e mazelas sociais (estas proposituras referem-se aos moradores de rua). Vale salientar que dentre as diversas áreas, as proposituras priorizaram a segurança pública.

Gráfico 1. Temas das Proposituras apresentadas pelos jovens vereadores ao final dos mandatos de 2022 a 2025 em Araraquara-SP.



Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise das proposituras do PJ.

Em municípios paulistas de médio porte, como Araraquara-SP, observa-se oscilações nos índices de roubos e furtos, impactando diretamente a dinâmica do comércio local e corroem a percepção de bem-estar dos moradores. Esse sentimento de insegurança produz efeitos colaterais nas relações sociais locais: verifica-se o esvaziamento de espaços públicos em determinados horários, a segregação socioespacial em condomínios fechados e a intensificação de estigmas e preconceitos contra moradores de áreas periféricas.

Ao diagnosticarem a segurança como um problema público central, os jovens vereadores ecoam as principais preocupações da sociedade brasileira. Contudo, em uma perspectiva de letramento político voltada para a cidadania, o debate sobre o tema evolui para o entendimento de que a segurança pública não se reduz a políticas punitivas de encarceramento. Reconhece-se, portanto, a necessidade de intervenções estruturais baseadas em políticas sociais, educacionais e de lazer, com foco na prevenção primária em áreas vulneráveis.

Quando o Estatuto da Juventude, no Capítulo II, estabelece os direitos dos jovens, a começar pelo direito à cidadania seguido do direito à participação social e política e à representação juvenil, à educação, à profissionalização, trabalho e renda, à saúde, à cultura, à comunicação e liberdade de expressão, ao esporte e lazer , ao território e mobilidade à sustentabilidade e meio ambiente e por fim à segurança pública e acesso à justiça, representa também um marco na garantia desses direitos. Os temas apresentados pelos jovens dialogam

com o preconizado pelo Estatuto da Juventude e discutir alternativas possíveis para a garantia desses direitos disperta neles o protagonismo e o senso de pertencimento.

Proposituras dos Jovens do PPJ Matão-SP

Nos Quadros 13 a 16 estão contempladas as propostas apresentadas pelos jovens participantes do PPJ de Matão-SP após o letramento político, em 2021 (ano da implantação) até 2025. Nos mandatos de 2021 e 2023 as apresentações foram individuais, e, em 2022, a elaboração e apresentação das propostas foi em grupo. No ano de 2024, em razão do período eleitoral e do desengajamento de uma parcela dos jovens, não houve a apresentação das proposituras. Assim, as propostas de 2024 foram apresentadas junto com as de 2025. Para a elaboração das proposituras, os implementadores estimulam que os jovens relatem a realidade que vivenciam no município de Matão-SP para fornecer um contexto mais adequado para o diagnóstico do (s) problema (s) e/ou do (s) tema (s) que desejam tratar. Todas as proposituras são em formato de Projeto de Lei.

O letramento político voltado à formação da cidadania juvenil em Matão-SP reconhece que a formulação de projetos de lei funciona como um exercício prático de *accountability* e democracia participativa. Ao investigar problemas locais e estruturar soluções normativas, os jovens em formação desenvolvem competências críticas essenciais, compreendendo o processo de alocação de recursos públicos e a necessidade de fundamentar ações em evidências técnicas e sociais, superando a visão meramente retórica da política. Assim, no processo de formação, sugere-se que eles realizem um levantamento do que já existe no município, inclusive, quando possível, que entrevistem pessoas de organizações ligadas ao tema para viabilizar a transformação de demandas sociais em políticas públicas, abrangendo áreas de competência constitucional do município, como saúde, educação, infraestrutura urbana, mobilidade etc.

Em 2025, a apresentação das proposituras ocorreu em 03 de dezembro, na Câmara Municipal de Matão-SP, com a participação dos jovens do PJ 2024 e 2025, de representantes do poder público, das organizações representadas pelos jovens e da sociedade civil. O evento foi registrado pela mídia local (Anexo 9).

Quadro 13. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Matão-SP (2021)

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO		
MATÃO - 2021 - APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL		
PROJETO DE LEI	SIM	NÃO
1- Plano de Arborização	x	
2- Abertura do Conselho da Mulher	x	
3- Institucionalização do Projeto Faça Bonito - 18 de maio	x	
4- Criação do Conselho LGBTQIA+	x	
5- Implantação de Comitê de Educação anti racista nas escolas	x	
6- Revitalização do Centro de Esporte e Artes Unificado - CEU		x
7- Criação do Fundo Municipal de Esportes		x
8- Melhoria nas praças públicas	x	
9- Horta nas Escolas	x	
10- Fortalecimento da Cultura Local periférica (valorização das linguagens)-		x
11- Esporte ao ar livre		x

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise documental.

Quadro 14. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Matão-SP (2022)

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO		
MATÃO - 2022 - APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS EM GRUPOS		
PROJETO DE LEI	SIM	NÃO
1- Criação do Orçamento Participativo		x
2- Inclusão Social pelo Esporte	x	
3- Implantar programa para atendimento a Jovens em Conflito com a Lei	x	
4- Criação da FEIRA - Feira de Empreendedorismo, Informação, Relações Profissionais e Arte		x
5- Implantação de Programas de Saúde Mental nas Escolas	x	
6- Implantar Rede de Apoio Sócio-Emocional nas Escolas	x	

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise documental.

Quadro 15. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Matão-SP (2023)

PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO		
MATÃO - 2023 - APRESENTAÇÃO INDIVIDUAL		
PROJETO DE LEI	SIM	NÃO
1- Programa de acessibilidade e movimento	x	
2- Flexibilizaçãpo de horários para turma do EJA presencial		x
3- Programa Psicólogos nas Escolas Municipais		x
4- Criação do Programa Acesso à Educação Cidadã e Direitos Sociais	x	
5- Criação do Portal do Estudante	x	
6- Fomento aos Cursinhos Populares	x	
7- Criação do Protocolo "Não é Não"	x	
8- Criação da Feira Anual de Livros		x
9- Criação do Protocolo de Politica Sustentável no Viveiro de Mudas Municipal	x	
10- Criação da Semana da Tecnologia		x
11- Criação do Programa Bolsa Atleta		x
12- Instituição da Secretaria Municipal de Politicas Públicas para Mulheres	x	

Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise documental.

Quadro 16. Propostas apresentadas ao final de cada mandato do jovem vereador em Matão-SP (2025)

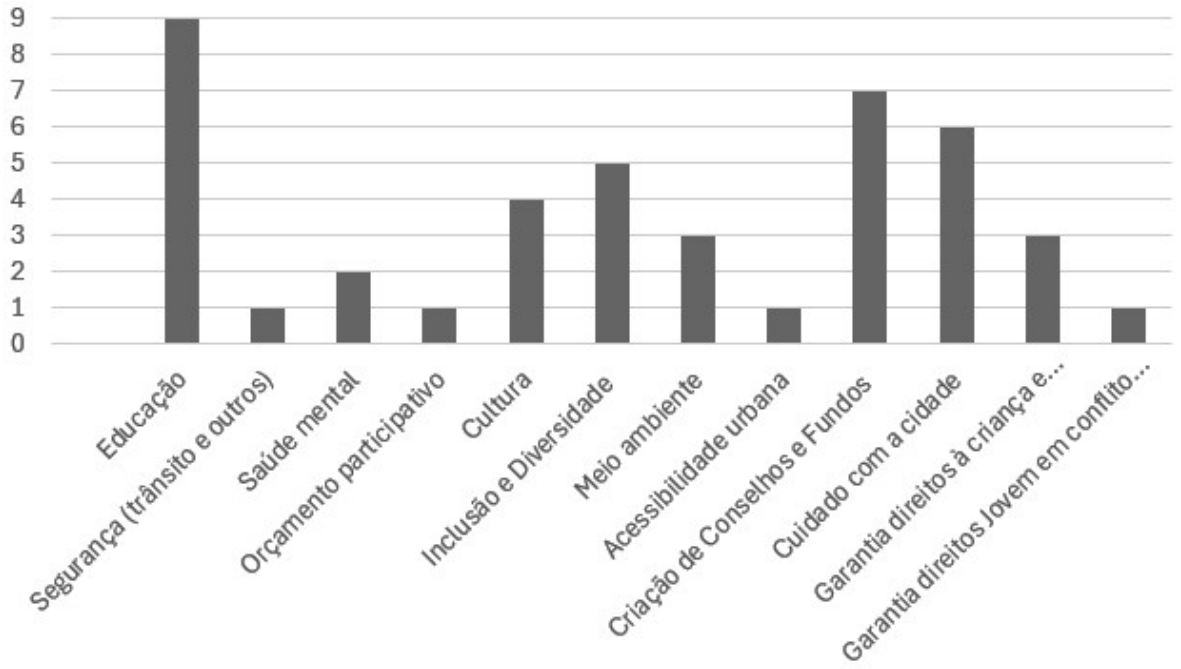
PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS JOVENS E SUA EFETIVA IMPLEMENTAÇÃO		
MATÃO - 2025 - APRESENTAÇÃO EM DUPLA		
PROJETO DE LEI	SIM	NÃO
1-Institui a Política Municipal de Prioridade Social para Mulheres com 40 anos ou mais e para Pessoas Idosas nos assentos dos transportes públicos do Município de Matão.		x
2- Institui normas de prevenção e combate à adultização precoce de crianças em ambientes culturais, esportivos, publicitários e de consumo no Município de Matão.	x	
3- Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de projetos culturais aos alunos de todas as escolas públicas e privadas do município de Matão, Estado de São Paulo		x
4- Dispõe sobre ações de proteção e cuidado aos cães e gatos em situação de rua no município de Matão – SP	x	
5- Fica criado, no âmbito do Município de Matão, o Selo Empresa Amiga da Pessoa Idosa, destinado a reconhecer e incentivar empresas, comércios e prestadores de serviços estabelecidos no município que adotem práticas inclusivas voltadas ao atendimento digno e adequado da pessoa idosa.	x	
6- Dispõe sobre melhorias na área dos transportes municipais, focando em atender às demandas da população e incluí-la nas decisões políticas através de um questionário público.		x
7- Dispõe sobre instalação de uma política pública que exija com que todas as escolas matonenses tenham projetos ou aulas durante o período de ensino que apresentem como assunto, a política e seus objetivos e poderes.		x

Fonte: Elaboração própria (2026), com base na análise documental.

Assim como em Araraquara-SP, as proposituras apresentadas pelos jovens no encerramento de cada mandato em Matão-SP são frutos das discussões e olhar atento sobre os problemas enfrentados no município. Ao apresentarem, de maneira formal, suas inquietações, desejam que o poder público matonense os escute e coloque em prática ao menos parte das soluções por eles formuladas. Tais jovens lutam pela garantia de seus direitos como cidadãos e para poder contribuir para que o lugar onde vivem tenha oportunidades para todos.

Conforme demonstrado no Gráfico 2, são temas dos projetos de leis apresentados pelos jovens vereadores: educação, criação de conselhos representativos, cuidado com a cidade, inclusão e diversidade, cultura, orçamento participativo, saúde mental, cultura, meio ambiente e acessibilidade. Tais temas estão alinhados com os debates realizados no processo de letramento político. Ao aprenderem sobre o funcionamento do sistema político brasileiro, os papéis dos poderes e as regras do jogo eleitoral, tais jovens procuram responder aos anseios da população se colocando a tarefa de legislar. Resulta desse processo a realização de proposituras (Projeto de Lei) que eles desejam inserir na agenda governamental de Matão-SP.

Gráfico 2. Temas dos Projetos de Lei apresentados ao final dos mandatos dos jovens vereadores (2021-2025) em Matão-SP.



Fonte: Elaboração própria (2025), com base na análise das proposituras do PJ.

Os temas destacados pelos jovens de Matão/SP, conforme Gráfico 2, priorizando educação, criação de Conselhos e Fundos e cuidado com a cidade, sem desconsiderar inclusão e diversidade e cultura, dialogam com o momento vivenciado no PPJ, sinalizam a preocupação deles não somente com as demandas dos jovens, mas de outros grupos do território e as propostas apresentadas para o enfrentamento desses problemas são decorrentes das discussões provocadas durante o programa.

As proposituras apresentadas nos dois municípios refletem a maturidade do PPJ, fruto da vivência dos jovens em vários espaços: família, escola, organizações sociais que frequentam e PPJs. Os temas trazidos são relevantes e surgem a partir da indignação diante da morosidade ou da omissão do poder público no enfrentamento dos problemas identificados. Existe uma riqueza de informação nas propostas dos jovens, esta, muitas vezes, é somente parcialmente considerada pelos representantes políticos oficiais na elaboração e priorização do que se vota e aprova na Câmara e na Prefeitura de cada cidade.

Essas inquietações e dores apresentadas nos dois municípios são decorrentes das desigualdades estruturais (Castro, 2008). Segundo este autor, o jovem pode optar por três tipos de comportamento: 1- manter o pessimismo e a baixa expectativa de ser ouvido pelas lideranças, 2- permitir que a descrença em relação às eleições e aos políticos, que decidem as políticas que impactam sua vida, continuem no poder reproduzindo essa desigualdade ou 3- aspirar por uma cidadania transformadora que oportuniza espaços de manifestação e engajamento. O PPJ se apresenta como alternativa para esse terceiro comportamento, defendido por Lahuerta (2015) ao afirmar que as funções pedagógicas e educativas do

Programa desempenham papel importante na difusão de informações e esclarecimentos dos direitos e deveres dos cidadãos e na construção qualificada da democracia.

5.3 Percepções dos sujeitos sociais sobre o PPJ

Para conhecer a percepção dos três segmentos de sujeitos da pesquisa (Jovens, Implementadores e Representantes Políticos), sobre o Programa Parlamento Jovem e a jornada de letramento político dos jovens, 157 pessoas foram convidadas, através de e-mail e whatsapp, após a assinatura do TCLE (Apêndice 4) e do TALE (Apêndice 7), a responder um questionário semiestruturado criado no *Google Forms* (Apêndices 1, 2 e 3). A Tabela 1 sintetiza o quantitativo de sujeitos, por segmento, convidados e participantes nos PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP.

Tabela 1. Sujeitos convidados e respondentes: PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP (2021-2025)

Municípios	Jovens Convidados	Jovens Participantes	Implementadores Convidados	Implementadores Participantes	Representantes Políticos Convidados	Representantes Políticos Participantes
Araraquara	72	16	5	5	18	9
Matão	44	24	7	7	11	10
Total	**116**	**40**	**12**	**12**	**29**	**19**

Fonte: Elaboração própria (2026).

Os questionários foram aplicados de agosto a novembro de 2025 para os implementadores e representantes políticos e de novembro de 2025 até a primeira quinzena de janeiro de 2026 para os jovens. Inicialmente, foram realizados contatos com a Escola do Legislativo e a Câmara dos dois municípios para alinhar o envio dos questionários aos jovens, aos implementadores e aos vereadores oficiais.

Antes do envio do convite, a pesquisadora visitou os Presidentes das Câmaras e assessores dos vereadores para esclarecer a finalidade da pesquisa, buscando sensibilizá-los sobre a importância desse tipo de pesquisa. Sobre o envio dos convites aos jovens participantes do PPJ de Araraquara-SP, a Escola do Legislativo orientou que o contato fosse feito através das escolas dos jovens, com a ciência da Diretoria de Ensino. Para isso, foi necessário estabelecer interlocução com a Diretoria de Ensino que prontamente se dispôs a fazer a intermediação com as escolas estaduais.

Em relação aos alunos participantes do Programa nos anos de 2022, 2023 e 2024, a

pesquisadora fez contato com as Escolas de Ensino Médio, uma vez que em 2025 esses alunos já não se encontravam nas Escolas de Ensino Fundamental. O envio do convite e demais documentos foi realizado via e-mail após contato telefônico com as escolas.

Conforme definido na metodologia, para cada sujeito foi estabelecido o número de respondentes necessários, considerando para os três públicos o nível de confiança de 80% e margem de erro de 5% . Desta forma, o cálculo da amostra apontou que para ter uma estimativa confiável de informações, para os 116 jovens eram necessários 69 respondentes; para os 12 implementadores, 12 respondentes; e, para os 29 representantes políticos, 25 respondentes. A pesquisadora recebeu 71 retornos, conforme registrado na Tabela 1.

Embora a resposta parcial não anule a validade das interpretações dos dados obtidos, estabelece restrições no que tange à representatividade estatística, particularmente no que se refere ao universo dos jovens e dos representantes políticos. Consequentemente, os achados devem ser interpretados como indicadores de tendências, sinalizando caminhos que necessitam de maior investigação em estudos futuros.

Em relação ao número de respostas dos jovens de Araraquara-SP, a pesquisadora encontrou alguns dificultadores: 1- baixa adesão das escolas na abordagem aos participantes do PPJ, mesmo com a prorrogação de prazo para resposta e contato frequente da pesquisadora com a direção e coordenação das 18 escolas de Ensino Fundamental II (9º ano); 2- ausência de informações disponíveis sobre em qual escola de Ensino Médio os estudantes participantes nos anos de 2022, 2023 e 2024 estavam matriculados em 2025. Mesmo enviando lista de participantes, disponível no site do PPJ, para a direção e/ou coordenação, das 6 escolas de Ensino Médio contatadas pela pesquisadora, apenas 2 abordaram os ex-participantes do Programa, resultando em respostas ao questionário; e 3- período de aplicação do questionário, competindo com outras atividades escolares de final de semestre, a exemplo de aplicação de avaliação de aprendizagem externa, finalização de notas, conselho de classe. Tal situação poderia ter sido evitada pela pesquisadora e serve como aprendizado.

Já em Matão-SP, o envio do convite para os jovens foi realizado pela Escola do Legislativo, contemplando os participantes do PPJ de 2021 a 2025, uma vez que esse público permanece conectado com o Programa, o que foi um facilitador para o acesso ao jovem e retorno de respostas.

Para os implementadores dos dois municípios o convite foi enviado pela pesquisadora, via e-mail e whatsapp, e em razão da proximidade estabelecida durante a fase de pesquisa documental, o retorno foi expressivo, nos dois municípios.

No que se refere a participação dos representantes políticos legislativos na pesquisa

o número de respostas também ficou aquém do esperado, especialmente no município de Araraquara-SP.

5.3.1 Percepção dos Jovens do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP

Os jovens participantes do PPJ de Araraquara-SP são alunos do 9º ano do Ensino Fundamental, oriundos das escolas municipais, estaduais e particulares. Foram convidados 72 participantes e destes responderam ao questionário 16 (40%). Em Matão-SP, o PPJ é formado por jovens de 14 a 24 anos, provenientes das escolas municipais, estaduais, particulares, do Instituto Federal e de organizações e coletivos do município. Foram convidados a responder o questionário 44 jovens e destes 24 (60%) responderam, totalizando 40 respondentes. O questionário foi composto por 21 perguntas, sendo 18 fechadas e 3 abertas.

As perguntas 1 a 5 mapearam dados pessoais dos jovens: gênero, raça/cor, grau de instrução, idade e renda familiar. As questões 6 e 7 identificaram o local, ano e escola em que os jovens participaram do Programa e as perguntas 8 a 21 estão relacionadas ao funcionamento do PPJ, as percepções dos jovens em relação aos temas trabalhados, ao apoio, ou não, dos vereadores oficiais e da escola; e as formas de participação desses jovens, com o intuito de identificar os desafios do letramento político e as propostas de melhoria.

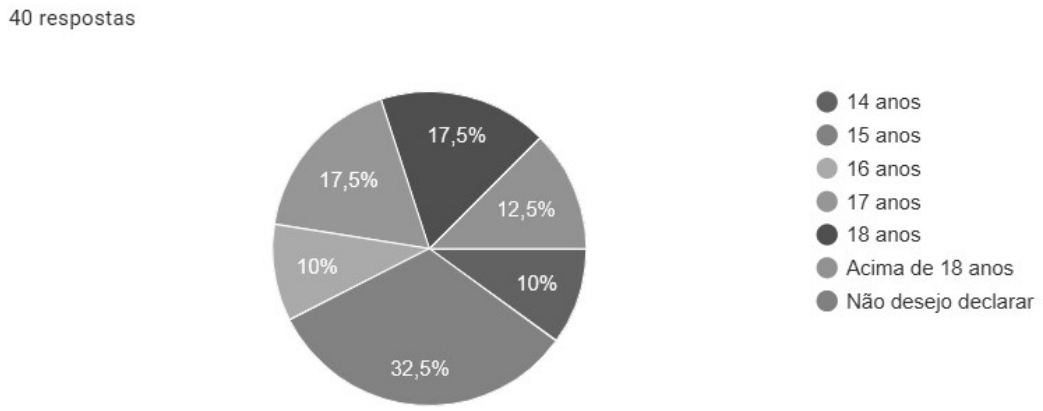
Em relação a gênero, 26 jovens (65%) se autodeclararam do gênero feminino, 12 do masculino (30%) e 2 participantes (5%) não quiseram declarar. O perfil dos jovens no que se refere a raça/cor, apresentou a seguinte constituição: 21 se autodeclararam brancos 52,5%; 12 como pardos (30%) e 7 como pretos (17,5%). A presença de dois terços de mulheres entre os participantes dos PPJs destoa do que se observa no legislativo municipal oficial, ambiente majoritariamente constituído por homens, tanto em Araraquara-SP quanto em Matão-SP.

Quanto a faixa etária dos jovens, 13 deles (32,5%) têm 15 anos e 5 (12,5%) estão com idade acima de 18 anos. Entre 16 e 17 anos foram identificados 11 jovens, o que representa 27,5%, conforme demostrado no Gráfico 3. Nesta faixa etária, os jovens já são considerados aptos a votar, sendo este um dos temas trabalhados durante o letramento político.

Em ambos os municípios, o letramento político busca fomentar o desejo nos jovens de exercer seu direito de eleger seus representantes. Contudo, mobilizar a juventude para participar das eleições é um grande desafio, pois como esclarece Forlini (2015, p. 30), “os direitos políticos são a manifestação do interesse pelo espaço público, fruto da noção da importância da participação de cada um no ordenamento do poder público e a consequência

disso é a conquista dos direitos sociais relacionados aos serviços sociais básicos".

Gráfico 3. Faixa etária dos jovens do PJ de Araraquara-SP e Matão-SP

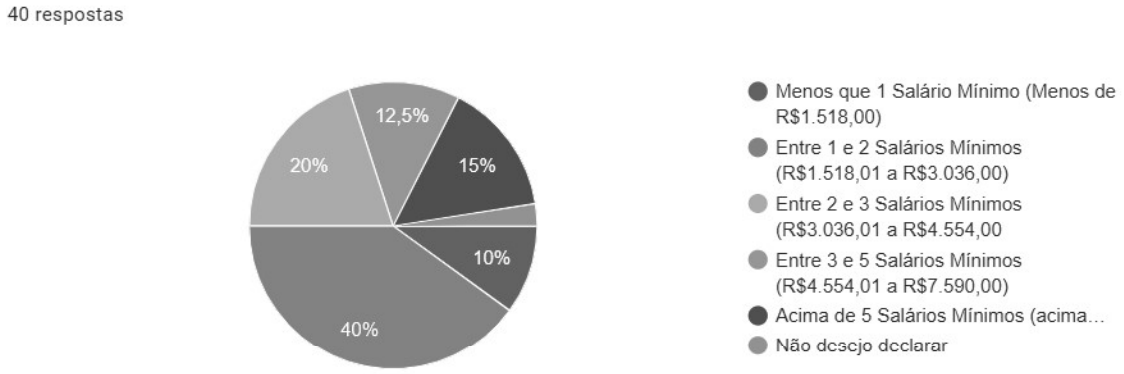


Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das respostas do questionário.

Quando perguntados sobre a renda familiar mensal, na questão 5, tendo como referência o salário-mínimo de 2025 (R$ 1.518,00), 16 jovens, isto é, 40% dos respondentes apontaram renda entre 1 e 2 salários-mínimos. Já 8 (20%) declararam ter renda entre 2 e 3 salários-mínimos e 4 (10%) afirmaram ter renda inferior a 1 salário-mínimo, conforme demonstrado no Gráfico 4.

De acordo com o IBGE (2024), com base na Pesquisa Nacional de Amostra a Domicílios (PNAD), o valor de rendimento domiciliar per capta no estado de São Paulo foi de R$ 2.662,00, o que corresponde a 1,9 salários-mínimos. O perfil socioeconômico da maioria dos jovens respondentes se enquadra nessa realidade.

Gráfico 4. Renda familiar dos jovens do PJ de Araraquara-SP e Matão-SP

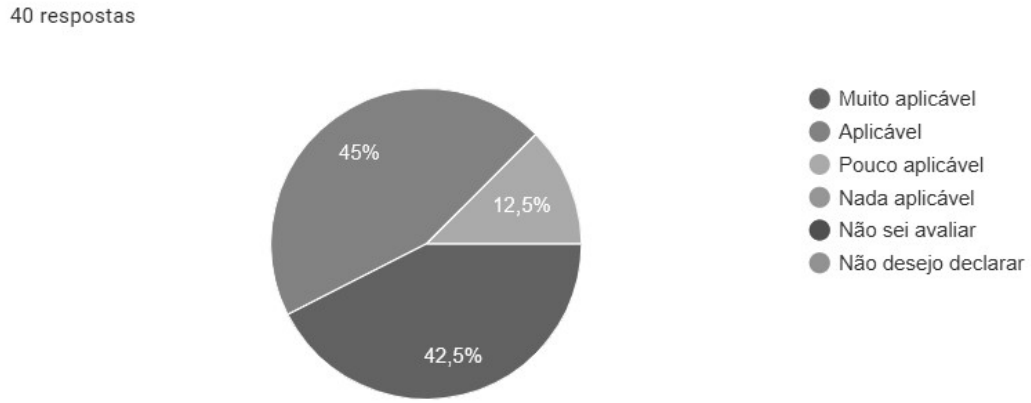


Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das respostas do questionário.

A renda familiar indica um dos marcadores sociais das diferenças (condição socioeconômica), mas a pesquisa também trouxe informações que possibilitam verificar outros marcadores sociais, a exemplo de raça/cor e gênero. A maioria (67,5%) dos respondentes estuda em escolas públicas da periferia ou em escola rural (Assentamento) de Araraquara-SP e Matão-SP. Já 15% estudam em escolas públicas de Ensino Médio localizadas no centro, embora morem na periferia. O fato de estudar em escola particular foi relatado por 17,5% dos jovens. O perfil dos jovens respondentes revela que são oriundos de grupos racialmente diversos, com parcela significativa (47,5%) sendo representada por negros. Esses marcadores são representações sociais que permitem a produção de identidades coletivas e muitas vezes provocam experiências únicas de privilégio e opressão nas relações sociais (Hirano, 2019). Alguns desses marcadores, ao se justaporem, dificultam a vida desses jovens.

Ao responderem, na questão 9, sobre o nível de satisfação com os conteúdos do letramento político 100% dos jovens respondentes sinalizaram estar satisfeitos. Já quando perguntados, na questão 10, sobre a aplicabilidade desse aprendizado no cotidiano, 35 (87,5%) reportaram que o conteúdo é aplicável, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5. Percepção dos jovens sobre aplicabilidade do letramento político no cotidiano



Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das respostas do questionário.

As questões 11, 12, 13 e 15, trazidas na Tabela 2, tiveram como objetivo identificar a percepção do (a) jovem em relação ao suporte fornecido, ou não, pelas instituições envolvidas na implementação do Programa para colocar em prática o aprendizado que obteve durante a sua participação.

Tabela 2. Percepções dos jovens sobre o letramento político na perspectiva de sua implementação

Perguntas	Sim	Não	Parcialmente	Não sei avaliar	Não desejo declarar
11 - Na sua percepção a formação política e a experiência como participante do PJ forneceram informações significativas?	85%	2,5%	12,5%		
12 - Você conseguiu replicar para outros estudantes de sua escola o que aprendeu durante a formação política?	55%		42,5%		2,5%
13- Você contou com o apoio da Direção ou Coordenação da Escola para replicar para outros estudantes o que aprendeu durante a formação política?	42,5%	15%	37,5%		5%
15 - A Câmara Municipal colocou em prática Indicação, Requerimento ou Projeto de Lei que você apresentou na finalização do PJ?	27,5%	12,5 %	5%	27,5%	27,5%

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das respostas do questionário.

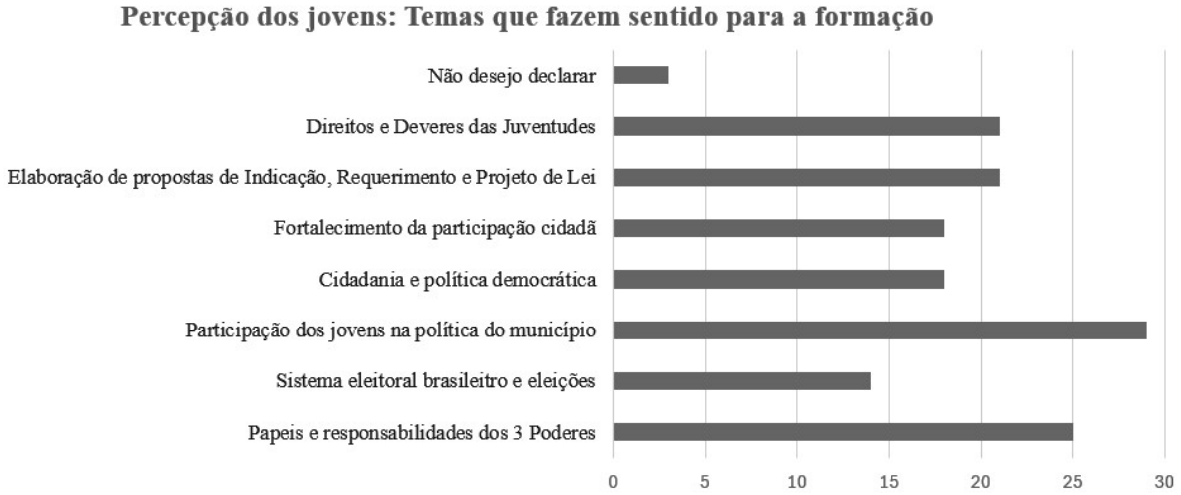
Os dados revelam aspectos que remetem aos desafios do letramento político, a exemplo da dificuldade dos jovens de replicar o conhecimento adquirido durante o Programa para outros estudantes da própria escola, na medida em que 42,5% responderam que "conseguiu replicar parcialmente" e 37,5% declararam que "contou parcialmente com o apoio da Direção ou Coordenação da Escola". Nesse aspecto, Cosson (2011, p. 55) sustenta que "o letramento político não depende apenas de conteúdos e metodologias, ainda que esses sejam aspectos essenciais de qualquer processo educativo. É importante entender o contexto em que a democracia é ensinada" e, destaca que "se quisermos ser bem-sucedidos em nossos

programas de letramento político, convém levar em consideração as interferências que os diferentes contextos vividos pelo estudante trazem para a sua aprendizagem" (Cosson, 2011, p. 56).

A importância da rede de apoio para a replicação e continuidade do Programa é sustentata por Cosson (2011), ao afirmar que é necessário levar em conta as interferências dos diferentes contextos onde se ensina a democracia.

A questão 16 teve como objetivo identificar a percepção do (a) jovem sobre os temas que fizeram mais sentido para sua formação podendo o(a) respondente optar por mais de uma alternativa. Na percepção dos(as) jovens verifica-se que o tema de maior interesse foi a "participação dos jovens na política do município" (29 menções), seguido de "papéis e responsabilidades dos três poderes" com 25 menções; e, o de menor interesse foi o "sistema eleitoral brasileiro e eleições" (14 menções), e três respondentes assinalaram "não desejo declarar", conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6. Percepção dos jovens de Araraquara-SP e Matão-SP sobre os temas abordados no letramento político que fizeram sentido para sua formação.



Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das respostas do questionário.

Quando perguntados, na questão 17, sobre quanto o Parlamento Jovem colaborou para prepará-los para participar dos diálogos que envolvem questões que precisam ser decididas em grupo, numa escala de 1 a 5, a maioria, representada por 23 respondentes, respondeu que "colaborou muito"; e apenas três respondentes afirmaram que "colaborou pouco", conforme demostrado na Tabela 3. A despeito das possíveis limitações que a formação possa apresentar em cada cidade, os dados apontam que o jovem reconhece que o

letramento político contribuiu para a sua formação e possibilitou desenvolver competências necessárias para a vida coletiva.

Tabela 3. Nível de colaboração do PJ na preparação para diálogos em grupo

Pergunta	5 Colaborou muito	4 Colaborou	3 Neutro	2 Colaborou pouco	1 Não Colaborou nada	Não desejo declarar
Quanto o PJ colaborou para preparar você para participar dos diálogos que envolvem questões que precisam ser decididas em grupo?	57,5% (23)	25% (10)	10% (4)	7,5% (3)		

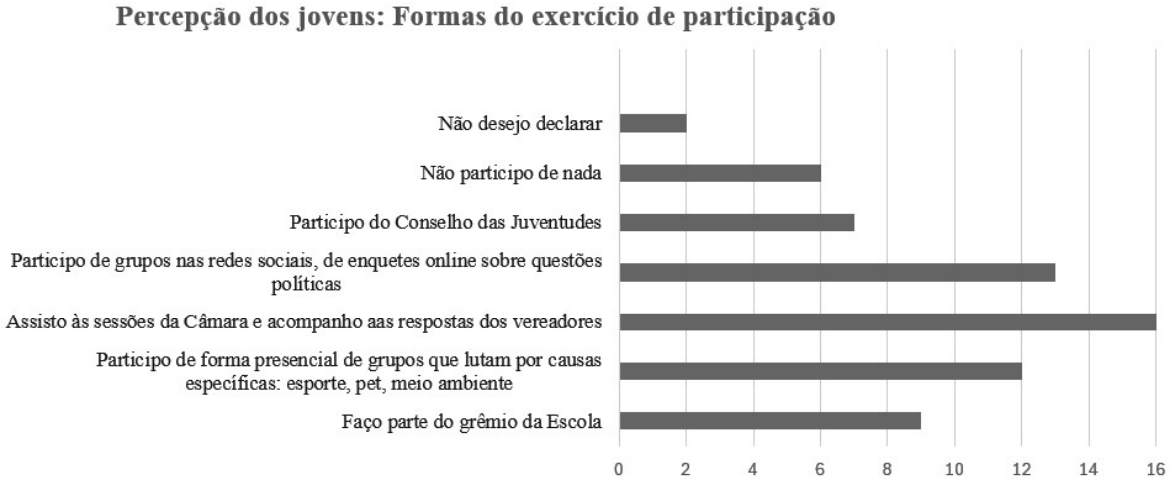
Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das respostas do questionário.

Os (as) jovens (as) ao responderem à questão 18 puderam assinalar mais de uma alternativa, totalizando 65 menções sobre as formas do exercício de participação durante e após a participação no PPJ. Apontaram como principais formas para exercitarem o aprendizado adquirido durante e após o letramento político no PPJ: "assistindo às sessões da Câmara e acompanhando as respostas dos vereadores" com 16 menções, seguida de "participando de grupos nas redes sociais, de enquetes online sobre questões políticas", com 13 menções. Por outro lado, 6 menções indicam que os respondentes "não participam de nada" e 2 "não desejam declarar". A participação nas sessões da Câmara (presencialmente ou online) e a participação de grupos nas redes sociais, apontadas pelos jovens, sinaliza que o Programa contribui para ampliar as possibilidades de participação. Apesar disso, ainda se verifica que, mesmo fazendo parte do Programa, 6 jovens apontaram não participar de nada, possivelmente, por não se sentirem motivados para isso; por não existirem em suas realidades cotidianas espaços de participação. Ou ainda, pelo choque cultural entre as instituições tradicionais e a juventude, e a exclusão e a discriminação em múltiplos níveis que alguns vivenciam.

De acordo com os dados do Gráfico 7, os jovens participam de grupos diversos e organizações coletivas, porém não foi pesquisado se nos ambientes escolares que frequentam existem espaços que estimulam as experiências coletivas e, assim, que incentivam a participação, a exemplo de quadra esportiva, espaços para jogos, grupos ou salas de leitura. Para Toscano (2021, p. 9), "estes espaços podem ser locais de convivência dos jovens, troca

de informação, ou seja, o lugar de exercício da palavra e da ação coletiva, da busca de igualdade e do reconhecimento da diversidade". Condições essenciais para o desenvolvimento.

Gráfico 7. Percepção dos jovens de Araraquara-SP e Matão-SP sobre formas de exercitar a participação durante e após o letramento político.



Fonte: Elaboração própria (2026), a partir das respostas do questionário.

Foi solicitado aos (às) jovens (as), na questão 19 (aberta), que comentassem sobre a experiência vivenciada no PPJ, no que se refere a representatividade. O Quadro 17 apresenta a transcrição integral de suas respostas.

Quadro 17. Percepção dos jovens sobre a experiência no PPJ para a representatividade e participação em Araraquara-SP e Matão-SP.

Jovem	Resposta
J 1	O PJ traz uma perspectiva socio-crítica crucial no que tange a ascensão cidadã para os jovens participantes do projeto. Abordar temáticas que por muitos são considerados "assuntos de adulto", faz com que as juventudes tenham acesso a um eixo democrático, onde, como um indivíduo social, você consiga compreender quais as ramificações, estruturas e os famosos deveres e direitos políticos de um cidadão, um representante político e até mesmo seu. Através desta ferramenta de conhecimento e comunicação, é apreendido conceitos com um viés apartidário, característica que atualmente está faltando em diversos eixos políticos envolvendo a população, já que de alguns anos até hoje houve uma bipolarização de o que a política representa e serve. Trazendo esta consciência aos jovens, desencadeia com que eles encontrem algumas respostas sobre o atual estado que os países, estados e cidades, da sociedade generalizada e específica, se encontram através de seus representantes políticos e regimentos. Sobretudo, a principal indagação não são as possíveis respostas que obterão, mas sim as eminentes perguntas, onde o jovem, como um cidadão e indivíduo social começa a se questionar e ademais a fazer questionamentos fundamentados pela sua perspectiva social, econômica, cultural e etc, aos seus representantes políticos, que foram eleitos democraticamente por ele e seus grupos social. Em suma, a importância do Parlamento Jovem é trazer a visão crítica e fundamentada sobre os atuais

	políticos e políticas que ele se relaciona como um agente passivo ou ativo.
J 2	O Parlamento Jovem foi uma experiência muito importante para mim e para o meu desenvolvimento no meio político. Lá, tive a oportunidade de conhecer e debater sobre diferentes assuntos, além de entrar em contato com novas opiniões e pontos de vista. Foi um aprendizado que me mostrou o valor do diálogo e do respeito mútuo, sempre ouvindo e respeitando uns aos outros.
J 3	Minha experiência no parlamento jovem foi muito boa, todos muito atenciosos e sempre explicavam muito bem como tudo funcionava. A experiência de realizar um requerimento, ser um vereador por um dia e realizar algumas de suas funções foi muito incrível. Muita gratidão a todos por trás desse projeto.
J 4	Estou achando muito proveitosa
J 5	Achei ótimo
J 6	Ainda não terminamos!
J 7	Não desejo declarar
J 8	O Parlamento Jovem é um projeto que em minha opinião deveria ser realizado com todos os jovens, o fato de apresentar de forma aberta e de certa forma descontraída, relacionando pautas sociais que são notáveis na vida dos jovens cidadãos, apenas facilita o entendimento sobre como a política está inserida em nossas vidas. Com ele aprendi que não basta apenas estar presente, é necessário ter voz ativa e participar das escolhas públicas.
J 9	Uma experiência incontestável, simplesmente perfeito.
J 10	A experiência de ter participado do PJ foi incrível, pois possibilitou uma maior proximidade entre as Juventudes e o Poder Público, além de fazer novas amizades, entender o que de fato é a política e de que forma podemos atuar da sociedade como jovens cidadãos.
J 11	Muito boa, além de conhecer pessoas novas você acaba estudando e aprendendo dum jeito diferente. E você aprende que a política não e só gente gritando umas com as outras.
J 12	Achei uma experiência muito interessante e legal, me ajudou a entender mais coisas por exemplo, sobre leis.
J 13	Estou gostando bastante da experiência.
J 14	Uma experiência de muito aprendizado e transparência sobre política.
J 15	Não desejo declarar.
J 16	Foi uma boa experiência e me inspirou a querer saber mais sobre política.
J 17	Não desejo declarar.
J 18	Foi uma experiência muito diferente e interessante, já que é uma oportunidade única para um estudante. Foi muito bom conhecer mais sobre a nossa política e poder de alguma forma fazer parte disso e ajudar! A escola nos deu total apoio e liberdade para escolher o tema que iríamos debater, os professores e o coordenador participaram e foi uma experiência muito legal e inclusiva.

J 19	Foi uma experiência muito legal, participar do parlamento jovem foi uma grande honra poder estar representando a nossa escola, município e até mesmo outro jovens.
J 20	Uma experiência incrível e extremamente importante na cidade.
J 21	Me ajudou a participar mais da política da minha cidade.
J 22	Não desejo declarar.
J 23	Minha experiência no parlamento foi uma das melhores, tenho nada para reclamar, a recepção é ótima, e o convívio estre nós alunos foi muito bom também. Essa ideia do parlamento, fez com que a nossa visão sobre a política mude, fazendo a gente intender os nossos direitos e como tudo funciona, o parlamento abrir os meus olhos e me encheu de novos interesses. Foi tudo maravilhoso.
J 24	Foi uma experiência incrível, indicaria para todos os alunos. Foi muito legal ter esse dia como vereadora, e poder dar minha opinião sobre os projetos.
J 25	Uma experiência esclarecedora, particularmente para mim é estar presente na política, a qual eu não conhecia antes.
J 26	Como estou participando esse ano, não tenho muito o que dizer. Mas eu gostei muito da ideia de integrar os jovens na política, de pudermos criar um projeto de lei, o tanto de informação de qualidade que estamos recebendo e saber o quanto a juventude está sendo valorizada. Também gosto do parlamento jovem porque ele vai me ajudar a me desenvolver, criar argumentos sólidos, persuadir e ter uma boa oratória e conhecer pessoas novas.
J 27	Gostei bastante.
J 28	Eu achei uma excelente experiência que sempre vou indicar para todos os jovens que tiver a oportunidade participar. Ele me ajudou muito em todos os quesitos, principalmente na questão de desenvolvimento pessoal na parte de timidez, pois eu era uma pessoa muito tímida que tinha pavor de falar em público, mas hoje em dia após o PJ consigo me desenvolver melhor nas falas em público. E eu sou uma das jovens parlamentares que realmente seguiu o lema do PJ pois me candidatei a vereadora no ano de 2024, tive uma quantia de votos boa para quem foi a primeira vez então por isso que eu falo que o PJ abriu portas para mim em lugares que nem imaginava estar!
J 29	Eu achei muito interessante poder ser uma vereadora por 1 dia, e por minha família ser política, eu pude me sentir mais próxima do meu avô.
J 30	Esse projeto ao incluir jovens do nosso município é algo gratificante, pois a presença de jovens acompanhando eleições, ficando por dentro de projetos de leis, e até mesmo tendo a oportunidade de declarar uma melhora política, civil, contribuição a si mesmo e a sociedade. Participar do parlamento jovem me fez perceber que o município de matão não é só um município, onde existe um prefeito e vereador eu como cidadão também posso me impor, pois a população faz a democracia e ter a oportunidade de participar desse projeto me adquiriu conhecimento, curiosidade e principalmente meus deveres e direitos nesse ramo.
J 31	Está sendo uma experiência incrível de aprendizado
J 32	Legal

J 33	Não desejo declarar
J 34	Achei uma experiência muito boa, me disponibilizou conhecimentos sobre política dos quais eu não tinha, e mostrou como do jeito certo a política é interessante
J 35	Eu achei uma experiência agradável que me intrigou e me aprofundou um pouco sobre o que é a política, me ajudou em algumas discussões e em debates que realizei.
J 36	Eu achei uma experiência única e que espero que seja replicada em mais municípios. Foi um momento muito único e importante e estou muito feliz de saber que eu e outras pessoas tivemos a chance de conhecer esse projeto.
J 37	Eu achei muito importante principalmente para minha formação política principalmente para me responder algumas dúvidas.
J 38	Foi uma experiência um tanto quanto tocante e motivacional para conhecer o ramo da política, muito bom.
J 39	Achei uma experiência ótima, legal e divertida
J 40	Eu achei uma experiência ótima, por que nos mostrou, e ensinou várias coisas que rola na política, e com os vereadores, e isso também ajuda bastante no nosso futuro, por que bastante dos alunos lá dentro é ter um futuro na política

Fonte: Elaboração própria (2026), mantendo a grafia original das respostas.

Para a interpretação das questões relacionadas à percepção dos três segmentos da pesquisa, isto é, os jovens, os implementadores e os vereadores oficiais, em relação a experiência no PPJ para a representatividade e participação dos jovens e às indicações de melhoria para o programa, foi utilizado o software chatGPT, a partir das respostas às questões abertas, mantendo fidelidade ao texto. O primeiro resultado gerado foi a nuvem de palavras, que se traduziu em uma representação gráfica evidenciando a frequência dos termos mais citados no conteúdo analisado. A nuvem de palavras permitiu visualizar padrões de recorrência e relações entre os temas abordados, possibilitando a identificação dos elementos centrais e contribuindo com a interpretação qualitativa dos dados da pesquisa. O recurso utilizado também forneceu a contagem de palavras mais significativas mencionadas pelos participantes, nas três questões, favorecendo a interpretação e indicando o nível de aderência ou não entre os três segmentos sociais investigados. A frequência das palavras pode colaborar com a análise da percepção dos sujeitos e possibilitar a comparação analítica das nuvens de palavras geradas, mantendo o rigor metodológico.

Na nuvem de palavras geradas a partir da Questão 19, conforme, Figura 3, os termos mais citados pelos jovens respondentes e selecionados pelo software, de acordo com a relevância para este estudo, foram as palavras: *experiência* (citada 7 vezes), *aprendizado* (citada 6 vezes), *política* (citada 5 vezes), *participação* (citadas 4 vezes), *cidadania*,

consciência crítica, *diálogo*, *democracia*, *respeito*, *desenvolvimento*, *interesse* e *argumentação* (citadas 3 vezes, cada uma). A nuvem aponta para uma percepção vivencial do Programa (experiência), reconhecimento de que o foco do PJ está no aprendizado do jovem como sujeito de direito na sociedade, isto é, um cidadão ou uma cidadã que tenha voz e que atue (participação, democracia, diálogo).

Figura 3. Percepção dos Jovens sobre a experiência no PPJ para a representatividade e participação em Araraquara-SP e Matão-SP

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir do software.

Com o objetivo de conhecer a percepção dos jovens a respeito da política, na questão 20 (aberta) foi solicitado que citassem brevemente o que pensam sobre política. No Quadro 18 são apresentadas as percepções, como previsto na metodologia, utilizando a inicial J, seguida de número, e a transcrição integral de suas respostas. Foi garantido ao respondente a opção "não desejo declarar".

Quadro 18. O que os jovens pensam sobre política em Araraquara-SP e Matão-SP.

Jovem	Resposta
J 1	Não desejo declarar.
J 2	Não desejo declarar.
J 3	Não desejo declarar.
J 4	Não desejo declarar.
J 5	Política é um meio de sobrevivência inerente ao ser humano/ indivíduo social.

J 6	A política faz parte da vida de todos nós, mesmo quando não percebemos. Ela não se resume apenas a partidos ou eleições, mas está presente nas decisões que influenciam diretamente o nosso dia a dia, como na educação, na saúde, no transporte e nas oportunidades que temos.
J 7	Para mim a política é algo extremamente necessário, sendo democrática e respeitosa. É importante que todos os cidadãos sejam ativos em decisões políticas.
J 8	Essencial, está presente em tudo o que fazemos e é muito triste que as pessoas não se interessam pelo que molda muitos aspectos de suas vidas.
J 9	Política é debater de forma justa sobre as necessidades do povo.
J 10	Gosto muito, precisamos ser representados, porém se não formos… devemos representar!
J 11	A política, em meu ponto de vista, é de certa forma a voz do povo de suas escolhas e decisões, uma forma de instaurar o controle sob a forma como as coisas são feitas, o que pode ser feito de diferentes formas. Ignora-la é o mesmo que ser indiferente em relação ao seu próprio futuro e o dos outros.
J 12	A política é o que rege o presente o passado e o futuro, por isso temos que tomar cuidado e saber avaliar quem colocamos no poder.
J 13	Eu penso que ainda há um grande tabu nesse assunto, pois as pessoas muitas vezes não procuram informações sobre ou acabam encontrando informações/notícias falsas. Acho que a política, "burocraticamente" falando, ou seja, o famoso "politiquês" ainda tem muito o que melhorar, há ainda muitos conservadores no poder, políticos que ficaram "parados no tempo" e não trazem ideias novas e mais inclusivas, que se encaixem no contexto sociocultural atual. Política não é apenas essa parte mais "chata" e "entediante" que faz, muitas vezes, com que as pessoas acabem se desinteressando por ela, mas ela pode ser também o singelo ato de comprar pão na padaria, usar transporte público, etc.
J 14	Você ser uma pessoa que sabe seu devido papel que sabe governar que preza pela saúde, bem-estar e organização da cidade.
J 15	Acho que não devemos ficar muito presos na ideia de direita ou esquerda, devemos analisar a proposta de ambos os candidatos e escolher o que é melhor para a população em geral.
J 16	Não desejo declarar.
J 17	Penso que tem muitas falhas, principalmente na comunicação, em grandes vezes as pessoas não sabem realmente o que o candidato que elas votam ou apoiam acredita e defende, fazendo com que elas sem querer acabem de um lado que não é benefício para elas mesmas.
J 18	Não desejo declarar.
J 19	Uma palhaçada.
J 20	Política é uma via de mão dupla, muito desconexo de algo concreto e parcial, pois contém opinião pessoal de cada um. Dentro da política você tem que ter posicionamento e pé no chão, saber escutar e respeitar a opinião alheia e de quem dá uma crítica construtiva adequada para suas propostas ou ideias.
J 21	A política deveria ser um meio de ajudar os cidadãos e dar apoio a eles, para

	ter justiça e segurança de uma forma democrática e segura, e por meio das eleições esperamos um bom candidato e que seja honesto, para nos fornecer tudo isso. Como saúde, educação, saneamento básico.
J 22	Acho que política precisa de mais pessoas interessadas em ajuda a população e não apenas em fama e dinheiro público precisamos de uma Educação melhor, Saúde pública e de boa qualidade entre outras coisa que todos precisamos melhorar juntos.
J 23	Algo necessário para reivindicar um direito.
J 24	Na minha visão, nem toda parte política é honesta e faz o certo. Porém, eu acho que a câmara ajuda muito a nossa população, trazendo novas ideias para ajudar e mudar nosso dia a dia para melhor, facilitando e evitando nossos problemas diários.
J 25	Precisa ter muitas mudanças.
J 26	Não desejo declarar.
J 27	Essencial em nossas vidas, e é necessário que todos tenham conhecimento suficiente para participar conscientemente.
J 28	Política está em tudo, e se nós não ajudamos a decidir as coisas outros o farão.
J 29	Em todos os aspectos a política é um instrumento bem importante para sociedade, pois tudo que fazemos é um ato político, viver já é um ato político! Claro, todos tem o seu jeito de pensar na política bem diferente, mas acredito que é isso que faz a política ser quem ela é, plural, diversa, democrática em certas partes.
J 30	Eu acredito que a política esteja presente todos os dias nas nossas vidas, e que não é um assunto que se resume a ideologia. Discutir política é algo essencial pra vida de todos, pra acharmos pontos em comuns e soluções para os problemas.
J 31	Uma declaração boa.
J 32	A política é algo muito importante na nossa segurança, ela tem a responsabilidade de nos proteger, e cumprir as leis.
J 33	Não desejo declarar.
J 34	Não desejo declarar.
J 35	Que é algo muito importante e difícil de falar o que é exatamente.
J 36	Não desejo declarar.
J 37	Não desejo declarar.
J 38	A política quem faz é a sociedade, e a sociedade faz a política. Independentemente do propósito do prefeito, vereador etc o voto da população é extremamente importante para que possamos viver em uma sociedade melhor e justa.
J 39	A política para mim é algo que está a todo momento acontecendo e é algo que nunca pode ser algo deixado de lado por qualquer um.
J 40	Não desejo declarar.

Fonte: Elaboração própria (2026), mantendo a originalidade dos textos.

De acordo com o Quadro 18, a maioria dos jovens investigados entende que a política está presente no cotidiano, nas decisões que impactam suas vidas e que é no coletivo que as soluções para os problemas precisam acontecer. Mas alguns relatam desilusão em relação aos políticos. Isso sinaliza, na visão de Tomizaki e Daniliauskas (2016) que:

> O discurso generalizado, em diferentes setores da sociedade, inclusive no meio acadêmico, de que os jovens estariam desinteressados da política e mais aderentes a valores individuais, sobretudo ao sucesso pessoal, guardaria relação com a expansão da ideologia neoliberal. No entanto, as pesquisas empíricas tendem a apontar que, menos que desinteressados ou apáticos diante da política, os jovens se mostram, sobretudo, desiludidos com a política tradicional ou com os mecanismos institucionalizados da vida política, o que implica, por exemplo, em uma certa descrença em relação às eleições, aos partidos e aos homens políticos (Tomizaki; Daniliauskas, 2016, p. 218-219).

Na perspectiva de contribuir com o PPJ nos municípios de Araraquara-|SP e Matão-SP, a questão 21 (aberta) teve como objetivo identificar críticas e sugestões dos (as) jovens para a melhoria do Programa, a partir da percepção deles, na vivência do PPJ, o Quadro 19 sintetiza tais contribuições.

Quadro 19. Sugestões dos jovens para melhorias no PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP.

Jovem	Resposta
J 1	Não desejo declarar.
J 2	Não desejo declarar.
J 3	Não desejo declarar.
J 4	Trabalhando a perenidade dos jovens interessados. Eu, em 2022, fui jovem parlamentar e desde então nunca larguei a causa e sempre me coloquei a disposição. Em 2023 e 2024 participei ativamente das respectivas gerações como membro efetivo da comissão dos jovens, um meio de facilitar o acesso e trabalhar seus eixos temáticos inter-relacionados com suas perspectivas de políticas públicas, ou simplesmente os direcionando pelas suas perguntas e respostas, porém sem vaporização e reconhecimento da parte da instituição. Em todos os anos houve uma grande resistência e falda de transparência pela parte da Câmara Municipal de Matão para com a minha participação e a de outras pessoas (todos ex-jovens parlamentares, tais como: Evelyn Doalto, Sofia Rossini, Ana Clara Inácio, dentre outros). Com tanta falta de comprometimento, consideração e escassez de informações no que tange as partes onde a comissão poderia colaborar, foi-se acarretando um desestimulo, e, consequentemente, desengajamento deste órgão. Portanto para que o projeto alcance seu apogeu é necessário a manutenção de um dos principais lemas de todas as gerações do Parlamento Jovem: De Jovem Pra Jovem.

J 5	Se houvessem mais palestras disponibilizadas além das que o parlamento apresenta em suas sessões.
J 6	Não desejo declarar.
J 7	Acredito que poderia ser melhorado em relação a mais comentários sobre nosso projeto depois de apresentado, atualizações de andamentos e entre outros progressos.
J 8	As palestras poderiam ser mais acessíveis, no sentido de uma explicação mais próxima do jovem e com identificação de termos básicos sobre as coisas.
J 9	Acredito que oficineiros mais jovens e com vocabulário mais atrativo.
J 10	Seria muito interessante caso tivessem outras sessões, e os alunos tivessem a chance de participar mais de uma vez.
J 11	O Parlamento Jovem, sob minha visão, não tem muito o que melhorar, sua gestão e suas oficinas buscam apresentar aos jovens o real aspecto da política municipal. Acredito que o aumento do tempo das oficinas e também talvez um melhor preparo dos palestrantes (com todo o devido respeito), poderia expandir ainda mais nosso aproveitamento desse ambiente tão rico de conhecimento e aprendizado.
J 12	Com mais visitas.
J 13	Na minha opinião o parlamento jovem devia se atentar mais no quesito em que as crianças possam realmente entender o que está sendo dito. Utilizando palavras mais simples ilustrações melhores e mais tempo de conversa com as crianças. Se possível também colocar exemplos de crianças que já haviam participado do projeto para que a gente pudesse entender melhor o que ia fazer parte disso.
J 14	Acho que poderíamos realizar mais expedições/visitas em lugares públicos ou realizar encontros mais dinâmicos.
J 15	Acho que o projeto e muito bom na minha visão não precisa ser melhorado nada. Porque eles tiveram paciência pra cada pergunta, nós alunos fomos muito bem recebidos e teve também os momentos em que teve várias risadas ao longo do projeto.
J 16	Não sei.
J 17	Fazendo mais campanhas motivacionais para atrair mais jovens.
J 18	Não desejo declarar.
J 19	Não saberia dizer de primeira, acredito que o projeto conseguiu alcançar tudo e entregar tudo que prometeram, diálogos abertos e não confusos, dinâmicas e explicações e também um grande envolvimento dos vereadores jovens, uma vastidão de alunos, principalmente de alunos de áreas rurais ou periféricas.
J 20	Sei que nada é perfeito, mas por mim eu não mudaria nada.
J 21	Acho que talvez aumentar a vastidão desse projeto e tentar iniciar ele em outras cidades seja uma boa coisa!
J 22	Incrementar no mês uma sessão com alunos na Câmara para discutir sobre suas opiniões e sugestões para o município e as escolas.
J 23	Ser mantido pela mesma coordenação do primeiro ano
J 24	Tomar melhores atitudes.

J 25	Poderia ter uma forma dos Alunos Suplentes participarem mais no dia principal de apresentar a Indicação, Projeto de Lei e Requerimento, pois os suplentes não tiveram fala nem aparecimento no dia.
J 26	O parlamento fez um trabalho excelente e acho que a única coisa a melhorar seria abrir o parlamento para mais anos escolares e não apenas o 9º ano! Que tivéssemos essa oportunidade todos os anos de participar.
J 27	Acho que o parlamento jovem já é excelente e não vejo nada para ser mudado, acho que tudo precisa ser melhorado com o tempo e de acordo com sua necessidade.
J 28	Acho q a cada dia o parlamento tem melhorado cada vez mais, a ideia foi e ainda é muito importante pra cidade e para os jovens.
J 29	Na minha percepção, não é preciso mudar pois, já é algo bem estruturado e já ajuda muito os jovens.
J 30	No processo que participei, achei que tudo foi muito bom, não precisa de melhorias.
J 31	Não desejo declarar.
J 32	Nas aulas teóricas, trazer pessoas com didática e dinâmicas melhores para ensinar.
J 33	Não sei dizer ao certo o que poderia ser melhorado, mas acho que na questão de ter mais jovens "dando as aulas" ou oficinas que tem nos encontros do PJ. É importante claro ter gente que não seja jovem para trazer mais experiência e visões diferentes. Mas acho importante manter essa essência "de jovem pra jovem" que sempre comentamos nos encontros ao longo dos anos.
J 34	Não vejo algo a melhorar, o programa já é muito interessante, ensina diversas coisas aos alunos e ouvem os mesmos com atenção, fazendo valer a palavra de todos.
J 35	Não tem nada a ser melhor, pois as coisas são ótimas!
J 36	Na minha opinião, nada precisa ser melhorado!
J 37	Não há um ponto em específico que devem melhorar, mas assim como jovens que não possuem um certo conhecimento pela política existe pessoas também q não fazem ideia, que só dão o seu voto ou vivem conforme as leis, e não se abrange, não vai afundo pra saber sobre a democracia do país do Estado e do município. Apesar de ser um projeto para "jovens" seria interessante incluir pessoas que queiram saber como tudo isso ocorre, despertando um pensamento crítico.
J 38	Acredito que com um tempo maior.
J 39	Palestra.
J 40	Não desejo declarar.

Fonte: Elaboração própria (2026), mantendo a grafia original das respostas.

Entre as sugestões apresentadas, no Quadro 19 estão: 1) a necessidade de adequação da linguagem utilizada pelos implementadores, indicando que, embora os formadores possam ter conhecimento, é preciso traduzi-lo de forma didática. Decorre desta sugestão

também pensar sobre o perfil dos formadores, atualmente, servidores (em Araraquara-SP) e voluntários (em Matão-SP); 2) a ampliação do Programa para mais jovens terem acesso; isso requer mais recursos; 3) melhorar a visibilidade do Programa, divulgar o PPJ em diferentes canais e linguagens; 4) criar mecanismos para garantir a perenidade do Programa, novamente, se coloca a preocupação com os recursos, afinal, sem orçamento é muito difícil manter a qualidade e pensar na ampliação de qualquer programa; 5) intensificar e aumentar o tempo do letramento político. Tal medida mostra o quanto a formação é importante e aponta para a necessidade de recursos financeiros e humanos para expandi-la.

A Figura 4 aponta para o desejo dos jovens de que o PPJ continue a ser um espaço de letramento político, com aprendizagem estruturada (aprendizado, continuidade, acompanhamento), com ênfase institucional e pedagógica (linguagem, oficina, acesso). O foco está no aprendizado estruturado, na compreensão e na vivência do processo legislativo e no desenvolvimento de competências políticas e cívicas (aprendizado).

Figura 4. Sugestões dos jovens para melhorias do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir do software.

5.3.2 Percepção dos Implementadores do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP

Os implementadores ou formadores são profissionais vinculados à Escola do Legislativo, organizações contratadas para essa finalidade e parceiros voluntários que foram os responsáveis pelo processo de letramento político dos jovens. Foram convidados para

responder o questionário 12 implementadores: 7 de Matão, 5 de Araraquara. Todos responderam ao questionário que foi composto por 19 perguntas, sendo 16 fechadas e 3 abertas.

As perguntas 1 a 4 mapearam dados pessoais dos implementadores: gênero, raça/cor, grau de instrução e idade. As questões 5 e 6 identificaram o local e ano em que os implementadores desenvolveram o processo de letramento político. A questão 7 mapeou o vínculo empregatício dos implementadores e as perguntas de 8 a 19 focaram no funcionamento do PPJ, as percepções e atuação dos implementadores no desenvolvimento da formação, visando identificar os desafios e as propostas de melhoria.

Em relação a gênero, 66,7% dos implementadores se autodeclararam do gênero masculino e 33,3% do feminino e no que se refere a raça/cor, 66,7% se autodeclararam brancos, 25% como pardos e 8,3% como amarelos. Embora se observe um percentual maior de homens no grupo de implementadores, a presença de um terço de mulheres formadoras sinaliza uma mudança relevante, visto que o ambiente do legislativo, ao longo do tempo se constituiu majoritariamente de homens. Essa diversidade é importante por favorecer a identificação e criação de laços de confiança dos jovens com o (a) formador (a). Por outro lado, ao se analisar o quesito raça/cor, de acordo com as categorias do IBGE, observa-se a prevalência de formadores brancos.

Observa-se, entre os implementadores, um nível de escolaridade elevado: 16,7% concluíram mestrado ou doutorado, 33,3% possuem pós-graduação: especialização, Master of Business Administration (MBA), 32,3% possuem graduação completa e 16,7% graduação incompleta, o que configura a preocupação com a qualidade da jornada de letramento, tanto por parte da Escola do Legislativo quanto dos parceiros voluntários e organizações contratadas. A formação acadêmica, no entanto, não assegura didática no processo do letramento político bem como não é um requisito garantidor de intencionalidade nos conteúdos sob a ótica da educação política para a democracia.

Ao refletir sobre tal intencionalidade, sob inspiração de Freire (2024), é necessário reconhecer que “as diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero e essas geram ideologias, de um lado, discriminatórias, de outro, de resistência” (Freire, 2024, p. 38), e que elas são expressas nas formas de atuar, de escolher, de valorar de cada formador. Cabe aqui o entendimento sobre a necessidade de que o letramento político do PPJ se faça com o compromisso de fortalecimento da democracia.

Para assegurar o cumprimento de tal compromisso é imprescindível o acompanhamento e a avaliação do processo formativo por diferentes sujeitos como

coordenador (a) do Programa Parlamento Jovem, o (a) formador (a) e os próprios jovens. É importante ouvir destes últimos como os conteúdos foram tratados e como foram apreendidos. Nesse sentido, observar se os jovens ao serem formados percebem a necessidade e a importância de atuar nos espaços que participam (como escolas, associações, ongs etc.) exercendo seu protagonismo. Talvez, um instrumento para acompanhar tal formação, e seus desdobramentos, possa ser um portfólio colaborativo físico ou digital construído pelos distintos sujeitos.

Sobre o vínculo dos implementadores com o Programa Parlamento Jovem, é necessário destacar que, em Araraquara, nos anos de 2022 e 2023, o Programa contou com a parceria dos implementadores do SENAC, mantendo a coordenação da Escola do Legislativo e, nos anos de 2024 e 2025, ficou a cargo somente dos servidores da Escola. Embora vinculados a uma instituição externa, os implementadores desse período seguiram as premissas estabelecidas pela Escola do Legislativo em relação aos temas e abordagens durante o letramento político. Já em Matão existe um diferencial em razão da forma com que o Programa se constituiu. O PPJ nasceu a partir do desejo dos jovens que participaram do Programa Cidadania e, uma vez apresentado e aprovado pela Câmara Municipal, o parceiro técnico, que já estava trabalhando com a juventude, assumiu os dois primeiros anos de funcionamento do PPJ, apoiado pela Escola do Legislativo.

Os dados apontam que 41,7% dos implementadores pertencem as Escolas do Legislativo de ambos os municípios, 50% declararam manter vínculo com o terceiro setor e apenas 8,3% dos implementadores são voluntários. Tais voluntários estiveram presentes somente no PPJ de Matão, respondendo ao convite da Escola do Legislativo para que a sociedade civil organizada pudesse atuar no Programa.

Conforme apontado anteriormente, em Araraquara-SP, de 2014 a 2025, não foi identificada a presença de voluntários. Nas edições do PPJ de 2014 a 2019, o PPJ pode contar com a parceria do Laboratório de Política e Governo da UNESP (LabPol), que teve um papel importante para a implantação e consolidação do Programa. Os pesquisadores do LabPol foram responsáveis pela "preparação dos conteúdos e desenvolvimento de metodologias de ensino" (Nascimento; Silva; Seino, 2016 p. 239). Já no período abarcado por esta dissertação, de 2021 a 2025, o LabPol não atuou no processo de letramento do PPJ, que ficou a cargo do SENAC e da própria Escola do Legislativo.

O implementador, também chamado de formador, professor, ou ainda, técnico da Escola do Legislativo, é um sujeito fundamental na jornada de letramento político. Por ele passa a decisão do fazer formativo, desde a tomada de decisão da linguagem a ser utilizada

para o desenvolvimento dos temas, até a escolha do material e dos autores que nortearão sua prática educativa. Para Freire (2024, p. 31) é "dever do professor não só respeitar os saberes dos educandos, mas também discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos".

Ensinar exige criticidade e essa passa pela garantia da autonomia do implementador. Esta exigência apresenta implicações políticas e ideológicas, afinal, "o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros" (Freire, 2024, p. 58).

De acordo com 58,3% implementadores entrevistados, em ambos os municípios, eles têm autonomia para decidir conteúdo e temas. Já 25% afirmaram que tiveram autonomia parcial, 8,4% apontaram que não tiveram autonomia e 8,3% não desejaram declarar. Esses resultados sinalizam que os implementadores do PPJ entendem a importância da autonomia e procuram criar condições que favoreçam seu exercício. No entanto, a autonomia é tensionada pela necessidade do cumprimento dos conteúdos pré-estabelecidos, do cronograma, da pressão institucional, entre outros.

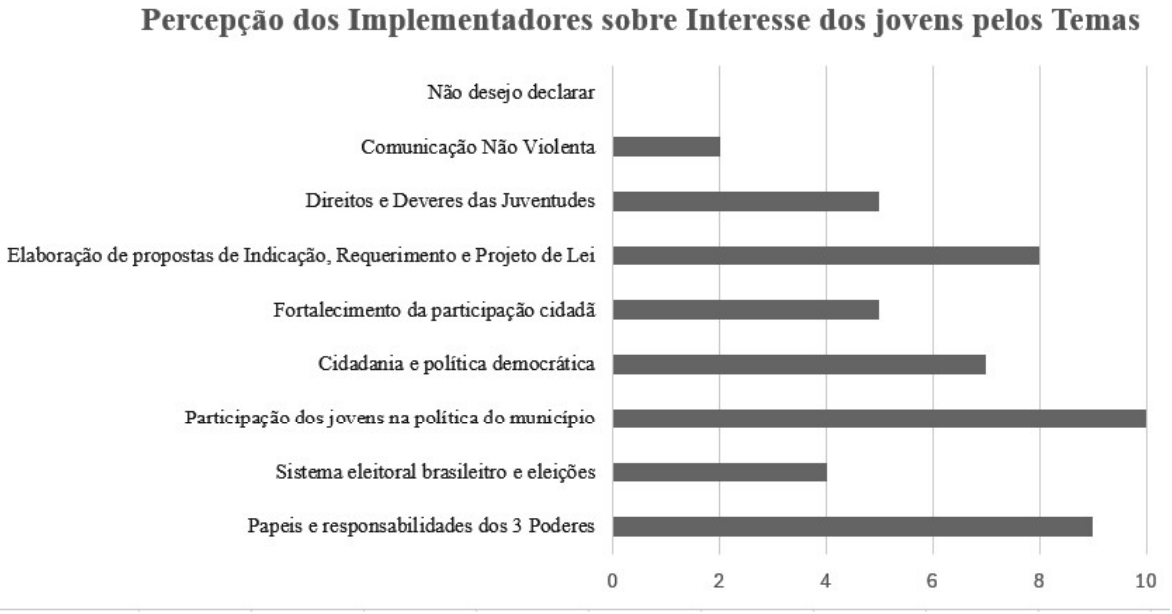
Dantas (2018) sinaliza que um dos desafios para se trabalhar os conteúdos fundamentais sobre democracia, cultura política e o sistema político brasileiro está relacionado ao preparo técnico dos professores e no zelo pela ética suprapartidária que, para esse autor, são pontos fundamentais no letramento político. Fuks (2014), ao estudar os efeitos de programas de socialização política, defende que existem dois condicionantes para a qualidade da formação recebida pelos jovens: o primeiro, relacionado ao desenho ou formato do programa, no que tange à qualidade do implementador (ao qual ele dá o nome de instrutor) e, o segundo, relacionado ao objetivo do programa que vai determinar a robustez dos conteúdos

Quando perguntados sobre os conteúdos desenvolvidos, a maioria dos(as) implementadores(as) (58,3%) afirmou estar totalmente satisfeita e 41,7% apontaram estar satisfeitos. Tais percentuais indicam que os formadores consideram que os conteúdos correspondem às necessidades dos jovens e favorecem sua compreensão.

A questão 9 teve como objetivo identificar a percepção do (a) implementador (a) sobre o interesse dos jovens pelos temas abordados, podendo o(a) respondente optar por mais de uma alternativa. Na percepção dos(as) implementadores(as) verifica-se que o tema de maior interesse foi a "participação dos jovens na política do município" (10 menções) e o de menor interesse foi "comunicação não violenta" (02 menções), conforme demonstrado no Gráfico 8. Talvez, o resultado em relação ao menor interesse tenha ocorrido em função de

dois fatores: o tema não ter sido trabalhado em Araraquara e, em Matão, somente estar presente nos anos de 2022 e 2023.

Gráfico 8. Percepção dos implementadores de Araraquara-SP e Matão-SP sobre os temas que despertaram maior interesse dos jovens



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas ao Questionário.

A percepção dos(as) implementadores (as) em relação ao engajamento dos vereadores oficiais, durante a jornada de letramento político dos jovens, indica um engajamento frágil. De acordo com os implementadores (83,3%) de Araraquara-SP e Matão-SP, os vereadores oficiais participam somente na etapa de realização da sessão pública do Parlamento Jovem, isto é, do momento em que ocorre a apresentação pública das proposituras dos jovens vereadores. Tal momento contempla uma oportunidade de "apadrinhar" tais proposituras e de obter visibilidade nas mídias oficiais e alternativas. Já para 16,7% dos implementadores, os representantes políticos participaram durante as etapas de construção das propostas e de realização da sessão pública do PPJ.

Quando perguntados, na questão 13, sobre terem conhecimento se a Câmara Municipal coloca em prática as proposituras apresentadas pelos jovens, e se têm clareza de quando isso acontece, a maioria (91,7%) dos (as) implementadores (as) de ambos os municípios apontou que sim, isto é, as propostas são implementadas. No entanto, a respeito de quando tais implementações foram realizadas, 41,7% declararam não saber. Isso sinaliza a necessidade de aprimorar o acompanhamento da implementação das proposituras dos jovens vereadores ao longo dos anos.

Não há registros, nas Escolas do Legislativo, sobre o acompanhamento da implantação das propostas por parte do legislativo ou executivo. Essa informação também não é acompanhada pelos participantes do PPJ depois do encerramento do Programa e não chega à população pelos meios de comunicação oficiais das Câmaras. Caberia uma iniciativa relacionada a esse acompanhamento por parte dos implementadores e dos vereadores oficiais, afinal, trata-se de um Programa institucional que utiliza recursos públicos.

Em relação ao papel do letramento político no desenvolvimento do protagonismo juvenil (pergunta 15 do questionário), 83,3% dos (as) implementadores (as) avaliaram que o PPJ colabora muito, e 16,7% apontaram que colabora. Isso reflete no nível de participação dos jovens em outros movimentos sociais, em Araraquara-SP e Matão-SP, defendendo causas que fazem sentido para eles. O (a) implementador (a) que possui consciência crítica sobre a importância do letramento político para a garantia e fortalecimento da democracia é um sujeito que faz a diferença no processo de desenvolvimento do protagonismo juvenil.

Dantas, Silva e Luz (2021, p. 22) ao refletirem sobre o papel do formador problematiza o fato de "que em algumas escolas a educação política desejada se transforma de forma pouco responsável em doutrinação puramente ideológica e singular". Também esclarecem que "existem exemplos em todos os campos ideológicos", isto é, direita, esquerda e centro, para ficarmos apenas no espetro político tradicional. Decorre do exposto, a importância de se realizar uma educação política suprapartidária e de reconhecer que no processo do letramento político a democracia é mais que um sistema de governo, trata-se de um valor inegociável.

Os (as) implementadores (as), na questão 18, puderam assinalar mais que uma alternativa, totalizando 27 menções. Eles (as) apontaram que as formas principais dos jovens exercitarem o aprendizado adquirido durante o letramento político no PPJ, são: "participando no conselho das juventudes" com 6 menções e "fazendo parte do grêmio da escola" também com 6 menções, conforme Gráfico 9.

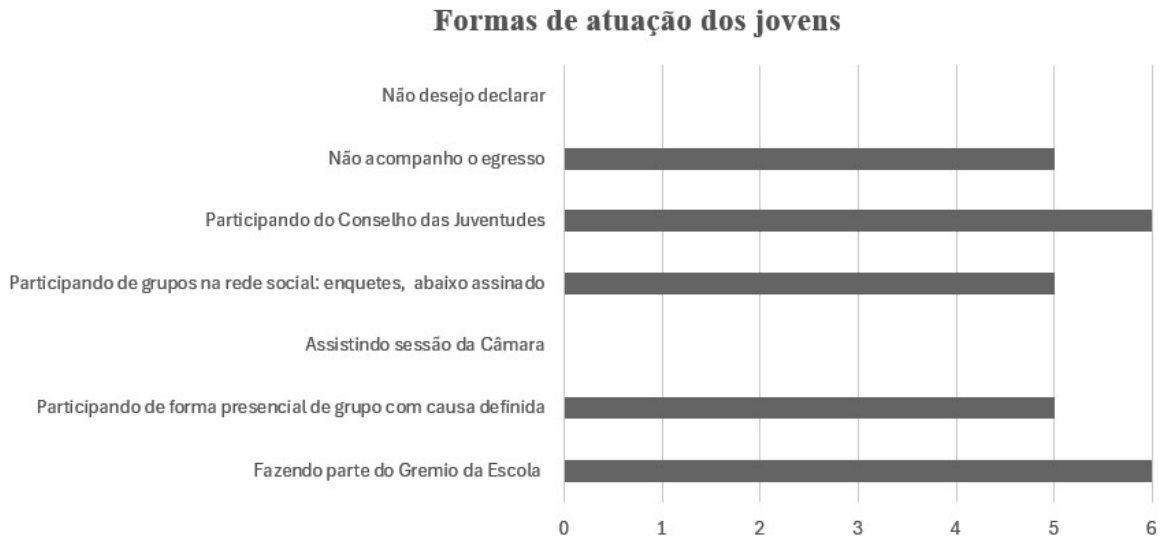
Dos 12 respondentes, 41,66% declararam "não acompanhar os egressos", ou seja, não há um processo formal de acompanhamento individualizado dos jovens pelos implementadores após a finalização do Programa, o que sinaliza ser este um dos desafios do PPJ.

O acompanhamento dos egressos pelos implementadores é fundamental para se estudar a trajetória do jovem na perspectiva de verificar quais alavancas de oportunidade o Programa criou para cada um deles, em relação a escolaridade, representatividade no município, fortalecimento da democracia, sonhos pessoais e profissionais. A não utilização

de um instrumento de acompanhamento pode refletir na perenidade e na visibilidade do Programa, ou ainda, dificultar o acesso a informações no caso de pesquisas científicas. Foi o que ocorreu com esta investigação que se dedicou a reconstruir a trajetória do PPJ nos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP. A prática de acompanhamento também pode servir de instrumento para articular o engajamento de instituições de ensino superior, a exemplo das universidades, inclusive para realizar ações de curricularização da extensão.

Outro aspecto que reforça a importância de um registro institucional ainda mais detalhado das Escolas do Legislativo das Câmaras é garantir que não se perca o que foi proposto pelos jovens vereadores, os desafios e as conquistas de sua formação. De outro modo, fomentar novas parcerias e assegurar que os pontos fortes do letramento político não se percam, seja por ocasião de uma mudança de governo, seja em razão de uma alteração do (a) Presidente da Câmara ou do (a) responsável pela Escola do Legislativo.

Gráfico 9. Formas de atuação dos Jovens na percepção dos implementadores de Araraquara-SP e Matão-SP



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas ao Questionário.

No que diz respeito ao engajamento dos jovens refletido nas formas de participação, para Freire (2024) é necessário se criar condições que favoreçam a prática educativo-política e demarcar os espaços de lutas, compreendendo que existe a questão das causas pelas quais se luta e que isso está presente nos conflitos de classes. Nesse sentido, quando o município cria o Conselho de Juventude, a partir de uma propositura apresentada pelo PPJ e o Programa está implementando uma política pública, está sinalizando que a Câmara é um espaço para a garantia de direitos dos jovens e que ele pode ser ocupado.

Foi perguntado para aos (às) implementadores (as), na questão 16 (questão aberta), como avaliavam o PPJ no que se refere a representatividade e participação dos jovens. Conforme demonstra o Quadro 20, os (as) implementadores (as) enxergam o PPJ como uma oportunidade para desenvolver habilidades que possibilitam o exercício da representatividade pelos jovens, através do contato direto com os temas políticos e sociais. Na percepção dos (as) implementadores (as), além do letramento político, a visita ao legislativo local, e a outras instituições que se dedicam a tratar os direitos da população, faz com que o PPJ estimule o protagonismo dos jovens participantes na medida em que também incita a atuação prática, com uma linguagem que favorece o diálogo, a troca, contribuindo para um ambiente democrático.

Quadro 20. Percepção dos implementadores sobre o papel do PPJ para a representatividade e participação dos jovens em Araraquara-SP e Matão-SP

IMPLEMENTADORES	RESPOSTAS
I 1	Acredito que o Parlamento Jovem tem uma potência gigantesca de desenvolver habilidades e conhecimento, exatamente como a representatividade, participação cidadã e conhecimento político. Mas, acima de tudo, a possibilidade o pertencimento do jovem (e de qualquer pessoa que esteja envolvida no processo) à cidade, à sua comunidade etc. Existe, de fato, um potencial transformador. Porém, com olhar crítico, também acredito que exista necessidade de maior apoio do Poder Público (Legislativo e Municipal) para essa potência se concretizar. Grande parte das propostas não são implementadas, não são levadas à diante, isso se dá não porque são isentas de qualidade, mas, sim, pelos representantes dos respectivos Poderes não se comprometerem com as pautas ou até mesmo com sua função. Vejo que tudo desagua na educação política e na importância do voto com consciência.
I 2	Muito importante que os jovens compreendam valores da cultura democrática e papel das instituições públicas. A diversidade é fundamental para obtermos novos parâmetros e pontos de reflexão, eles se tornam pontos de partida para discussões e melhorias contínuas na sociedade.
I 3	Parlamento Jovem é importante porque oferece aos jovens um espaço real de representatividade e participação política.
I 4	Parlamento Jovem desempenha um papel fundamental para fortalecer a representatividade e a participação dos jovens na vida política e social. Ao aproximar esse público do funcionamento do Poder Legislativo, ele possibilita que compreendam de forma prática como as leis são discutidas e elaboradas, estimulando o senso crítico e a consciência cidadã. Esse contato direto com a política garante que as demandas e pautas da juventude sejam ouvidas em espaços institucionais, contribuindo para que políticas públicas sejam mais alinhadas à sua realidade. Além disso, promove a participação efetiva, pois os jovens não apenas aprendem sobre o processo legislativo, mas vivenciam debates, elaboram propostas e exercitam o diálogo e a negociação, desenvolvendo habilidades como liderança, oratória e trabalho em equipe. Essa experiência fortalece a democracia ao mostrar que a política não é algo distante, mas um espaço que pode e deve ser ocupado por todos, incentivando o engajamento e o voto consciente. Assim, o Parlamento Jovem atua como uma ponte entre a juventude e a política, formando cidadãos mais preparados para influenciar decisões que impactam o presente e moldam o futuro da sociedade.
I 5	O PJ é uma iniciativa com potencial enorme para despertar consciência cidadã e política nas juventudes, mas que precisa ter em seu desenvolvimento o foco na autonomia de seus membros: apesar de fornecer uma oportunidade destacada, não pode ser executado de forma verticalizada, uma vez que é exatamente esse um dos grandes sintomas não só da pouca expressividade dos jovens na política, de forma geral, mas da pouca instigação que recebem para conhecer a sociedade como um todo. Além disso, precisa ser mais diverso e representativo, a fim de que as diferentes juventudes estejam presentes e se vejam refletidas no programa.
I 6	O Parlamento Jovem é de extrema importância para as juventudes de Matão, enquanto busca a educação política e cidadã, valorizando o protagonismo jovem.
I 7	Para mim, o diferencial do projeto em Matão é que, desde sua criação, foi buscada a inclusão dos jovens, para que fosse despertado o pertencimento juvenil em relação a essa política. Já em sua implementação, buscou-se uma linguagem jovem, de fácil acesso, ou, como costumávamos dizer, "de jovem para jovem". Isso possibilitou a abordagem de temas permanentes à cidadania brasileira: divisão de poderes, regime de governo e o desenvolvimento projetos de lei. Por último, a possibilidade de desenvolvimento de projetos proporciona um aprendizado prático, e que cada jovem traz sua visão e perspectiva de problemas e soluções para o município.
I 8	O Parlamento Jovem é de extrema importância porque abre espaço para que os jovens possam se enxergar como parte ativa da política. Ele fortalece a representatividade ao dar voz às suas ideias e preocupações, e promove a participação cidadã ao mostrar, na prática, que cada jovem pode contribuir para transformar a realidade em que vive. Além disso, é uma oportunidade de aprendizado sobre o funcionamento do Legislativo e de formação de lideranças mais

	conscientes e engajadas.
I 9	Vejo como um programa essencial, uma vez que o Parlamento é um momento do jovem se identificar como agente de transformação na sua comunidade.
I 10	Considero essa uma iniciativa de extrema relevância, sobretudo no atual contexto de polarização vivido em nosso país. Observa-se que grande parte do debate público tem se concentrado em vieses partidários ou em figuras políticas específicas, enquanto discussões fundamentais sobre políticas públicas e sobre o papel dos três poderes acabam ficando em segundo plano. Nesse sentido, iniciativas como o PJ assumem um papel essencial, pois contribuem para o letramento político, estimulam o desenvolvimento do pensamento crítico e favorecem a formação de jovens mais conscientes, participativos e preparados para exercer sua cidadania de maneira ativa e responsável.
I 11	Acredito que o Parlamento Jovem desempenha um papel fundamental na promoção da representatividade e da participação das diferentes juventudes que temos em Matão e no Brasil. Trata-se de uma iniciativa que não apenas abre espaço para que os jovens expressem suas opiniões, mas também os coloca no centro do debate público, permitindo que compreendam, vivenciem e influenciem os processos políticos de forma concreta e, sobretudo, educativa; o que sempre foi uma grande preocupação nossa nos anos de 2021 e 2022, período em que estive mais próximo do projeto. O PJ é, ou deveria ser, acima de tudo, uma trilha formativa e cidadã, e não apenas uma reprodução formal das atividades legislativas.
I 12	O PJ se entrelaça com a minha trajetória pessoal, pois tenho buscado fortalecer esse tipo de iniciativa justamente por entender que a transformação social passa pela formação de novas lideranças e pela ocupação consciente e qualificada dos espaços de decisão. Com toda certeza é uma oportunidade única para que jovens, muitas vezes invisibilizados nos debates institucionais, se reconheçam como sujeitos políticos, capazes de propor, reivindicar e construir coletivamente soluções para suas comunidades. Além disso, vejo o PJ como uma verdadeira escola de cidadania, um ato educativo na essência, onde se aprende na prática o valor do diálogo, do respeito à diversidade, da escuta e da construção de consensos, elementos tão urgentes para a consolidação de uma democracia mais participativa, inclusiva e plural. Projetos como esse não apenas inspiram, mas transformam realidades a partir do protagonismo juvenil! De grande importância para educação política para os jovens.

Fonte: Elaboração própria (2025), mantendo a originalidade da escrita.

Conforme demonstra o Quadro 20, os (as) implementadores (as) enxergam o PPJ como uma oportunidade para o jovem desenvolver a representatividade.

Para Mattos e Mesquita (2013, p. 478), "nos últimos anos, as relações dos jovens com a política, e as formas com que esse diálogo se dá, vêm se tornando cada vez mais necessários; expressão de um tempo em que a própria concepção de política vem sendo transformada e problematizada". As percepções apresentadas pelos (as) implementadores (as) confirmam as reflexões dos autores, na medida em que apontam que o PPJ favorece o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e do pensamento crítico, valoriza o diálogo, o respeito à diversidade e abre espaço para o jovem se enxergar como parte da política cotidiana.

Para a análise dessa questão também foi utilizada a nuvem de palavras, conforme

Figura 5. Os termos mais citados pelos respondentes e selecionados pelo software foram: *participação* (citada 5 vezes), *representatividade, educação* e *política* (citadas 4 vezes, cada uma), *cidadania, consciência, protagonismo, aprendizado, democracia, formação, liderança, diálogo* e *diversidade* (citadas 3 vezes, cada uma).

A Figura 5 aponta para uma percepção crítica e propositiva e sinaliza o protagonismo real e plural dos jovens (participação, política e protagonismo). O PPJ é visto como ferramenta de letramento político e espaço de aprendizagem estruturada.

Figura 5. Percepção dos implementadores sobre a experiência no PPJ para a representatividade e participação dos jovens em Araraquara-SP e Matão-SP.

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir do software.

Essas percepções são validadas pelas experiências e práticas de participação que ocorreram durante o letramento político e na culminância com a apresentação das Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei ao poder legislativo local, seja em Araraquara-SP, seja em Matão-SP, que possibilitaram debater com os jovens temas como democracia, desobediência civil, o papel dos protestos, reivindicações e ocupação de espaços públicos, a importância do diálogo e dos canais de comunicação, além das relações entre Sociedade Civil e Estado, provocando reflexões sobre os conceitos de política, política pública, representatividade e outros rompendo com a ideia tradicional sobre esses temas (Mattos; Mesquita, 2013).

Visando contribuir com o PPJ nos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP, a questão (19) aberta teve como objetivo buscar críticas e sugestões dos (as) implementadores (as) para a melhoria do Programa, a partir do olhar e do lugar que ocupam no processo de letramento político. Como mencionado anteriormente, o (a) implementador (a), professor (a)

ou formador (a) (cada município usa uma nomenclatura) tem papel fundamental na jornada de formação. A intencionalidade está presente no fazer desse profissional que imprime nos estudantes um grau maior ou menor de criticidade, a depender de sua visão de mundo e suas características. Para Freire (2024), a problematização é parte do processo de letramento, na qual os participantes "são levados a desenvolver a consciência crítica acerca dos problemas sociais no ambiente em que vivem. A concepção problematizadora [tende a servir] à libertação, realizando a superação e reafirmando a dialogicidade como essência do cenário educativo" (Freire, 2024, p. 45). O eixo central do letramento político do PPJ gira em torno da questão norteadora: Como se constrói a Democracia e como o Implementador pode contribuir para o seu fortalecimento. Não se pode falar em PPJ sem esse entendimento. Os respondentes, nos apresentaram várias sugestões para o aprimoramento.

No Quadro 21, as respostas estão apresentadas, respeitando a originalidade da escrita de cada participante. As sugestões apresentadas relacionam desde melhorias no processo de seleção dos participantes de forma a alcançar mais jovens e mais escolas de diferentes contextos sociais, com foco maior para os jovens das áreas periféricas. Outra proposta é intensificar a conexão entre o PPJ e o legislativo local, possibilitando que o Programa não seja apenas uma fase da vida do jovem, mas que possa gerar resultados no momento subsequente à sua participação. Na percepção dos (as) implementadores (as), o PPJ não é tratado como prioridade pelos vereadores oficiais, mas sim como uma oportunidade para ter visibilidade o que, segundo a percepção de um (a) dos (as) respondentes, é "extremamente prejudicial à credibilidade e perenidade do Programa". Nesse caso, a sugestão é que se estabeleça um modelo de governança que crie mecanismos de acompanhamento dos jovens egressos e dos (as) "padrinhos e madrinhas" oficiais por um período após a participação no mandato jovem. Não existe esta prática nos supracitados municípios. Nessa linha, também foram identificadas como sugestões a criação de redes de ex-parlamentares mirins e a continuidade da jornada de formação através de mentorias, via Escola do Legislativo ou escola formal.

Quadro 21. Sugestões de melhoria no PPJ pelos implementadores de Araraquara-SP e Matão-SP

IMPLEMENTADOR(A)	RESPOSTA
I 1	O Parlamento Jovem pode aprimorar seu funcionamento com ações que fortaleçam a gestão, o engajamento e o impacto externo. Na gestão, acredito que é essencial contar com uma equipe técnica qualificada, responsável por conduzir as turmas, manter um calendário claro e previsível, divulgado também à comunidade, e promover a rotatividade

	de papéis entre os jovens, estimulando múltiplas competências. No engajamento, proponho dinâmicas mais interativas, como sessões legislativas simuladas, júri simulado e debates temáticos, além de projetos práticos nos bairros, conectando as discussões a ações reais. Também vejo que é importante instituir momentos de feedback e valorizar publicamente as melhores práticas e propostas. No impacto externo, considero fundamental ampliar o diálogo com o legislativo municipal, garantir que propostas cheguem a plenário, fortalecer parcerias com universidades, ONGs e empresas, manter uma rede ativa de ex participantes e promover eventos abertos à comunidade, como audiências públicas e apresentações itinerantes, ampliando a visibilidade e o alcance do programa. Todas essas melhorias, no entanto, dependem do compromisso efetivo e contínuo da Câmara Municipal e da Escola do Legislativo, garantindo estrutura, apoio e prioridade política para que o Parlamento Jovem cumpra plenamente seu papel formativo e transformador.
I 2	Processo contínuo de ampliação da participação juvenil nos municípios, integrando outros espaços de engajamento.
I 3	O Parlamento Jovem tem uma riqueza nas mãos que são as juventudes, acredito que a continuidade dele deveria ser cuidada com carinho. Assim, mesmo após um mandato, os jovens que fizeram parte poderiam ser acompanhados e comporem fóruns ou estarem em constante diálogo com os novos membros. A partir dessa integração será possível uma perenidade e a formação de um grupo unido por seu objetivo comum, recebendo novos membros a cada mandato.
I 4	Incentivar propor projetos de lei de grande impacto social e ampliar a participação dos jovens nas atividades da Câmara.
I 5	Sim. Há várias propostas que poderiam potencializar o alcance e o impacto do Parlamento Jovem, tanto no fortalecimento da representatividade quanto na formação prática dos participantes. Uma melhoria importante seria ampliar o processo de seleção e divulgação, alcançando mais escolas e jovens de diferentes contextos sociais, especialmente os que vivem em áreas periféricas ou rurais, garantindo assim maior diversidade de vozes. Também seria relevante criar uma fase preparatória online ou híbrida, com módulos de formação cidadã, política e de habilidades de liderança antes do início das atividades presenciais, o que nivelaria o conhecimento e prepararia melhor os participantes para as discussões. Outra proposta é intensificar a conexão entre o Parlamento Jovem e o Legislativo real, permitindo que os projetos apresentados sejam encaminhados para análise formal das comissões permanentes da Câmara e, quando viáveis, transformados em indicações, requerimentos ou projetos de lei. Isso daria aos jovens a percepção concreta de que sua contribuição gera resultados palpáveis. Seria igualmente benéfico estabelecer um programa de acompanhamento pós-edição, no qual ex participantes continuem engajados por meio de redes de ex parlamentares jovens, mentorias e participação em eventos de políticas públicas, para que o aprendizado não se perca ao final do mandato simbólico. Por fim, investir em intercâmbios com programas semelhantes de outros municípios, estados e até países poderia ampliar horizontes, permitindo que os jovens conheçam diferentes realidades políticas e sociais e troquem experiências que enriqueçam suas propostas locais.
I 6	Dentre as principais sugestões, a reconfiguração na execução das atividades para que os jovens sejam mais autores que objetos das

	atividades, proporcionando não apenas senso de responsabilidade, mas de protagonismo. No mesmo sentido, prezar pela diversidade ali presente é fundamental para garantir, minimamente, que a sociedade esteja efetivamente ocupando aquele espaço e tomando as decisões, além de construir um PJ cada vez mais plural, democrática e mais centrado nas juventudes.
I 7	Segundo o que escuto atualmente, a câmara municipal (atual executora do projeto) é limitada em gerenciar o Parlamento Jovem, principalmente no contato com as juventudes. Por desconhecer, não é possível julgar o mérito, mas penso que o funcionário da câmara responsável por gerir o projeto poderia criar rede ou mesmo capacitações com organizações que possuem metodologias e atuação com juventude, nesse sentido, os gestores estarão preparados para atuar, enfrentar desafios e garantir a perenidade do Parlamento Jovem de Matão.
I 8	A cada ano buscamos aperfeiçoar o Parlamento Jovem. Queremos ampliar a divulgação nas escolas e redes sociais, estimular a troca entre cidades e dar mais visibilidade às ideias dos jovens, por meio de exposições, podcasts e publicações oficiais.
I 9	Sugeri que, no desenho do planejamento do Parlamento, fosse garantida a participação de pessoas que atuam diretamente com o tema no município. Isso porque o projeto vem sendo elaborado e validado por quem não vivencia de perto a realidade das periferias, justamente onde está concentrada a maior parte das escolas. Além disso, nota-se que, nas últimas edições do Parlamento, houve maior destaque para escolas privadas, inclusive com a exibição de seus logotipos e nomes, em contraste com a pouca visibilidade das escolas públicas.
I 10	Não desejo declarar.
I 11	Entendo que o Parlamento Jovem de Matão carece de mais atenção e compromisso por parte dos gestores públicos do Poder Legislativo, tanto dos vereadores quanto da estrutura administrativa da Câmara Municipal. Foi apenas nos anos de 2021 e 2022, por meio do então Programa Cidadania, apoiado pela Citrosuco e pelo Instituto Votorantim, que o projeto contou com uma execução técnica completa conduzida pelo Instituto Terroá, entidade especializada nesse tipo de trabalho com juventudes. Nos anos seguintes, o PJ entrou claramente em um momento de consolidação, mas sem o devido investimento por parte da Câmara. O que mantém o projeto vivo hoje é, em grande medida, o empenho e a dedicação pessoal do servidor público Elias, diretor da Escola do Legislativo, que tem conduzido as ações mesmo diante da escassez de recursos financeiros e humanos, além da boa vontade de voluntários. Infelizmente, a impressão que fica é a de que, para boa parte dos vereadores, o projeto não é tratado como prioridade, mas sim como uma ferramenta de autopromoção política, o que é extremamente prejudicial à sua credibilidade e perenidade. Minhas propostas de melhoria para o PJ de Matão partem, antes de qualquer outra medida, da necessidade urgente de a Câmara assumir o compromisso institucional com o projeto. Isso significa, acima de tudo, destinar recursos específicos para a contratação de uma entidade, instituto ou associação com experiência comprovada na condução de projetos com juventudes, capaz de garantir uma execução técnica consistente e contínua. Vale lembrar que muitas das sugestões que apresentei em anos anteriores não foram implementadas não por falta de vontade do diretor Elias, mas por absoluta limitação de recursos (mesmo a Câmara devolvendo dinheiro a cada exercício financeiro à Prefeitura) e falta de vontade política (principalmente). Superada essa condição essencial, acredito que o projeto poderia avançar em diversos aspectos, como: - Retomar as atividades com uma periodicidade quinzenal,

	garantindo maior vínculo e continuidade no processo formativo; - Estruturar um acompanhamento dos egressos, fortalecendo uma rede de ex-participantes e ampliando o impacto do projeto a longo prazo; - Acompanhar de forma mais sistemática a implementação das propostas e políticas públicas elaboradas pelos jovens, garantindo que seus esforços tenham continuidade e resultados concretos; - Ampliar a representatividade no projeto, buscando envolver mais escolas, coletivos e grupos sociais diversos; - Estimular a integração dos jovens participantes com os movimentos sociais e outras iniciativas da sociedade civil ativa em Matão. O Parlamento Jovem é uma semente potente de transformação social e cidadã, mas, para florescer plenamente, precisa ser cuidado com seriedade, investimento e visão de futuro.
I 12	Não desejo declarar.

Fonte: Elaboração própria (2025), mantendo a originalidade dos textos.

A nuvem de palavras também foi o recurso utilizado para a análise dessa questão, com a intensão de, posteriormente, realizar um comparativo entre as propostas de melhoria dos três sujeitos da pesquisa. Os termos mais citados pelos respondentes e selecionados pelo software foram: *continuidade, formação, participação, recurso* (citadas 4 vezes, cada uma), *engajamento, protagonismo, diversidade, impacto, acompanhamento, gestão, compromisso, visibilidade, parceria, rede, proposta, política, diálogo, estrutura atividade, dinâmica, escola* e *investimento* (citadas 3 vezes, cada uma), conforme Figura 6.

A nuvem possibilita um olhar sobre o Programa destacando como parte de seus pontos fortes o fato de defender o compromisso com o conhecimento e com a democracia como um valor, a autonomia no processo de ensino-aprendizagem do letramento político, o respeito à diversidade, a valorização do diálogo e o fomentar ao protagonismo juvenil. A nuvem permite questionar não apenas "o que o PPJ faz", mas indicar "o que precisa mudar para que ele funcione melhor". Aparece, nas propostas apresentadas pelos implementadores, ampliar o apoio institucional ao Programa, compromisso em aumentar a diversidade e defender a autonomia nas e das atividades formativas.

Figura 6. Sugestões dos implementadores para melhorias no PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir do software.

Uma preocupação, que se tornou sugestão, em Araraquara-SP e Matão-SP , é que se amplie o número de escolas participantes e que a Câmara Municipal, ou a Escola do Legislativo, garanta o acesso dos jovens, fornecendo o transporte para as atividades. Observou-se o aumento da participação de escolas particulares nas últimas edições do PPJ de Araraquara-SP, com visibilidade de suas logomarcas. O que coloca em pauta se tal crescimento não estaria favorecendo sujeitos sociais já privilegiados.

Os (as) implementadores (as) apontam a necessidade de realizar um novo estudo sobre PPJ, enfocando a forma de financiamento, pois consideram que os recursos financeiros são fundamentais para a execução do Programa. Isto é, a limitação de recursos é um dos grandes desafios do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP. Eles também sugerem ampliar a equipe técnica capaz de dar suporte ao processo de letramento e realizar parcerias.

5.3.3 Percepção dos Representantes Políticos do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP

Os Representantes políticos do PPJ são os vereadores dos dois municípios, sendo 18 em Araraquara-SP e 11 em Matão-SP. Foram convidados para responder o questionário 29 vereadores, destes, 19 participaram (65,52%). O questionário foi composto por 18 perguntas, sendo 15 fechadas e 3 abertas.

As perguntas 1, 2, 3 e 4 mapearam dados pessoais dos representantes políticos: gênero, raça/cor, grau de instrução e idade. As questões 5 e 6 identificaram o local e ano em que os representantes acompanharam as atividades do PPJ. A questão 7 mapeou o vínculo com partido político e as perguntas 8 a 18 focaram no funcionamento do PPJ, as percepções

e atuação dos representantes políticos no desenvolvimento e funcionamento do Programa visando identificar o engajamento, os desafios e as propostas de melhoria indicadas por eles.

Os dados aqui apresentados refletem informações dos 19 respondentes. Em relação a gênero, 68,4% dos representantes políticos se autodeclararam do gênero masculino e 31,6% do feminino e no que se refere a raça/cor, 84,2% se autodeclararam brancos, 15,8% como pardos e pretos. Esses dados apontam semelhança na composição do legislativo da maioria dos municípios brasileiros, compostos majoritariamente por homens brancos.

No que se refere ao nível de escolaridade 26,3% possuem pós-graduação: especialização, Master of Business Administration (MBA), 47,4% possuem graduação completa e 10,5% graduação incompleta, 10,5% possuem ensino médio completo e 5,1% optaram por não declarar. A formação acadêmica não é pré-requisito para ser candidato a vereador no Brasil, sendo necessário apenas ser alfabetizado(a), ter acima de 18 anos e estar filiado a um partido político (TSE, 2024). Também não é exigido que a pessoa, após ser eleita, participe de formações, quer seja através da Escola do Legislativo ou outra Instituição Educacional.

Quando perguntados sobre o partido político ao qual se encontram filiados, 52,3% dos respondentes declararam o Partido dos Trabalhadores (PT), 10,6% se declararam filiados ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 10,6% ao Partido Republicanos e 10,6% ao Partido Liberal (PL), 5,3% ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), 5,3% ao União Brasil e 5,3% ao Partido Progressista (PP).

A partir da questão 8, os dados refletem a percepção dos vereadores em relação histórico do PPJ, nível de satisfação com os conteúdos do letramento político, a participação deles no auxílio aos jovens na construção das proposituras, apresentação e influência deles na aprovação das proposituras e no quanto o PJ colabora para que eles fiquem atentos às demandas e necessidades da população.

Ao serem perguntados, nas questões 8 e 9, em relação ao conhecimento do histórico, regras de constituição de turma e conteúdos trabalhados pelo PPJ nos municípios durante o processo de letramento político, os percentuais de resposta para ambas é exatamente o mesmo (84,2%), conforme dados apresentados na Tabela 4, o que pode significar proximidade e conhecimento do representante político em relação ao Programa desenvolvido.

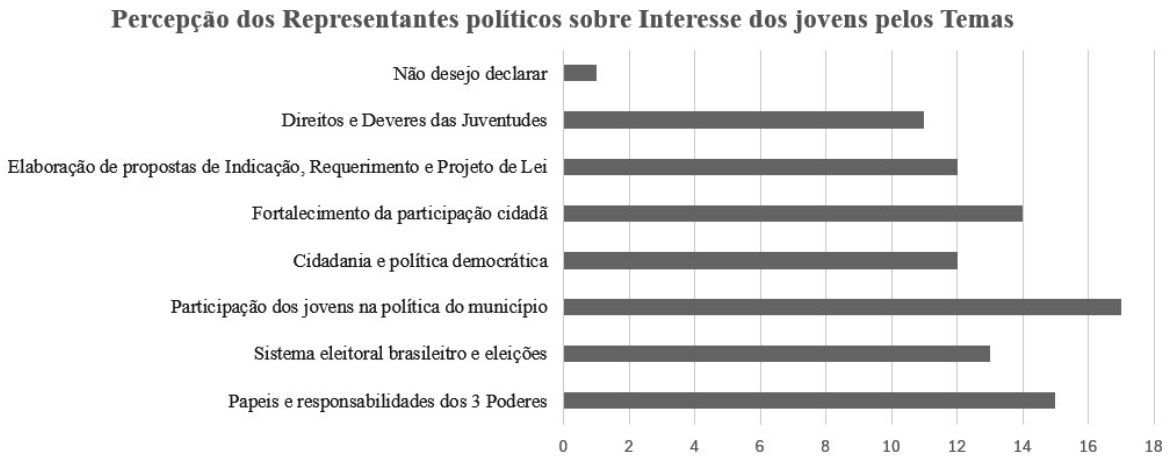
Tabela 4. Percepção dos vereadores sobre conhecimento do PPJ e conteúdos trabalhados

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	Não desejo declarar
8. Você conhece a história do Parlamento Jovem em seu município, inclusive, as regras para que os jovens possam participar dele?	84,2% (16)		15,8% (3)	
9. Você conhece os conteúdos que são desenvolvidos na trilha de letramento ou na formação política desenvolvida junto ao Parlamento Jovem?	84,2% (16)		15,8% (3)	

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas ao Questionário.

A questão 10 teve como objetivo identificar a percepção do (a) representante político (a) sobre o interesse dos jovens pelos temas abordados, podendo o(a) respondente optar por mais de uma alternativa. Na percepção dos (as) vereadores (as) verifica-se que o tema de maior interesse foi "*participação dos jovens na política do município*" (17 menções) e o de menor interesse foi "*direitos e deveres da juventude*" (11 menções), conforme demonstrado no Gráfico 10.

Gráfico 10. Percepção dos vereadores de Araraquara-SP e Matão-SP sobre os temas que despertaram maior interesse dos jovens



Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas ao Questionário.

A questão 11 identificou que o nível de satisfação dos vereadores em relação aos conteúdos desenvolvidos pelo Programa é alto, conforme Tabela 5.

Tabela 5. Nível de satisfação dos representantes políticos de Araraquara-SP e Matão-SP sobre os conteúdos do letramento político trabalhados no PPJ.

Pergunta	Totalmente Satisfatório	Satisfatório	Neutro	Insatisfatório	Totalmente Insatisfatório	Não desejo declarar
11. Como você avalia o conteúdo do letramento político ou da formação política desenvolvida pelo PJ?	57,9%	36,8%				5,3%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas ao Questionário.

Os vereadores, em sua maioria, afirmam nas questões 8 e 9 conhecer o PPJ, e, na questão 11, 57,5% declaram estar totalmente satisfeito. A Tabela 6 registra as respostas às questões 12, 13, 14 e 15. Na questão 12, 94,7% declaram já ter participado ou acompanhado a visita dos jovens na Câmara Municipal (parte do letramento político do PPJ), porém ao responderem à questão 13, relacionada a auxílio aos participantes do PPJ na elaboração das proposituras, menos de 50% responderam participar dessa etapa. Por outro lado, na questão 14, mais de 50% dos representantes disseram já terem apresentado ou influenciado outros vereadores a aprovar proposituras dos jovens e quando questionados, na questão 15, sobre percepção em relação à Câmara colocar em prática as proposituras dos jovens, a maioria apontou que sim. Ou seja, a maioria das proposituras dos jovens vereadores costuma ser implementada.

Tabela 6. Percepção dos representantes políticos sobre a participação deles no PPJ

Pergunta	Sim	Não	Parcialmente	Não desejo declarar
12. Você já participou ou acompanhou a visita de algum participante do Parlamento Jovem na Câmara Municipal?	94,7% (18)	5,3% (1)		
13. Você foi responsável por auxiliar algum participante do Parlamento Jovem na elaboração da Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de	47,4% (9)	47,4% (9)		5,2% (1)

Lei para o Parlamento Jovem?				
14. Você, na condição de vereador(a) oficial, já apresentou e/ou já influenciou os demais vereadores a aprovarem Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de Lei apresentados pelo Parlamento Jovem?	52,6% (10)	36,8% (7)		10,5% (2)
15. Você saberia dizer se a Câmara Municipal colocou em prática a Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de Lei apresentados pelos participantes do Parlamento Jovem?	89,4% (17)	5,3% (1)		5,3% (1)

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas ao Questionário.

Na questão 16 a maioria dos participantes indicou que o PPJ contribui para que eles fiquem atentos às demandas e necessidades da população, conforme demostrado na Tabela 7. No entanto, esses dados não são confirmados pelos jovens e pelos implementadores ao responderem sobre a atuação do representante político no Programa, criando uma distância "entre discurso e prática" do representante.

Tabela 7. Percepção dos representantes políticos sobre colaboração do PPJ para alertá-los em relação às necessidades da população

Pergunta	Colabora muito	Colabora	Neutro	Colabora pouco	Não colabora	Não desejo declarar
16. Na sua percepção quanto o PJ colabora para que os vereadores oficiais fiquem atentos às necessidades da população?	57,9%	10,5%	26,3%	5,3%		

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas ao Questionário.

Foi perguntado para aos (às) representantes políticos na questão 17 (aberta), como avaliavam o PPJ no que se refere a representatividade e participação dos jovens. Conforme

demonstra o Quadro 22, os (as) vereadores (as) enxergam o PPJ como uma iniciativa de promoção da representatividade e exercício da cidadania, com possibilidade de provocar os jovens a se tornarem líderes comunitários. Entendem que o Programa é um espaço de debate de ideias e discussão de soluções dos problemas identificados pelos jovens no cotidiano.

Na percepção dos (as) vereadores (as) a vivência prática através da visita ao legislativo local e a apresentação de proposituras no final do Programa, aliada ao letramento político, estimula o engajamento e protagonismo dos jovens participantes criando um ambiente democrático e possibilitando que a voz da juventude seja ouvida.

Quadro 22. Percepção dos representantes políticos sobre o papel do PPJ para a representatividade e participação dos jovens em Araraquara-SP e Matão-SP

REPRESENTANTE POLÍTICO	Resposta
V 1	Boa. Sempre há positividade, sempre contribuirá para despertar nos jovens afinidades a Liderar o trabalho para tão importante tarefa na sociedade.
V 2	O Parlamento Jovem tem um papel fundamental na promoção da representatividade e da participação política dos jovens, pois oferece a eles a oportunidade de compreender, na prática, o funcionamento do Poder Legislativo e de exercer a cidadania de forma ativa e consciente. Ao participar, os jovens passam a se reconhecer como parte do processo democrático, ampliando o sentimento de pertencimento e responsabilidade social. Além disso, o programa contribui para formar lideranças mais engajadas e críticas, que valorizam o diálogo, o respeito às diferenças e a construção coletiva de soluções para os problemas da sociedade.
V 3	O Parlamento Jovem é uma importante iniciativa na construção da cidadania e contribui para que toda a comunidade entenda melhor a função do poder legislativo. Para além da questão pedagógica, é gratificante acompanhar os estudantes descobrindo o talento para a política e enxergando a possibilidade de se tornarem grandes líderes para a comunidade.
V 4	O Parlamento Jovem é fundamental na promoção do exercício da cidadania, conhecimento e engajamento político dos jovens do município. É uma importante ferramenta de conhecimento intelectual e prático.
V 5	Ao proporcionar um espaço onde eles podem debater ideias, apresentar propostas e compreender o funcionamento das instituições democráticas, o programa contribui para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e engajados. Além disso, garante que a voz da juventude seja ouvida nos espaços de decisão, ampliando a diversidade de perspectivas e aproximando o poder público das demandas reais dessa parcela da população.
V 6	Penso que é de extrema importância a participação e conscientização dos jovens no fazer político do munícipio.
V 7	O Parlamento Jovem é uma ferramenta essencial para aproximar a juventude da política, garantindo espaço de fala, aprendizado e protagonismo. Ele contribui para que os jovens não sejam apenas "o futuro", mas também parte ativa do

	presente no processo democrático.
V 8	O Parlamento Jovem tem grande importância no que se refere participação dos jovens na política e na sociedade de forma geral.
V 9	Não desejo declarar.
V 10	Considero importante, ajudo a estimular a participação pois entendo que é uma forma de praticar cidadania.
V 11	O Parlamento Jovem é fundamental para aproximar os jovens da política, oferecendo vivência prática, voz ativa e protagonismo. Ele fortalece a representatividade e incentiva a participação cidadã, embora ainda enfrente o desafio de ampliar o engajamento e a continuidade após o projeto.
V 12	Muito interessante, mas deveria ser mais ampliada a participação.
V 13	Extremamente importante.
V 14	A participação dos jovens no parlamento é de extrema importância, ainda mais em uma época em que a política está demonizada. É preciso ensinar desde cedo a importância de ser um cidadão.
V 15	Crucial importância, a educação cidadã raramente é difundida e precisa estar presente no maior número de espaços possíveis.
V 16	O Parlamento Jovem tem uma importância fundamental para a formação cidadã e política dos nossos adolescentes e jovens. Esse programa estimula a participação ativa na vida pública, aproximando-os do Legislativo e permitindo que compreendam, na prática, como funcionam os processos democráticos e a elaboração de leis. Além de despertar o interesse pela política, o Parlamento Jovem contribui para o desenvolvimento do senso crítico, do diálogo, da responsabilidade social e do espírito de liderança. É uma oportunidade única para que os jovens possam expressar suas ideias, propor soluções para os problemas da comunidade e perceber que sua voz tem valor dentro da sociedade. Como vereador, acredito que investir em iniciativas como o Parlamento Jovem é investir no futuro da nossa cidade, pois forma cidadãos mais conscientes, engajados e preparados para transformar a realidade em que vivem.
V17	O Parlamento Jovem é um grande ganho para a educação cidadã Araraquarense! Ele é potente, encantador, instigador e propositivo. o Parlamento jovem encanta todos os anos pela sua vivacidade e por toda construção. Paulo Freire diz: "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda", nascemos numa cultura de silencio sobre temas importantes como "Politica, religião...", e por esse motivo, temos uma influência grande das religiões sobre o poder de Estado e controle de corpos e mentes, por isso, é muito importante que temas como a política estejam na agenda central de rompimento de ciclos viciosos para ciclos virtuosos, já que a política atravessa a vida de todo cidadão.
V 18	É de grande importância o Parlamento, pois representa a voz dos jovens.
V 19	Avalio positivamente a importância do Programa Parlamento Jovem para o município. Os jovens representam o futuro do nosso país. A participação juvenil tem sido crescente, garantindo o avanço da democracia em Matão.

Fonte: Elaboração própria (2025), mantendo a grafia original das respostas.

Essa questão foi analisada a partir da nuvem de palavras, conforme Figura 7. Os termos mais citados pelos respondentes e selecionados pelo software foram: *participação*

(citado 5 vezes), *cidadania* e *política* (citados 4 vezes, cada um), *engajamento, democracia, protagonismo, aprendizado, liderança, educação, representatividade, sociedade* e *diálogo* (citados 3 vezes, cada um).

Os respondentes deram ênfase na função básica de acesso e representação, conforme a nuvem de palavras que destaca participação, espaços de protagonismo e representatividade (voz dos jovens). A nuvem reforça a função essencial do Programa que é a formação. O PPJ é descrito de forma direta e objetiva, como sendo "um espaço que existe e funciona" e que "garante voz e presença juvenil".

Figura 7. Percepção dos representantes políticos sobre a experiência no PPJ para a representatividade e participação dos jovens em Araraquara-SP e Matão-SP.

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir do software.

Quadro 23. Sugestões de melhoria dos representantes políticos para o PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP

Representante Político	Resposta
V 1	Não desejo declarar.
V 2	Programar mais oportunidades, tipo seminários, debates, rodas de conversas com lideranças sobre determinados temas atuais da sociedade.
V 3	Uma possível melhoria para o Parlamento Jovem seria ampliar os espaços de acompanhamento e diálogo após o término do programa, para que os participantes pudessem continuar trocando experiências e acompanhando o andamento das propostas discutidas.
V 4	Penso que é sempre importante garantir mecanismos que contribuam para a

	diversidade da participação, para que a questão de gênero e raça esteja bem representada.
V 5	É um programa que só tem a melhorar com o empenho de todos.
V 6	Uma boa forma de melhorar o Parlamento Jovem seria deixá-lo mais aberto e acessível, trazendo para perto jovens de diferentes realidades, inclusive aqueles que vivem em comunidades mais afastadas ou que têm menos oportunidades. Também seria legal oferecer formações ao longo do programa, com oficinas de cidadania, liderança, oratória e políticas públicas, para que os participantes se sintam mais preparados e confiantes nos debates. Outra ideia é criar uma plataforma online, onde os jovens possam trocar ideias, acompanhar as propostas e manter o diálogo mesmo fora dos encontros presenciais. O melhor modelo de Parlamento Jovem, então, é aquele que une representatividade, aprendizado prático e participação constante e que dure durante todo o nono ano, dando mais tempo para amadurecer ideias, colocar projetos em prática e realmente transformar a experiência em algo marcante.
V 7	Ter um maior envolvimento dos vereadores "padrinhos" na construção da indicação e ou PL, mas sem tirar o protagonismo dos jovens
V 8	Não desejo declarar.
V 9	Apesar de o Parlamento Jovem já ser uma iniciativa valiosa, sempre há espaço para melhorias que podem torná-lo mais acessível, impactante e representativo; como por exemplo divulgar nas escolas públicas e até mesmo em redes sociais.
V 10	Não desejo declarar.
V 11	Uma proposta de melhoria seria ampliar a divulgação e o engajamento para alcançar mais jovens, além de fortalecer parcerias com escolas e instituições locais. Também seria importante garantir acompanhamento após o término do projeto, criando espaços para que os jovens continuem atuando na vida comunitária e política.
V 12	Não desejo declarar.
V 13	Penso que deveria ter uma "premiação" das melhores ideias, dando visibilidade para a cidade, valorizando o programa e quem sabe efetivando essas ideias.
V 14	Eu acho que as melhorias se resumem a ter mais recursos para execução, se a escola do legislativo por exemplo tivesse um transporte próprio para trazer alunos das mais distantes escolas do município, seria muito essencial. O Parlamento em si tem um funcionamento fantástico, em 2023 e 2024 aprimorei junto à equipe da escola tudo que foi possível no sentido de metodologia, no entanto sem recursos não dá pra ir muito além.
V 15	Formação Cidadã Promover palestras, oficinas e rodas de conversa sobre democracia, cidadania, ética e funcionamento dos poderes. Ensinar os jovens como nascem as leis e como funciona o processo legislativo. Vivência Prática Simular sessões da Câmara, para que eles possam elaborar, defender e votar propostas. Incentivar visitas a órgãos públicos, escolas e associações de bairro. Integração com a Comunidade: Criar projetos em que os jovens parlamentares ouçam demandas da população e tragam ideias para solucionar problemas locais. Estimular que apresentem propostas ligadas a educação, meio ambiente, cultura, esporte e inclusão social. Incentivo à Participação Ativa. Valorizar a pluralidade de ideias e o respeito às diferenças. Motivar os jovens a se engajarem em projetos voluntários e ações sociais. Acompanhamento e Mentoria: Vereadores e servidores da Câmara podem acompanhar de perto os jovens, orientando e mostrando como a política pode transformar vidas. Criar uma rede de ex-

	participantes para continuar apoiando e inspirando novas turmas. Tecnologia e Comunicação: Utilizar redes sociais e canais digitais para dar visibilidade às ideias e propostas apresentadas.
V 16	Estimular debates online e fóruns para ampliar o alcance da iniciativa.
V17	Não, todo o trabalho realizado pela Escola do Legislativo "Dulce Whitaker" tem sido satisfatório.
V 18	Não desejo declarar no momento.
V 19	Estou muito satisfeito com o programa. Percebemos os avanços desde o início em 2021.

Fonte: Elaboração própria (2025), mantendo a originalidade dos textos.

As falas dos representantes políticos sinalizam que existe espaço para melhoria no Programa, tanto em relação à institucionalidade quanto a aspectos ligados ao acesso dos jovens, divulgação das atividades e envolvimento dos "padrinhos e madrinhas" e sugerem mentoria para que os jovens possam adquirir novos repertórios. Por outro lado, também apontam pouco conhecimento por parte dos vereadores sobre o desenvolvimento do letramento político desenvolvido.

A nuvem de palavras, Figura 8, também foi utilizada para a representação gráfica dessa questão e trouxe como termos mais citados pelos respondentes e selecionados pelo software: *melhoria* (citado 6 vezes), *participação, formação* e *diálogo* (citados 4 vezes, cada um), *divulgação, acompanhamento, engajamento, diversidade, inclusão, proposta, ideia, comunidade, acesso, tecnologia* e *recurso* (citados 3 vezes, cada um).

Na Figura 8 predominam termos como melhoria, realidade, comunidade, formação e participação. Isto é, para os vereadores oficiais, o valor do PPJ, em ambos os municípos, aparece mais ligado à experiência subjetiva e simbólica da participação dos jovens.

Figura 8. Propostas de melhoria no PPJ dos representantes políticos em Araraquara-SP e Matão-SP

Fonte: Elaboração própria (2026), a partir do software.

A partir da análise dos dados organizados foram priorizadas as questões que remetem aos desafios do letramento político para reflexões comparativas sobre as percepções dos três sujeitos nas duas experiências de PPJ. A primeira reflexão está relacionada às respostas trazidas pelas nuvens de palavra da percepção de cada segmento a respeito da experiência do PPJ para a representatividade e participação, Figura 9.

Figura 9. Contribuição do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP para a representatividade e participação política da juventude

Nuvem 1 – Jovens

Nuvem 2 – Implementadores

Nuvem 3 – Representantes políticos

Fonte: Elaboração própria (2026).

As três nuvens, Figura 9, não se contradizem, elas se complementam, sinalizando que, independentemente, do respondente ser jovem, implementador ou representante político oficial, o PPJ é compreendido primordialmente como um instrumento formativo e democrático e não apenas como uma simulação institucional.

Os três segmentos sociais reconhecem o PPJ como espaço de formação cidadã,

mecanismo de inclusão política e catalisador de engajamento social. Em relação às convergências centrais, ou seja, a existência de um núcleo comum de suas falas, há um campo semântico fortemente compartilhado entre as nuvens dos três segmentos. As nuvens convergem especialmente em torno dos termos: *participação, representatividade, cidadania, educação, democracia e protagonismo*. Na Figura 9, a nuvem 1, dos jovens, legitima o PPJ pelo impacto vivido (experiência) por eles; já as nuvens 2 e 3 justificam o PPJ pelo valor educativo e institucional (participação) que ele propicia.

As sugestões de melhorias para o do PPJ foram apresentadas a partir das nuvens dos três segmentos de forma comparativa na Figura 10.

Figura 10. Propostas de melhoria para o PPJ de Araraquara-SP e Matão-SP na visão dos jovens, implementadores e vereadores oficiais

Nuvem 1 – Jovens

Nuvem 2- Implementadores

Nuvem 3 – Representantes políticos

Fonte: Elaboração própria (2026).

Na Figura 10, as nuvens 1 e 2 apresentam ênfase pedagógica, institucional e formativa. O foco das sugestões está na continuidade da aprendizagem através da oferta de formação via oficinas, palestras. Já a nuvem 3, dos representantes políticos, se diferencia ao destacar a necessidade de melhorias institucionais, com ampliação da participação, diálogo, acesso, autonomia, divulgação, diversidade e inclusão. As três nuvens compartilham o valor da participação.

Para sistematizar e nortear essas experiências relacionadas aos três segmentos de sujeitos da pesquisa Santos Junior (2024) propôs a criação de Guia prático para implementar Parlamentos Jovens em Câmaras Municipais, a exemplo do que foi elaborado para a Assembleia Legislativa do Paraná, por meio de sua Escola do Legislativo, apontando a importância da institucionalização do Programa.

Além dessa contribuição, Santos Junior (2022) ao realizar análise comparativa dos conteúdos publicados nos websites parlamentares, relacionados às experiências do PPJ na Europa e no Brasil, sistematizou os instrumentos de comunicação, tanto no âmbito educativo quanto na comunicação com a sociedade. Nesse sentido, aponta a importância do uso da

internet para potencializar o trabalho realizado pelo Programa e reforça que as tecnologias digitais são fortes aliadas na divulgação e acompanhamento do processo de letramento político porque ampliam a visibilidade e transparência do Programa junto à sociedade e ao próprio público alvo que são os jovens. São, portanto, ferramentas importantes para o estreitamento no relacionamento entre as instituições legislativas, o PPJ e a sociedade.

Outro desafio do letramento político do PPJ é a forma de acesso dos jovens no Programa e o critério de inscrição. Em Araraquara-SP, é necessária a adesão da escola ao Programa e, a depender do interesse da gestão escolar, esta pode ser a primeira barreira à participação do jovem. Outro impedimento é a restrição do público-alvo definido como alunos do 9ª ano. Em Matão-SP, o convite para o Programa é aberto aos jovens de 14 a 24 anos e a inscrição acontece a partir do interesse do jovem.

Também foi identificado como desafio a possibilidade do Programa deixar de privilegiar o processo de letramento político, com suas diferentes ações, e se caracterizar como uma atividade extra curricular apenas.

Diante do exposto, seguem as indagações que esta investigação se propôs a responder:

- O Programa Parlamento Jovem desenvolvido junto às juventudes desperta seu interesse para a participação na vida política dos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP?
- Quais têm sido os problemas, entraves, potencialidades e/ou desafios da implementação dos Programas Parlamento Jovem em Araraquara-SP e Matão-SP, na percepção dos sujeitos sociais envolvidos?

No Quadro 24 estão identificados alguns problemas, entraves e potenciais ações para o enfrentamento destes, como contribuição desta pesquisa para futuros estudos.

Quadro 24. Problemas, entraves e potencialidades do PPJ.

PROBLEMAS	ENTRAVES	POTENCIALIDADES E/OU DESAFIOS
Forma de acesso ao PPJ	Desenho do programa limita a participação livre do jovem	Revisar o desenho do Programa, de forma a ampliar o número de participantes.
Replicação do Programa pelos jovens	Dispersão dos jovens após o Programa e não apropriação do tema pela escola	Engajamento da Gestão escolar e demais representantes das organmizações através de oferta de letramento político para esse público.
Ausência de instrumento de acompanhamento das propostas apresentadas pelos jovens	Câmara Municipal não tem instrumento para ação de divulgação de status das propostas	Criação de Comissão de acompanhamento composta por jovens egressos
Ausência de Instrumento de acompanhamento do jovem egresso pós Programa	Não está previsto na metodologia do PPJ.	Contemplar no desenho do Programa e elaborar ferramenta de acompanhamento, via Escola do Legislativo.
Ausência de Indicadores de análise do PPJ em relação a perenidade, engajamento dos jovens, representatividade dos marcadores sociais	Não está previsto na metodologia do PPJ.	Contemplar no desenho do Programa e elaborar ferramenta de acompanhamento, via Escola do Legislativo.
Ausência de Parcerias com Universidades	Baixa articulação da Escola do Legislativo com as Universidades locais.	Incluir o PPJ como atividade de curricularização

Fonte: Elaboração própria (2026).

A abordagem aos sujeitos do três segmentos da pesquisa possibilitou conhecer os principais desafios e entraves ao programa e avançou ao apontar as possibilidades para o seu aprimoramento, sobretudo no que se refere a revisão do desenho do programa e ferramentas para acompanhamento de resultados sinalizando contribuições da pesquisa para os implementadores dos programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa, realizada de setembro de 2024 a janeiro de 2026, assumiu o compromisso de investigar como o Programa Parlamento Jovem tem atuado para o letramento político a partir da percepção dos três segmentos de sujeitos envolvidos: jovens, implementadores e representantes políticos, e identificar os desafios de tal letramento para o fortalecimento da cidadania e da cultura democrática, nos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP. A análise dos PPJs proporcionou reflexões sobre a sua relevância como política pública para a juventude, considerando as percepções dos sujeitos.

Para atingir o primeiro objetivo específico que era “reconstruir a trajetória de criação e atuação do Programa Parlamento Jovem nos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP”, no período de 2021 a 2025, através da pesquisa documental, constatou-se que a forma de implementação do PPJ ocorreu em momentos distintos, por motivações diferentes e com modelos diferenciados: em Araraquara-SP a criação ocorreu por iniciativa do legislativo municipal e até contou com parcerias institucionais com o LabPol da UNESP e SENAC para realizar o letramento político até 2023, e a partir de 2024, este processo tem sido conduzido

pela Escola do Legislativo. Em Matão-SP, o PPJ foi criado em 2021, a partir da iniciativa da juventude, através da parceria público-privada, conduzido pelo Instituto Terroá (parceiro técnico) em 2021 e 2022 e pela Escola do Legislativo desde de 2023.

Embora sejam desenvolvidos através de modelos diferentes, tanto em relação a formato quanto metodologia, o PPJ, nos dois municípios, contempla uma proposta de letramento político que visa oferecer aos jovens conteúdos que contribuem para o fortalecimento da democracia a partir da participação da juventude.

No quesito autonomia para atuar e definir conteúdos e metodologias pedagógicas na condução do PPJ, a pesquisa revelou que 58,3% dos implementadores consideram que tal autonomia existe, enquanto 8,4% reportaram não terem autonomia. Embora a pesquisa não se aprofunde sobre a forma como essa autonomia é ou não garantida, o fato de 8,4% dos implementadores apontarem não ter autonomia provoca a reflexão: é possível educar para democracia sem autonomia? O sentimento de não autonomia pode, de certo modo, impedir que o implementador busque novos conteúdos ou linguagem didática. E essa foi uma das sugestões de melhoria apontadas pelos jovens na pesquisa: linguagem mais adequada para estabelecer os diálogos e debates.

Na pesquisa documental não foram encontrados documentos de avaliação, no encerramento de cada edição do PPJ, em nenhum dos dois municípios analisados, referente ao nível de satisfação dos jovens sobre o conteúdo trabalhado e a metodologia utilizada pelos implementadores. Evidenciar a importância de desenvolver uma ferramenta de avaliação é uma contribuição desta pesquisa para as Escolas do Legislativo investigadas.

Os dados apontam que o jovem vereador do PPJ reconhece que o letramento político ofertado contribui para a sua formação e possibilita desenvolver competências necessárias para a vida coletiva. Tal entendimento é semelhante ao reportado por Santos Junior (2022), ao analisar a experiência do PPJ de Palmeiras/PR.

De forma a atender o segundo objetivo que era "sistematizar o material legislativo produzido pelos jovens vereadores, em ambas as cidades, no período de 2021 a 2025", foi realizada a pesquisa documental nos acervos das Câmaras Municipais; o acompanhamento às sessões de encerramento do PPJ em Araraquara-SP e Matão-SP, em 2025, e levantamento das mídias oficiais e espontâneas. No intervalo definido nesta pesquisa, foram apresentadas 109 proposituras, sendo 46 Indicações, 10 Requerimentos e 53 Projetos de Lei, o que configura uma produção expressiva de propostas de soluções para as inquietações e problemas identificados pelos jovens em seus municípios.

As indicações são proposituras mais simples encaminhadas formalmente ao Poder

Executivo, com recomendação de execução de obra, serviço ou melhoria, a exemplo de instalação de lombadas, melhoria na iluminação, instalação de ciclo faixa, melhoria nas estradas rurais. Não geram obrigação administrativa, mas têm um peso político porque traduzem demandas observadas nos bairros urbanos e rurais. Trata-se de um instrumento ágil e democrático, que fortalece a interlocução entre o cidadão, o Legislativo e o Executivo. Quando propostas pelos jovens, permite ao vereador oficial transformar essas reivindicações em sugestões e endereçá-las ao Executivo municipal. Os dados trazidos pela pesquisa documental indicam que os jovens utilizaram muito essa ferramenta. O Requerimento, por sua vez, é um instrumento mais robusto. Trata-se de um pedido formal de informação direcionado, tanto ao Executivo quanto a outros órgãos públicos, que precisa ser apresentado e votado em plenário. Se aprovado, deve ser atendido e é estabelecido prazo para resposta. É o instrumento central para fiscalização, a exemplo de solicitação de informação sobre medidas em relação à falta de professor, sobre problemas envolvendo o transporte escolar no Assentamento, sobre ações para combater as queimadas no município. Dos três instrumentos usados pelo Legislativo, este foi o menos utilizado pelos jovens nas suas proposituras.

No que se refere as proposituras de Projeto de Lei, elas servem para transformar ideias e demandas sociais em políticas públicas com impacto na vida da população e têm como função propor, analisar, votar e decidir se a ideia ou demanda deve virar regra. Existem cinco tipos de Projetos de Lei: 1- Projeto de Lei Ordinária, 2- Projeto de Lei Complementar, 3- Projeto de Lei Orçamentária, 4- Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, 5- Projeto de Emenda à Lei Orgânica. No caso do PPJ, o instrumento apresentado pelos jovens é o Projeto de Lei Ordinária. Uma proposta que precisa ser submetida ao plenário para discussão e votação e, após aprovação na Câmara, ser enviada para sanção do Executivo.

No PPJ de Matão-SP, o Projeto de Lei deu origem a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres. Em Araraquara-SP, foi apresentado, em 2025, o Projeto de Lei para criar o Programa de saúde emocional, mental e física na Rede de Ensino Municipal em Araraquara-SP, se encontra em tramitação. Na visão dos jovens participantes, o PPJ é um espaço institucionalizado para discutir suas inquietações e dores e, sobretudo, para endereçarem suas propostas para quem tem o poder para resolver.

Ao mapear as respostas do questionário aplicado junto aos jovens foi possível identificar que as demandas apresentadas surgem da indignação diante da ausência de políticas públicas na garantia de direitos dos cidadãos de ambos os municípios, ou na morosidade do poder público no enfrentamento dos problemas identificados e apresentados. As demandas

fazem parte do cotidiano dos jovens, eles tensionam temas como garantia de acesso à educação de qualidade; cuidado com o meio ambiente; garantia de segurança; acesso à saúde e cultura; acessibilidade urbana e rural; zeladoria e inclusão e diversidade.

Dentre os achados da pesquisa sobre os PPJs de Araraquara-SP e Matão-SP destaca-se a ampliação do engajamento de parcela dos jovens, isto é, o aumento de seu envolvimento social, marcado pelo acompanhamento das agendas políticas e das organizações representativas da juventude em Matão-SP. Neste município, isso se traduziu na criação do CONJUVEM, isto é, do Conselho de Juventude do município; na candidatura de uma jovem egressa do Programa de 2022, filiada ao Partido Cidadania, no pleito eleitoral de 2024; e na elaboração de uma nota de repúdio do PJ de 2025 em relação à violência nas escolas.

Tanto as mídias oficiais das Escolas do Legislativo, via Câmaras Municipais, quanto as mídias espontâneas contribuíram para registrar e dar visibilidade às propostas dos jovens (Anexos 8 e 9). No entanto, a pesquisa identificou que ainda existe uma lacuna de sistematização referente ao acompanhamento a respeito da execução das proposituras e sua comunicação aos demais cidadãos.

Quanto ao terceiro objetivo que visava "identificar se a produção dos jovens vereadores foi considerada pela Câmara Municipal de cada território", nos documentos analisados na pesquisa documental não foram identificados instrumentos oficiais de acompanhamento das tratativas por parte de cada Escola do Legislativo, durante o período pesquisado. A identificação sobre a implementação, se esta ocorreu ou não, em ambos os municípios, foi registrada com base em informações verbais prestadas pelos representantes das Escolas do Legislativo. Das 109 proposituras, segundo as informações verbais dos respondentes, 74 foram implementadas.

Os representantes políticos, apesar do discurso de que conhecem e valorizam o PPJ, não priorizam nas suas agendas os temas trazidos pelos jovens que, por sua vez, ao concluírem o Programa também se dispersam e não repassam aos seus "substitutos" a responsabilidade de acompanhar e cobrar o desdobramento da proposta, razão pela qual a maioria não tem continuidade. Um debate importante que precisa ser feito não envolve apenas a produção e apresentação das proposituras, mas também a avaliação do processo de letramento político pelos jovens. Essa avaliação pode ser inserida na etapa final do Programa ou acontecer durante o letramento político, através de feed back estruturado que aponte melhorias necessárias.

Por fim, ao abordar o quarto objetivo cuja proposta era "averiguar as percepções dos sujeitos envolvidos sobre o Programa, em particular, sobre o letramento político recebido em cada município", a pesquisa observa que os três segmentos (jovens, implementadores e

representantes políticos oficiais do legislativo de Araraquara-SP e Matão-SP) compartilham a ideia de que o conteúdo trabalhado com os jovens, durante o letramento político, está adequado. Porém, os jovens sinalizaram preocupação quanto a forma como o conteúdo é transmitido, pois entendem que é necessário tornar o processo de letramento mais didático.

Não foi identificada pesquisa de satisfação com os jovens tampouco com as instituições de ensino às quais estes estão vinculados. Também não foram mencionados pelos implementadores e ou pelos representantes políticos processos de revisão do modelo do Programa, o que possibilitaria a identificação de pontos fortes e pontos a melhorar.

Elementos comuns também foram identificados em relação à percepção relacionada à experiência do letramento político do PPJ para a representatividade do jovem. O PPJ é apontado como oportunidade para o jovem desenvolver a representatividade. Ao aproximar os jovens do funcionamento do Poder Legislativo, o PPJ possibilita que eles compreendam de forma prática como as leis são discutidas e elaboradas, estimulando o senso crítico e a consciência cidadã. Esse contato direto com a política garante que as demandas e pautas da juventude sejam ouvidas em espaços institucionais, contribuindo para que políticas públicas sejam mais alinhadas à sua realidade, ampliando a diversidade de perspectivas e aproximando o poder público das demandas reais dessa parcela da população.

Talvez, o PPJ seja uma alternativa para combater a baixa participação dos jovens nos espaços reais de garantia de direitos para a juventude. Segundo o TSE, as eleições municipais de 2024 apresentaram um número inexpressivo de jovens como candidatos.

De outro modo, os Conselhos Municipais da Juventude, existentes nos dois municípios, configuram-se como espaços importantes a serem ocupados pelos jovens. No entanto, a pesquisa aponta que apenas 7 jovens, o que corresponde a 17,5% dos respondentes, mencionaram participar desse fórum de representatividade. Em relação ao Grêmio Estudantil, 9 jovens (isto é, 22,5% dos respondentes) indicaram participar.

Embora não tenha sido tematizado nesta pesquisa se os ambientes escolares, das instituições parceiras, oferecem espaços que estimulam experiências coletivas, é importante investigar tal aspecto em pesquisas futuras, visto que tais espaços podem ser locais para o desenvolvimento de ações coletivas definidas a partir das necessidades e inquietações dos jovens.

Outro dado identificado na pesquisa está relacionado à replicação do aprendizado para outros jovens da escola ou para alguma outra organização de convívio deles. Para isso acontecer é necessário que exista uma rede de apoio institucional. A pesquisa apontou que 42,5% “conseguiu replicar parcialmente” e 37,5% “contou parcialmente com o apoio da

Direção ou Coordenação da Escola". Há uma relação significativa entre protagonismo juvenil, apoio e incentivo institucional, uma vez que a falta de apoio da gestão escolar pode inviabilizar o protagonismo juvenil e tornar mais difícil a multiplicação do Programa, sendo este um caminho para fomentar e estimular outros espaços para reflexão sobre democracia e cidadania.

O PPJ foi proposto em Araraquara-SP e Matão-SP como uma política pública para as juventudes e se constituiu em espaço de participação dos jovens através do processo de letramento político, visando o fortalecimento da cidadania e da democracia. Ao discutir os resultados da pesquisa, à luz do referencial teórico, foi possível identificar que, na percepção dos três segmentos, o PPJ contribui para o letramento político dos jovens.

REFERÊNCIAS

ABEL. Associação Brasileira das Escolas do Legislativo. 2025. Disponível em: https://portalabel.org.br/. Acesso em: 10 nov. 2025.

ABID, G.; HOPPENBIB, N.; HAYASHI JUNIOR, P. Observação participante em estudos de administração da informação no Brasil. **Revista de Administração de Empresas | FGV-EAESP**. São Paulo, v.53, n. 6, p. 604-616, nov./dez. 2013 Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/GjkPPmCGpcZQ77CSRQ6s7vQ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 nov. 2024.

AFANIO, C. A confiança nas instituições: o papel da educação política eleitoral. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2024.

ALEP. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. 2025. Disponível em: https://www.assembleia.pr.leg.br. Acesso em: 3 jan. 2026.

ALESP. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2024. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/transparencia/participe/parlamento-jovem. Acesso em: 6 ago. 2024.

ANDRADE, D. M; SCHIMIDT, E. B.; MONTIEL, F. C. Uso do software Nvivo como ferramenta auxiliar da organização de informações na análise textual discursiva. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 9, p. 948-970, dez. 2020.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

APEL, Associação Paulista de Escolas do Legislativo e de Contas. **Informação sobre Escola do Legislativo e Parlamento Jovem para Pesquisa de Mestrado**. [mensagem eletrônica pessoal] Mensagem recebida por: <mrsilva123@uniara.edu.br>. em: 27 nov. 2025.

ARAUJO, D. A. **Gênero, educação e direitos humanos:** Malala Yousafzai e a defesa do direito das meninas ao ensino escolar. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, E. M. S; FERREIRA, A. R; FRANCISCO, D. J. O Termo de Assentimento Livre e Esclarecido em uma pesquisa com robótica educacional: Reflexões de um percurso. **Revista Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 46, p. 335-343, 2021. Universidade Estadual do Tocantins (Unitins).

BARROS, A. T.; MARTINS, L. M. Juventude e política na experiência de dez anos do Parlamento Jovem Brasileiro: confiança, participação e engajamento político dos egressos. **Revista de Sociologias. s**et./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6vWhmDDCgKxqx533Cws3rBG/?lang=pt. Acesso em: 25 set. 2024.

BENEVIDES, M. V. Educação para a democracia. **Lua Nova**, n. 38, p. 223-237, 1996. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-64451996000200011. Acesso em: 28 dez. 2025.

BENEVIDES, M. V. Democracia, direitos humanos e educação. In: SEMINÁRIO EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA, 2023, São Paulo. Conferência de abertura. São Paulo: EDF/FEUSP, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WGGJf2ZaovY. Acesso em: 12 mar. 2026.

BERMUDES, W. L.; SANTANA, B. T.; BRAGA, J. H. O.; SOUZA, P. H. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Revista Vértice**, v.18, n.2, 2016.

BICUDO, M. A. V. **Pesquisa qualitativa segundo a visão fenomenológica.** São Paulo: Cortez, 2011.

BORGHINI, B. G.; DORETTO, J. **Greta Thunberg e o caso "Piralha": a representação da adolescência ativista no jornalismo brasileiro**. In: **Anais do 20. ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, 2021:** entre incertezas e ações coletivas da Associação Brasileira de Ensino de Jornalismo ABEJ, 2021. Disponível em: https://repositorio.abejor.org.br/?anal=greta-thunberg-e-o-caso-pirralha-a-representacao-da-adolescencia-ativista-no-jornalismo-brasileiro. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB).** Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL. Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. **Estatuto da juventude e legislação correlata**. 4. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Política nacional da juventude**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/tv/camara-ligada/584489-politica-nacional-de-juventude. Acesso em: 22 dez. 2025.

CARDOZO, D. **O impacto de programas de educação cívica promovidos pelo poder legislativo como Política Pública Institucional para formação cidadã:** lições a partir do Parlamento Jovem mineiro. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 2022.

CARMO, A.C. **Possibilidades e limites do ambiente web para o debate público e a deliberação pública no âmbito da Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica PUC Minas, Belo Horizonte, 2011.

CARVALHO, V. N. Escolas do Legislativo e a educação para a democracia. **E-Legis**, Brasília, DF, n. 15, p. 46-61, set./dez. 2014.

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, p. 253-268, 2008.

COSSON, R. **Escolas do Legislativo, escolas de democracia.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2008.

COSSON, R. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. **E-Legis**, Brasília, DF, v. 4, n. 7, p. 49-58, 2011.

COSSON, R. Letramento político: por uma pedagogia da democracia. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 25-36, 2010.

CMPA – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE. **Escola do Legislativo de Pouso Alegre se destaca no Parlamento Jovem de Minas:** projeto estadual fortalece educação cidadã, oratória e protagonismo juvenil.

Disponível em: https://www.pousoalegre.mg.leg.br/comunicacao/noticias/escola-do-legislativo-de-pouso-alegre-se-destaca-no-parlamento-jovem-de-minas.

Acesso em: 22 out. 2025.

DANTAS, H; NASCIMENTO, A. S.; SILVA, B. S. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v.18, n. 29, p. 151-176, jan./jun. 2016.

DANTAS, H. **Guia do voto:** eleições municipais. São Paulo: Essencial Idea, 2020.

DANTAS, H. O jovem e a educação política: nova rodada de análises. **Brasil em Foco**, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 1-9, dez. 2014.

DANTAS, H. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015 em ações da Fundação Konrad Adenauer. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, mar. 2016.

DANTAS, H. Escola do Parlamento: Câmara do Município de São Paulo. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, 2018.

DANTAS, H.; SANTOS, A. Educação Política no Brasil: um panorama. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, jul. 2025.

DANTAS, H. ; COSSON, R.; ESTRAMANHO, R. Educação para a democracia: desafios na prática da formação política de adolescentes. In: BERNARDES, C. (org.) **Comunicação, educação e democracia no legislativo brasileiro.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015.

FEIJÓ, F. **Ciências sociais e ensino médio:** formação para a vida civil e cultura política democrática. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara, 2017.

FERREIRA, P. M. Juventude e Democracia em Portugal. **Revista Org & Demo**, v. 8, n. 1-2, p. 67-92, Lisboa, jan./jun.; jul./dez. 2007.

FESTIVAL **da Democracia (SP) convida jovens a discutir cidadania e participação social**. Disponível em: https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/festival-da-democracia-sp- convida-jovens-discutir-cidadania-e-participação-social/. Acesso em: 4 set. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 79. ed., 2024.

FREIRE, P. **Política e Educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 13. ed., 2024.

FORLINI, D. B. **Construindo caminhos para a educação política:** a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara, 2015.

FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do PJ no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 425-449, 2014. Disponível em: www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/308. Acesso em: 3 jan. 2026.

GANDIN, V; MARTINS, T. Eleições, partidos e coligações: uma análise da consistência ideológica e das alianças no município de Matão. **Revista Agenda Política**, *[S.1.]*, v. 1, n. 2, p. 36 - 65, 2017. DOI: https://doi.org/10.31990/10.31990. Disponível em: https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/133. Acesso em: 15 fev. 2024.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, M. G. Sociologia dos Movimentos Sociais: um balanço das teorias clássicas e contemporâneas. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 36, p.

199 - 227, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1080/08263663.2011.10817020. Acesso em: 3 jan. 2026.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática. **Revista Ideias**, Campinas, v. 5, n. 2 / v. 6, n. 1, p. 7-122, 1998/1999.

HIRANO, L. F. K. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, L. F. K. (Org.). **Marcadores sociais das diferenças: fluxo, trânsitos e intersecções**. Coleção Diferenças. Goiânia: Imprensa Universitária - Universidade Federal de Goiás, 2019.

IBGE. **Cidades e estados 2025.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/araraquara.html. Acesso em: 2 jan. 2026.

IBGE.Cidades – Araraquara, SP. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/araraquara. Acesso em: 2 jan. 2026

IBGE. **IBGE divulga rendimento domiciliar per capta 2024 para Brasil e unidades da federação.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/42761-ibge-divulga-rendimento-domiciliar-per-capita-2024-para-brasil-e-unidades-da-federacao. Acesso em 2 jan. 2026.

INSTITUTO TERROÁ. Sobre nós. Disponível em: https://www.institutoterroa.org. Acesso em: 12 fev. 2026.

LAUHERTA, M. **Formação Política e a experiência do Parlamento Jovem na cidade de Araraquara/SP**. In: 8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP, Araraquara, 2015.ISSN 2176-9761.

LAHUERTA, M. É preciso refletir a conjuntura política e a formação dos jovens na cultura política. **Diálogos**. Laboratório Política e Governo da UNESP. TV Unesp Araraquara, 2017. Disponível em: https://tv.unesp.br/edicao/1628. Acesso em: 20 ago. 2024. (entrevista)

LAHUERTA, M. Educação e política no contexto da crise contemporânea: formação para a vida civil e o lugar público da escola. In: BOTO, C. (Org.). **A escola pública em crise: inflexões, apagamentos e desafios**. São Paulo: FEUSP, 2020.

LAZARETTI, P. A. **Conhecimento e capacitação para a prática legislativa**: um estudo sobre as atividades da Escola do Legislativo de Araraquara. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organização e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). São Carlos, 2019.

LUZ, J., SILVA, B. S., DANTAS, H. **Participação Política**: casos que nos inspiram e ações que nos movimentam. 1. ed. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer, 2021.

MADRUGA, F. **Escolas do Legislativo: a nova visão do parlamento brasileiro**. **Senatus**, v. 6, n. 1, p. 31-34, Brasília, maio 2008.

MATTOS, A. R.; MESQUITA, M. R. A participação política de jovens no contemporâneo e seus desafios. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, p. 478-48, Rio de Janeiro, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAZUI, G. Bolsonaro chama Greta Thunberg de 'pirralha' ao comentar declaração da ativista sobre morte de índios. **G1**, 10 dez. 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/10/bolsonaro-chama-greta-thunberg-de-pirralha-ao-comentar-declaracao-da-ativista-sobre-morte-de-indios.ghtml. Acesso em: 28 set. 2025.

MENDONÇA, F. M. **Programa jovem aprendiz: uma análise a partir da perspectiva de seus atores.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) - Universidade de Araraquara (UNIARA). Araraquara, 2025.

MERGO. Escala Likert: o que é e como aplicá-la na sua pesquisa. **Blog Cursos@mergo.com.br**. Disponível em: https://www.mergo.com.br/blog/pesquisa-quantitativa/escala-likert-o-que-e-e-como-aplica-la-na-sua-pesquisa/. Acesso em 6 jan. 2026.

NASCIMENTO, A. S.; SILVA, B. S.; SEINO, E. Educação para a cidadania: o projeto Parlamento Jovem em Araraquara. **Cadernos Adenauer**, v. XVII, nº 1, 2016.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **Especialistas avaliam o alto índice de abstenção nas eleições municipais de 2024**. Disponível em: https://www.observatorio3setor.org.br/especialistas-avaliam-alto-indice-de-abstencao-nas-eleicoes-municipais-de-2024/. Acesso em: 12 fev. 2026.

PASCOLLI, D.; PEREIRA, D. Protagonismo Juvenil: um guia para a ação. São Paulo: Edição do autor, 1. ed., 2016.

PLANALTO. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 22 dez. 2024.

POLITIZE!. Quem somos. Disponível em: https://www.politize.com.br. Acesso em: 20 set. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARAQUARA. **Araraquara é a 3ª melhor cidade do Brasil em qualidade de vida entre municípios de médio porte, aponta IPS 2025.** Disponível em: https://araraquara.sp.gov.br/noticias/geral/araraquara-e-a-3-melhor-cidade-do-brasil-em-qualidade-de-vida-entre-municipios-de-medio-porte-aponta-ips-2025. Acesso em: 2 dez. 2025.

QEDU. **Use dados. Transforme a Educação**. Disponível em: www.qedu.org.br/brasil/ideb. Acesso em: 20 dez. 2025.

SANTOS, A. A escola básica e a educação política para a cidadania: provocações para um debate necessário. **Revista Parlamento e Sociedade**. Câmara Municipal de São Paulo, v. 6, n. 11, 2018.

SANTOS, A. Políticas públicas de educação política na escola básica: o desafio da coerência sistêmica. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. XXVI, n.1, jul. 2025.

SANTOS, M. S. S. **O letramento político e as representações das juventudes no Programa Parlamento Jovem de Minas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Montes Claros/MG, 2021.

SANTOS JUNIOR, E. G. **Funções educativas dos parlamentos digitais:** uma análise comparada dos programas de letramento político e parlamento jovem dos legislativos brasileiros e europeus. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná (UFPR). 2022.

SANTOS JUNIOR, E. G. **Guia prático para implementar Parlamentos Jovens em Câmaras Municipais no Paraná**. Curitiba: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; Escola do Legislativo, 2024.

SÃO PAULO. **Informações eleitorais**. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/eleicoes/candidatos/index.php?page=ele_det&bjs=1&a

no=2020&cargo=13&mun=350320. Acesso em: 30 jun. 2024.

SEADE. Seade Municípios: Painéis temáticos e dados sobre os municípios paulistas em temas como população, economia, emprego, saúde e educação. Disponível em: www.https://municipios.seade.gov.br. Acesso em: 22 dez. 2025.

SILVA, B. S.; SEINO, E. O "ser cidadão" no Brasil: Discutindo o lugar da participação Política. **Encontro internacional**: Participação, Democracia e Políticas – UNESP, Araraquara, 2013.

SILVA, E. C. Participação popular e política de investimento no orçamento participativo de Araraquara e Porto Alegre. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**, v. 13, 2010.

SILVA, H. C. **Democracia e cidadania:** abordagem crítica sobre a atuação das escolas do legislativo no município de Manaus-AM. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Amazônia (UEA), Manaus,2021.

SILVA, M. G.; CARVALHO, M. E. P. Estudos Culturais, Crise Climática e Educação: apontamentos a partir do discurso de Txai Suruí na COP 26. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais,** v. 20, n.1. jan.-jun. 2023. Disponível em: www.Estudos_Culturais_Crise_Climatica_e_Educacao_apont.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SIQUEIRA, M. R. **Mudança de atitudes políticas no contexto dos projetos de educação cívica**: a experiência do Parlamento Jovem Mineiro 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

SOUZA, L. A. **Escola e política: um estudo sobre o Parlamento Jovem Paulista.** Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão de Políticas Públicas no Poder Legislativo) - Universidade de São Paulo (USP), Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo, 2018.

SURUÍ, T. **Ativista indígena Txai Suruí escreve artigo na Folha de São Paulo e alerta sobre aumento de suicídios entre os guaranis em 2023.** Disponível em: https://www.diarioonorte.com/2023/12/ativista-indigena-txai-surui-escreve.html. Acesso em: 28 set. 2025.

TCESP. A educação como um objetivo de desenvolvimento sustentável. **Observatório do Futuro**. Disponível em: https://www.tce.sp.gov.br/sites/default/files/observatorio/publicacoes/Relatorio-ODS-4-integral.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

TEIXEIRA, M. P.; OLIVEIRA, I. **Cor e Magistério**: a presença negra no magistério. Rio de Janeiro; Niterói: Quarter; EDUFF, 2006.

TERROÁ, I. **Juventudes participantes do Qual sua Responsa conquista aprovação do projeto de lei que institui parlamento jovem em Matão**. Disponível em: https://www.institutoterroa.org/juventudes-participantes-do-qual-sua-responsa-conquistam-aprovacao-de-projeto-de-lei-que-institui-parlamento-jovem-em-matao-sp. Acesso em: 20 set. 2024.

TSE. **Pesquisa entre jovens identifica maioria de aptos a votar, mas poucos debatem política**. Disponível em: www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Agosto/pesquisa-entre-jovens-identifica-maioria-de-aptos-a-votar-mas-poucos-debatem-politica. Acesso em: 30 jan. 2026.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. **Quando a escola é democrática**. 2. Ed. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2011.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. A pesquisa sobre educação, juventude e política:

reflexões e perspectivas. **Revista Pro-Posições**, v. 29, jan.-abr. 2018.

Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/N8zhppMrg6Y9WY5gqLgKBLt/?lang=pt. Acesso em: 4 out.2024.

TOSCANO, G. S. Comportamento político de jovens de escolas públicas na cidade de Araraquara. **20º Congresso Brasileiro de Sociologia -** Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, jul. 2021.

VALLE, P. R. D; FERREIRA. J. L. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **EDUR Educação em Revista**, v. 41, e49377, 2025.

VASCONCELOS, L. P. N. Qual a importância da educação política nas Escolas? **Politize!**, 2022. Disponível em: https://www.politize.com.br/educacao-politica. Acesso em: 12 ago. 2024.

VOTAÇÃO **do Parlamento Jovem em Matão**. Câmara Municipal de Matão, 5 jul. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ozJ03GiDaM. Acesso em: 30 jun. 2024.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: www. cedes.unicamp.br. Acesso em: 20 mar. 2026.

ANEXOS

Anexo 1. Carta de Consentimento Institucional – Câmara Municipal de Araraquara-SP

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP
CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263 www.uniara.com.br/comite-de-etica

CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Araraquara, 15 de janeiro de 2025.

Prezado Sr. **RAFAEL DE ANGELI**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Araraquara

Venho através desta solicitar a vossa senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada "**Educação política para a juventude: Parlamento Jovem e os desafios do letramento político**" do Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA.

O trabalho tem como objetivo investigar a partir de um estudo comparado como os Programas Parlamento Jovem de Araraquara-SP e de Matão-SP atuam para o desenvolvimento do letramento e protagonismo político dos jovens munícipes, em particular, dos vereadores jovens.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, e me comprometo a encaminhar a vossa senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradeço à colaboração.

Margareth Ribeiro da Silva
Pesquisadora responsável

PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Autorizado (X)
Não autorizado ( )

Assinatura RAFAEL BELLINATTI DE ANGELI:27784249896 Data: 22/01/2025

Carimbo: _____.

Anexo 2. Carta de Consentimento Institucional – Câmara Municipal de Matão-SP

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP
CEP 14801-320 - Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Araraquara, 14 de janeiro de 2025.

Prezado Dr. **PAULO AUGUSTO BERNARDI**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Matão

Venho através desta solicitar a vossa senhoria autorização para a realização da coleta de dados da pesquisa intitulada "**Educação política para a juventude: Parlamento Jovem e os desafios do letramento político**" do Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara - UNIARA.

O trabalho tem como objetivo investigar a partir de um estudo comparado como os Programas Parlamento Jovem de Araraquara-SP e de Matão-SP atuam para o desenvolvimento do letramento e protagonismo político dos jovens munícipes, em particular, dos vereadores jovens.

Informo que o referido projeto será submetido à avaliação ética junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, e me comprometo a encaminhar a vossa senhoria uma cópia do parecer ético após a sua emissão.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com as Resoluções vigentes relacionadas com pesquisas com seres humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo.

Desde já, coloco-me à disposição para esclarecimentos de qualquer dúvida que possa surgir.

Antecipadamente agradeço à colaboração.

Margareth Ribeiro da Silva
Margareth Ribeiro da Silva
Pesquisadora responsável

PARA PREENCHIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Autorizado (X) Observe-se a regra da LGPD.
Não autorizado ( )

Assinatura _____ Data: 20/01/25

Carimbo: Paulo Augusto Bernardi - Presidente
CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO
AV. PADRE NELSON, 859 CENTRO
CEP 15990-350 - MATÃO - SP

Anexo 3. Carta de Anuência Institucional – Instituto Votorantim

Docusign Envelope ID: EDA2CCD9-1939-4BF9-B168-8D35326B31DE

Autorização do Instituto Votorantim

Carta de Anuência Institucional

O **INSTITUTO VOTORANTIM**, associação privada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.583.142/0001-42, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164 – 6º andar, CEP 04536-900, vem, pela presente e por seus representantes legais abaixo assinados, autorizar que a pesquisadora **MARGARETH RIBEIRO DA SILVA**, RG 9.066.026-2, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, desenvolva sua pesquisa de mestrado intitulada **PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA CULTURA DEMOCRÁTICA.** Estudo comparado entre programa desenvolvido em Matão – SP e Escola do Legislativo de Araraquara - SP, com a criação do Parlamento Jovem, tal como foi submetida à Plataforma Brasil, sob orientação das professoras Alessandra Santos Nascimento e Maria Lúcia Ribeiro.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios necessários para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

1. O cumprimento das determinações da Resolução CNS nº 466/2012;
2. A garantia de requerer e obter esclarecimentos antes, durante e após o desenvolvimento da pesquisa;
3. Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
4. Disponibilizar para conhecimento e ampla divulgação do e pela Escola do Legislativo de Araraquara e Programa Cidadania do Instituto Votorantim os resultados da pesquisa;
5. No caso de descumprimento dos itens acima a liberdade de retirar a anuência a qualquer momento sem penalização alguma.

O projeto proposto será realizado junto aos atores sociais (estudantes, egressos do programa, responsáveis pelo programa) pertencentes e/ou vinculados à Escola do Legislativo de Araraquara e Programa Cidadania de Matão e poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Araraquara (UNIARA).

São Paulo, 12 de setembro de 2024.

DocuSigned by: Cloves Otavio Nunes De Carvalho
E512122FABB3403...

Cloves Otavio Nunes de Carvalho
Diretor Presidente

Assinado por: Diogo Afonso Rodrigues Da Silva
A24CB23833A4465...

Diogo Afonso Rodrigues da Silva
Diretor

JURÍDICO VOTORANTIM Aprovado

Anexo 4. Criação da Escola do Legislativo em Araraquara-SP
Resolução nº 2/2021 - Legislação Digital

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 7.964
De 12 de junho de 2013
Autógrafo nº 112/13 – Projeto de Lei nº 106/13
Autoria: Mesa da Câmara Municipal de Araraquara

Dispõe sobre a instituição da Escola do Legislativo na Câmara Municipal de Araraquara e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 04 de junho de 2013, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituída a Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara com o objetivo de aproximar o legislativo da comunidade e trabalhar para o fortalecimento da democracia por meio de projetos de educação política e de mecanismos de participação popular.

Art. 2º A Escola do Legislativo será subordinada à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Araraquara e terá como atribuições oferecer suporte conceitual de natureza técnico-administrativa, planejar, dirigir, controlar, coordenar, orientar e executar ações educacionais.

DOS OBJETIVOS

Art. 3º A Escola do Legislativo poderá atuar junto aos vereadores, aos servidores públicos, à comunidade escolar e outros segmentos da sociedade.

Parágrafo Único. Poderá estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas para a realização de seus objetivos.

Art. 4º São objetivos específicos da Escola do Legislativo:

I - Desenvolver atividades pedagógicas voltadas ao desenvolvimento cultural e profissional;

II - Desenvolver programas de formação, aperfeiçoamento e especialização técnica de pessoal;

1

Anexo 5. Criação do Parlamento Jovem de Araraquara-SP

Araraquara-SP

RESOLUÇÃO MUNICIPAL Nº 416, DE 28 DE MAIO DE 2014

Autoria: Mesa da Câmara Municipal de Araraquara

Dá nova redação aos dispositivos do Capítulo II do Título VIII, arts. 358 a 365, da Resolução nº 399, de 14 de novembro de 2012, Regimento Interno da Câmara Municipal, que passam a tratar "Do Parlamento Jovem".

O Presidente da Câmara Municipal de Araraquara, Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 32, inciso II, alínea "g", da Resolução Municipal nº 399, de 14 de novembro de 2012 (Regimento Interno) e de acordo com o que aprovou o Plenário em sessão ordinária de 27 de maio de 2014, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Os dispositivos que compõe o Capítulo II do Título VIII, arts. 358 a 365 daResolução Municipal nº 399, de 12 de dezembro de 2012 – Regimento Interno da Câmara Municipal passam a tratar "Do Parlamento Jovem", passando a vigorar com a seguinte redação:

TITULO VIII

CAPÍTULO II

DO PARLAMENTO JOVEM

Art. 358. Fica criado no âmbito da Câmara Municipal de Araraquara, o "Parlamento Jovem", com a finalidade de possibilitar aos jovens a vivência do processo democrático e atinente ao exercício da cidadania, com caráter educativo, em apoio ao trabalho do Poder Legislativo.

§ 1º A Escola do Legislativo - EL será responsável pela realização do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Araraquara e, para tanto, poderá firmar convênios e/ou parcerias com empresas públicas e/ou privadas.

§ 2º Participarão do Parlamento Jovem os alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das Redes de Ensino Municipal, Estadual e Particular.

§ 3º A edição do Parlamento Jovem será anual.

Art. 359. A quantidade de projetos selecionados será de acordo com a quantidade de vereadores desta Casa de Leis, que serão os vereadores jovens.

Art. 360. Os vereadores jovens trabalharão em dupla na construção do projeto de lei, sendo um autor e o outro co-autor do projeto. Na sessão do Parlamento Jovem esses vereadores serão respectivamente titular e suplente.

Parágrafo único. Será realizada uma pré-vivência da sessão, em dias e horários acordados com a Mesa Diretora.

Art. 361. A realização da sessão do Parlamento Jovem obedecerá, exceto se incabível, as normas vigentes no Regimento Interno da Câmara Municipal de Araraquara que dizem respeito às sessões parlamentares comuns.

Parágrafo único. O Presidente desta Casa de Leis providenciará para que as dependências e serviços da Câmara sejam postos à disposição dos membros do Parlamento Jovem, no transcorrer de seus trabalhos.

Art. 362. As proposituras aprovadas pelos vereadores jovens serão enviadas às respectivas Comissões Permanentes desta Casa de Leis, que após análise, poderão encaminhá-las para a Pauta das discussões.

Art. 363. Todas as proposituras provenientes ou relacionadas ao Parlamento Jovem serão inscritas nos Anais da Câmara Municipal de Araraquara.

Art. 364. As normas de funcionamento para a perfeita aplicação do projeto do Parlamento Jovem serão baixadas por ato.

Art. 365. É obrigatória a presença de todos os vereadores na sessão do Parlamento Jovem.

Art. 2º As despesas oriundas da aplicação desta Resolução onerarão dotações próprias do orçamento vigente, do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Araraquara, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de 2014 (dois mil e quatorze).

João Farias

Presidente

Élide Maria Inforsato

Administradora Geral

Publicada na Câmara Municipal de Araraquara, na mesma data.

Anexo 6. Criação da Escola do Legislativo de Matão-SP

RESOLUÇÃO Nº 003/2021, DE 29 DE JUNHO DE 2021

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/2021

AUTORIA: Vereadora ANA MARIA MONDINI – MDB

Dispõe sobre as normas de criação, estruturação, funcionamento e coordenação da "Escola do Legislativo de Matão", no âmbito da Câmara Municipal de Matão e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Matão aprovou o Projeto de Resolução nº 003/2021, em Sessão Ordinária realizada no dia 28 de Junho do corrente ano, e eu, ANA MARIA FREIRE DA SILVA MONDINI, Presidente da Câmara Municipal de Matão, para os efeitos do inciso IV do Artigo 30 da Lei Orgânica do Município de Matão, promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA DO LEGISLATIVO DE MATÃO

CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Seção I Da Divisão da Estrutura Organizacional

Art. 1º A Escola do Legislativo de Matão, vinculada à Presidência e a Diretoria Legislativa da Câmara, tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Direção;

II - Coordenação;

III - Secretaria;

IV - Conselho Administrativo, Acadêmico e Pedagógico;

V - Pessoal de Apoio.

§ 1º Fica excluída a possibilidade de remuneração de qualquer um dos membros da estrutura organizacional.

§ 2º Todas as decisões, ações e programas da Escola do Legislativo serão tomadas pela deliberação da maioria dos membros do Conselho Administrativo, Acadêmico e Pedagógico.

§ 3º É permitida a recondução dos membros que compõem a Estrutura Organizacional da Escola do Legislativo, dentro de uma mesma Legislatura.

§ 4º Os membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Matão poderão, cumulativamente, exercer cargos na estrutura organizacional da Escola do Legislativo.

Anexo 7. Criação do Parlamento Jovem de Matão-SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO
ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE MATÃO
Av. Padre Nelson Antonio Romão, 859 - Centro - Matão - SP
Fone: (16) 3383 1033 - Fax: (16) 3383 1049
Site: www.camaramatao.sp.gov.br E-mail: camara@camaramatao.sp.gov.br

002

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/2021
AUTORIA: Vereadora ANA MARIA MONDINI – MDB

Dispõe sobre a criação, no âmbito da Câmara Municipal de Matão, "Parlamento Jovem" e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado no âmbito da Câmara Municipal de Matão, o "Parlamento Jovem", compreendendo atividades a eles pertinentes, conforme previsto nesta Resolução, de caráter informativo, relativas ao exercício da cidadania e elucidativas do Poder Legislativo, a ser realizado semestralmente.

Art. 2º Consistirá o Parlamento Jovem na simulação de sessões legislativas, nas quais, através de vivência dos trabalhos, os jovens representarão o papel de vereadores, apresentando e discutindo proposituras de caráter exclusivamente educativas, nas suas várias modalidades de acordo com o Regimento Interno e Lei Orgânica do município, contendo problemas reais da comunidade.

I- Todas as proposituras desenvolvidas pelos integrantes do Parlamento Jovem, deverão ser encaminhadas a secretaria da Casa, para que sejam lidas no expediente ordinário da Câmara, com intuito de sugestão legislativa.

II- As proposituras que por ventura vier ser objeto oficial, deverá constar como autoria a Câmara Municipal de Matão, bem como o nome do jovem parlamentar.

Art. 3º Constituem objetivos específicos do Parlamento Jovem:

I - Conhecimento do processo legislativo;

II - Proporcionar a circulação de informações nas escolas, comunidades e organizações as quais representam, sobre projetos, leis e atividades gerais da Câmara de Vereadores de Matão;

III - Possibilitar aos jovens o acesso e conhecimento dos Vereadores da Câmara Municipal e as propostas apresentadas no Legislativo em prol da comunidade;

IV - Favorecer atividades de discussão e reflexão sobre os problemas da cidade de Matão que mais afetam à população;

V - Proporcionar situações em que os jovens, representando as figuras dos Vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões da cidade ou determinados grupos sociais;

VI - Despertar o espírito de liderança.

Art. 4º Serão realizados se necessário convênio ou trabalho conjunto com a Delegacia Regional de Ensino de Araraquara, Secretaria Municipal de Educação de Matão, com as

Anexo 8. Registros do Parlamento Jovem de Araraquara-SP

Fonte: https://www.camara-arq.sp.gov.br/escola do legislativo

Fonte: cmararaquara.sp.gov.br/Escola/Visualizar/34848

Fonte: cmararaquara.sp.gov.br/Escola/Visualizar/69155

Fonte: cmararaquara.sp.gov.br/Escola/Visualizar/34848

Jornal Acontece – Parlamento Jovem 2025

Disponível em: www.youtube.com/watch?v=afUmtZ-0EmQ&list=PLn6QKo13lg84T_jlJusN861LPDUcUPM_G&index=1. Acesso em 22 12 2025

Anexo 9. Registros (mídias) do Parlamento Jovem de Matão-SP.

Juventudes participantes do "Qual Sua Responsa" conquistam aprovação de Projeto de Lei que institui Parlamento Jovem em Matão

Posse da 1ª Turma 2021

Festival da Democracia 2021

Tour com o Prefeito 2022

VÍDEO INSTITUCIONAL DO PARLAMENTO JOVEM EM MATÃO - SP

Disponivel em: www.youtube.com/watch?v=1UkPuYAkHis

8 A Cidade CIDADE SEXTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2021

> CIDADANIA

'Parlamento Jovem' tem criação aprovada pela Câmara Municipal

Vereadores também foram unânimes quanto à implantação da 'Escola do Legislativo de Matão'

Legislativo já teve Câmara Mirim

> ENSINO SUPERIOR

Faculdades matonenses adiam o retorno às aulas presenciais

Apenas o Immes possui calendário pré-estabelecido

> LEGISLATIVO

Parlamento Jovem foi diplomado

Outorgas aos 11 jovens vereadores foram feitas em Sessão Solene na Câmara Municipal

Os integrantes do Parlamento Jovem

DEPOIMENTOS

O PARLAMENTO JOVEM

Legislativo já teve Câmara Mirim

> CIDADANIA

Ainda é possível se inscrever para o Parlamento Jovem

Prazo para tentar vaga na segunda edição se encerra na segunda-feira (2)

A Primeira Turma do Parlamento Jovem. Projeto é coordenado pelo Instituto Terroá e pela Câmara Municipal, com apoio da Cresucco e do Instituto Venporanim

A inscrição para a segunda edição do Parlamento Jovem de Marília poderá ser feita até a próxima segunda-feira (2). Podem participar jovens de 14 anos de idade, que estudam em escolas públicas e privadas, coletivos, grupos sociais, círculos populares. [illegible] formulário online disponível no site da Câmara Municipal no início de [illegible].

É importante salientar que a inscrição precisa ser realizada por seus pais, responsáveis pela organização, por coletivos, grupos sociais, coordenadores de projetos sociais. Ao confirmar a inscrição de seu organizador, o jovem responsável será contactado pelo educador do IT, Marília Poletti, para que seja marcada uma Oficina de Facilitação para a escolha dos representantes.

São disponibilizadas de 11 a 15 cadeiras, ou seja, cada organização poderá ser representada por conjuntos, segundo norma do projeto, podendo participar quem tem entre 15 e 25 anos de idade. "O PJ é coordenado pelo Instituto Terroá e pela Câmara Municipal, com apoio da Cresucco e do Instituto Venporanim", diz Marília, representação do Instituto Terroá em Marília.

"O PJ foi um sucesso em 2021, pois, com a metodologia que chamamos 'de jovem para jovem', adaptamos a linguagem para que fosse possível haver [illegible] participantes, como, por exemplo, elaboração de Projeto de Lei e ocupação do Tilo Poderoso. Nossa expectativa para 2022 é grande. Temos certeza de que os jovens da Segunda Turma farão bonito", assegura Marília.

A coordenadora do Instituto Terroá, Cláudia Santos, diz que "o PJ estimula a juventude a refletir sobre os desafios de sua cidade e a pensar em como transformar conscientização, [illegible] e possibilidade de criar ideias para futuros Projetos de Lei. A participação é o caminho na construção de uma sociedade melhor, mais do que isso, mostra que a política, quando bem exercida, é um ato cidadão cultivar e que qualquer um pode".

"O PJ faz parte integrante do município de Marília, a partir do Decreto da Democracia, sediado pelo Programa Cidadania em 2018, e é importante para a Cidade no sentido da cultura democrática, sendo de determinados jovens [illegible] no início do ano", diz Margareth Ribeiro da Silva (Margô), especialista em Responsabilidade Social na Cresucco. "Será possível conhecer a capacidade do PJ em 2021, mostrando as vidas que estará disponível, no início, no site oficial da Câmara Municipal", informa Margô.

(KH)

Livro reúne poesia e identidade

Obra, que concentra autores jovens de projetos desenvolvidos pelo Instituto Terroá, será lançada na próxima quarta-feira (4)

A capa do livro. Obra tem grande importância para o acervo da cultura democrática, e a ideia de relacionar sentimento com a comunidade a partir de vivências de jovens

Na próxima quarta-feira (4), a partir das 19 horas, na Casa de Cultura "Prefeito Armando Bandeira", acontecerá o Lançamento do Livro "Entre versos e identidade", que traz poesias autorais de jovens que participaram dos projetos coordenados e realizados pelo Instituto Terroá em Marília: "Qual sua Resposta?" e "Parlamento Jovem". Ambos os projetos fazem parte do Programa Cidadania, que é apoiado pelo Cresucco e pelo Instituto Venporanim desde 2018.

"No Cidadania, temos o princípio de 'trazer a vida, vivendo legítimo', ou seja, oferecer ao jovem os legados que levarão para o futuro. Carto parte do Cidadania, o Programa Cidadania jovem participar, vivendo [illegible] e novos propósitos. Esse livro tem grande importância para o mundo da cultura democrática na sociedade, pois a obra de [illegible] e contribui no conjunto de [illegible]", diz Margareth Ribeiro da Silva (Margô), especialista em Responsabilidade Social do Cresucco.

Além do lançamento do livro — que conta com poesias de jovens de Marília, de Inúmeros da Serra (SP), São Félix (BA) e de Piauí — promoverá a declamação das poesias escritas pelos jovens dos projetos mencionados. Com entrada gratuita e apoio da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de Matão, o evento será aberto a todo conjunto de [illegible].

"O livro mostra a cultura e [illegible] a partir das reflexões dos jovens sobre Cidadania Participação Responsável e positiva reflexão sobre o que eles pensam e desejam. O Livro também faz parte de encontro [illegible] de quem não [illegible] sua [illegible]", comenta a coordenadora do Instituto Terroá, Cláudia Santos.

"É de suma importância [illegible] um evento como esse, que traz poesias autorais de jovens dos municípios onde o Instituto Terroá atua [illegible] anos", reforça coordenadora do Terroá e jovem [illegible] Marília Poletti. "Matão possui grande potencial cultural. Contribuir cada comunidade para [illegible] quarta-feira (4)", completa.

(KH)

Lançado o livro 'Entre versos e identidade'
Obra reúne poesias de autores jovens de PPJ
Fonte: www.acomarcanet.com.br/materia.php?id_materia=7936

> CIDADANIA

Câmara lança 3ª edição do Parlamento Jovem

Projeto incentiva a participação ativa da juventude no Legislativo matonense

A cerimônia de abertura, no último dia 28. A 3ª edição do projeto terá novidades, como a criação de partidos fictícios, a eleição da Mesa Diretora e a participação dos suplentes

A 3ª edição do Parlamento Jovem de Matão foi oficialmente lançada no último dia 28. A cerimônia de abertura contou com a presença do prefeito Cido Ferrari; do presidente da Câmara Municipal, vereador China Calabres; da especialista em Responsabilidade Social, Margareth Ribeiro da Silva, além dos vereadores Ana Mondini, Luiz Fernandes, Davison Sensei e Policial Carmo. Os presentes destacaram a importância da participação ativa dos jovens na política e deram as boas-vindas aos alunos.

"Primeiramente, parabenizo pela mobilização dos jovens de Matão para que o Parlamento Jovem acontecesse neste ano. Nesta edição teremos novidades, como a criação de partidos fictícios, a eleição da Mesa Diretora e a participação dos suplentes. Tudo com o objetivo de proporcionar a real experiência da rotina do Legislativo e dos vereadores. Ouvir a juventude é primordial para o desenvolvimento do município. A Câmara de Matão está à disposição para que essa experiência seja marcante para todos", disse China Calabres.

"Queridos vereadores do Parlamento Jovem, vocês são fundamentais para a nossa sociedade; desejo a vocês um grande mandato", declarou a vereadora Ana Mondini, autora da propositura que instaurou o Parlamento Jovem em Matão. Em nome dos jovens parlamentares, os alunos Giovana Cristina Rodrigues (da Etec 'Silvio de Mattos Carvalho') e Gabriel Henrique da Silva Rocha (do Projeto Pescar) se mostraram bastante otimistas com o projeto. "Agradeço as autoridades por ouvirem nossa voz. Que em parceria com todos vocês, possamos sempre melhorar a convivência em Matão", afirmou Giovana.

Além de entender como funciona o Parlamento Jovem, os debates e as viagens programadas, os 24 alunos indicados pelas escolas e instituições do município tiveram a oportunidade de se apresentarem e conhecerem os diretores da Câmara Municipal, além dos representantes da Comissão do Parlamento Jovem 2023, que os acompanharão durante o desenvolvimento das oficinas e dinâmicas. Os encontros do Parlamento Jovem de 2023 serão realizados às sextas-feiras, a partir das 13 horas, nas dependências da Câmara.

Após o ciclo de aulas, previsto para ocorrer até dezembro, os participantes – divididos em partidos de sua escolha – irão elaborar Projetos de Lei que serão encaminhados à Diretoria da Câmara. Os autores das proposituras selecionadas terão a oportunidade de vivenciar uma Sessão Parlamentar, cumprindo os papéis de jovens vereadores e defendendo os projetos apresentados. Outra novidade nesta edição é que cada um dos vereadores apadrinhará um jovem parlamentar.

(a.i.c.)

> LEGISLATIVO

Parlamento Jovem: terceira turma encerra atividades

Propostas apresentadas destacaram compromisso com o desenvolvimento sustentável e a cidadania

Cidadania. Na sessão de encerramento, jovens parlamentares apresentaram projetos e sugestões de políticas públicas para Matão

A terceira turma do Parlamento Jovem de Matão encerrou suas atividades em uma sessão solene realizada na tarde da quinta-feira (14), no plenário do Legislativo local. Presidido por China Calabres, o evento contou com a presença do prefeito Cido Ferrari, das gestoras do Parlamento Jovem 2023, Manuela Geraldo Gimenez e Karen Colucio Mendes, além da vereadora Ana Mondini (autora do Projeto de Lei que instituiu o Parlamento Jovem em Matão) e dos vereadores Cido Motos, Davison Sensei, Robinho Ramos, Everaldo de Carvalho, Haroldo Gago e Policial Carmo (padrinhos do projeto).

Durante o desenvolvimento do projeto, os jovens vereadores participaram de debates e oficinas ministradas de julho a dezembro, que enriqueceram suas vivências políticas e democráticas. Na sessão de encerramento, eles apresentaram projetos e sugestões de políticas públicas para Matão, abordando temas como acessibilidade, educação, saúde mental, políticas voltadas para as mulheres, sustentabilidade, tecnologia e esporte.

O prefeito Cido Ferrari parabenizou os jovens pela participação e engajamento, comprometendo-se a dar continuidade às sugestões apresentadas. A vereadora Ana Mondini destacou a honra de ter sido a autora desse projeto, ressaltando a oportunidade que ele proporciona aos jovens de conhecerem o funcionamento do Legislativo. Ela elogiou Matão por ter o privilégio de contar com iniciativas como essa.

O presidente da Câmara, China Calabres, agradeceu o empenho dos servidores na realização do Parlamento Jovem 2023 e parabenizou os jovens parlamentares pelas propostas inovadoras apresentadas. Ao término da sessão, cada jovem recebeu um certificado reconhecendo sua participação na terceira turma do Parlamento Jovem de Matão.

O projeto Parlamento Jovem de Matão foi iniciado em 2021, visando ser um espaço de participação da juventude no Poder Legislativo local, proporcionando experiências relacionadas à democracia e cidadania. Em 2023, o Parlamento Jovem de Matão recebeu uma premiação da Organização das Nações Unidas (ONU) na categoria Conexão, em reconhecimento às suas ações alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

(a.i.c.)

Representantes da terceira turma

Escola 'Adelino Bordignon'
Eduardo Mechelani Ferreira e Carlos Daniel Nezeto da Silva
Apae-Matão
João Paulo Mariani Brotti
Caic-Matão
Rayssa Vitoria Silva Souza e Rafael Henrique Silva Barbosa
Caju
Sophia Emanuelly de Oliveira Pires Amoroso e Vitor Hugo da Silva
Etec
Giovana Cristina Rodrigues e Lillian Gabriely da Mota Ferreira
Escola 'Helena Borseti'
Mariany Victoria Jolli e Maisa da Silva Arrolo
Escola Jardim Buscardi
Leônidas Lunardi
Grupo Escoteiro de Matão
Ana Clara Ignácio Costa
Escola 'Antonio Carlos Manzini'
Ágata Paola Moreira
Grupo Pró Estudar
Hugo Angelo Moreira e Ana Júlia Candido
Projeto Pescar
Tainara Cristina Belini e Gabriel Henrique da Silva Rocha
Comissão Organizadora
Evelyn Victoria Doalto, Gabrieli Limam, Pedro Henrique Zanini e Sofia Rossini

Gestores desta edição

Manuela Gimenez (gestora das oficinas), Karen Mendes (gestora das oficinas), Lucas Henrique da Silva Marcelino (diretor de Comunicação e Cerimonial), Lucas Nunes (diretor administrativo), Elias Caetano (gestor da Escola do Legislativo), Daniele Marcelino (diretora de Finanças e Orçamentos), Milton Gouvêa (chefe de Gabinete) e Marcos Willian de Araujo da Silva (procurador jurídico).

> CIDADANIA

3ª Turma do Parlamento Jovem faz tour pela cidade com o prefeito

Jovens puderam conhecer importantes obras em andamento e fazer questionamentos

A 3ª Turma do Parlamento Jovem de Matão, projeto voltado para a formação política e cidadã de estudantes do município, vivenciou uma experiência enriquecedora durante um tour pela cidade, realizado em conjunto com o prefeito Cido Ferrari e secretários municipais.

A atividade, realizada na manhã da terça-feira (19), teve início na Prefeitura de Matão, onde os jovens parlamentares foram recebidos pelo prefeito e equipe de secretários, além dos vereadores Davison Sensei e Luiz Fernandes. Após a recepção, os jovens parlamentares tiveram a oportunidade de tomar café e interagir com toda a equipe de gestores públicos.

Em seguida, o grupo partiu para um tour de ônibus pela cidade. A primeira parada foi no prédio da antiga Estação Ferroviária, que está passando por ampla reforma estrutural. "A etapa inicial da obra contempla a restauração dos prédios e a ocupação desse espaço, que será transformado em um Centro Cultural do município", afirmou Cido Ferrari.

Primeira parada. Integrantes do tour visitaram o prédio da antiga Estação Ferroviária, que está passando por ampla reforma estrutural

A segunda parada ocorreu na obra de construção do Centro de Educação Complementar (CEC), na região central, onde o debate se desenvolveu em torno das áreas de educação, cultura, lazer e inclusão social. Os jovens ainda tiveram oportunidade de conhecer as quadras de areia do Conjunto Poliesportivo 'Laert José Tarallo Mendes', recém reformadas.

A última parada aconteceu no Centro de Convivência do Idoso e na obra da Casa dos Conselhos, proporcionando uma longa discussão sobre assistência social no município. Durante todo o percurso, os jovens parlamentares se envolveram ativamente nos debates, fazendo questionamentos pertinentes ao prefeito, secretários e vereadores, que prontamente responderam às perguntas.

assessoria de imprensa da câmara

> LEGISLATIVO

Parlamento Jovem visita a Alesp

Integrantes conheceram toda estrutura que serve à atuação dos deputados estaduais

Na terça-feira (25), os integrantes da 4ª Turma do Parlamento Jovem (PJ) de Matão participaram, na capital paulista, do Programa de Visitação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Na oportunidade, os jovens parlamentares conheceram a história e as instalações da maior Assembleia Legislativa da América Latina, além da visita monitorada nos auditórios, biblioteca e gabinetes com bate-papo junto a deputados e deputadas estaduais.

O objetivo do Programa de Visitação da Alesp é divulgar aos visitantes as atribuições constitucionais dos parlamentares estaduais, o processo de elaboração dos projetos de leis e aspectos da história da Assembleia, além de aproximar o público do trabalho realizado na Casa Legislativa, incentivando a participação cidadã da população.

Durante a visitação, os jovens parlamentares dialogaram com as deputadas Bruna Furlan, Fabiana Barroso, Thainara Faria e Leci Brandão, além do deputado Reis. A visita foi monitorada por servidores da Câmara Municipal, além do presidente do Legislativo matonense, vereador China Calabres, que tinha alguns compromissos agendados na capital paulista e decidiu acompanhar toda a agenda do Parlamento Jovem pela Alesp.

China Calabres ressaltou a importância de os jovens parlamentares terem esse contato com o Legislativo. "Fiquei bastante feliz em ver o interesse da juventude em saber sobre as questões políticas do nosso país. Durante os encontros do PJ, eles têm um contato com a realidade municipal, mas com o avanço da tecnologia, percebi que também estão por dentro das pautas estaduais e nacionais. Isso é muito importante, pois tenho certeza de que, no futuro, eles estarão dentro da política", enfatizou o presidente da Câmara.

assessoria de imprensa da câmara

Em São Paulo. Integrantes do Parlamento Jovem tiveram a companhia do vereador China Calabres na vista à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp)

Turma PJ de 2024

> CIDADANIA

Parlamento Jovem visitou a Alesp

Turma de 2025 e comitiva realizaram a atividade no último dia 18, em São Paulo

Na Assembleia Legislativa do Estado. Visita integrou o cronograma formativo da atual edição do Parlamento Jovem de Matão

No último dia 18, a Turma de 2025 do Parlamento Jovem de Matão realizou visita à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). A atividade organizada pelo coordenador da Escola do Legislativo da Câmara Municipal, Elias Caetano Pereira Junior, integra o cronograma formativo da atual edição do programa, proporcionando aos jovens parlamentares uma imersão no funcionamento do Poder Legislativo Estadual.

Além de Elias, a comitiva da Câmara Municipal foi composta por Andreia Regina Órcia (assessora parlamentar do vereador Paulo Augusto Bernardi, presidente do Legislativo), Vinicius Ferreira de Morais (diretor Legislativo), Paulo Henrique de Lima Júnior (diretor Contábil e Financeiro) e Paola Rocha (diretora de Comunicação).

Reforçando a integração institucional entre o Executivo e o Legislativo, a Prefeitura foi representada pelo diretor municipal de Programas Sociais, Murillo Trevisanello Pinotti. A comitiva também contou com Margareth Ribeiro da Silva (Margô, consultora em Transformação e Impacto Social da Citrosuco), parceira do Parlamento Jovem, que é pesquisadora do mestrado da Uniara, estudando os Parlamentos Jovens de Matão e Araraquara e os desafios do letramento político; bem como com Lucas Marcelino, assessor da deputada estadual Thaynara Faria e colaborador do programa.

A deputada Thaynara recebeu os jovens parlamentares e os integrantes da comitiva, estando com eles no Instituto do Legislativo Paulista (ILP, sediado na Alesp). O grupo também teve contato com o deputado estadual Eduardo Matarazzo Suplicy, que anunciou a visita durante a Sessão Ordinária da Alesp, naquela ocasião.

Elias destaca que "atividades como esta têm profunda relevância para a formação cidadã dos jovens parlamentares, pois permitem que eles conheçam de perto o funcionamento de instituições democráticas, compreendam seu papel social e se sintam parte ativa do processo político".

Margô considera que "a visita permitiu ampliar o conhecimento dos jovens sobre o processo legislativo, fortalecer parcerias e reafirmar o compromisso do Parlamento Jovem em promover formação cidadã e participação política. A visita à Alesp faz parte do letramento político que, enquanto processo de apropriação do conhecimento, tem como propósito o fortalecimento da democracia. O Parlamento Jovem é uma expressão das iniciativas de educação política para as juventudes em Matão".

Paulo Bernardi afirma que "o Parlamento Jovem é um dos programas mais valiosos que apoiamos, porque oferece aos estudantes a oportunidade real de vivenciar a política de forma construtiva e responsável. A Escola do Legislativo tem papel fundamental na organização e execução de atividades como esta, garantindo qualidade pedagógica, responsabilidade institucional e comprometimento para que tudo aconteça da melhor forma. O trabalho realizado pela atual coordenação tem elevado o nível do projeto, ampliando oportunidades e fortalecendo a participação dos jovens. Investir na formação deles é investir no futuro da nossa cidade".

(R.B.)

Turma PJ de 2025

APÊNDICES

Apêndice 1. Questionário dos jovens

Link:https://docs.google.com/forms/d/1nUiG6LLAC5k7Y5IDRuppdBf2Bzi2143C_Yzz3dV5X5g/edit

QUESTIONÁRIO 1 – JOVENS PARTICIPANTES DO PARLAMENTO JOVEM

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa de mestrado intitulado **"Educação política para a juventude: Parlamento Jovem e os desafios do letramento político"** de responsabilidade da pesquisadora Margareth Ribeiro da Silva, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

Consentimento de Participação na Pesquisa

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu posso deixar questões sem respostas e também sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de prejuízo. Fui informado(a) também que ao enviar o formulário preenchido, receberei uma cópia automática do TCLE e do questionário no meu e-mail.

Marcar apenas uma alternativa.

○ Estou ciente e aceito participar da presente pesquisa
○ Não aceito participar da presente pesquisa.

*Respostas obrigatórias

1. Com qual gênero você se identifica: *

( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Outro: _____
( ) Não desejo declarar.

2. Como você se classifica segundo a categoria Raça/Cor do IBGE: *

( ) Amarela
( ) Branca
( ) Indígena
( ) Parda
( ) Preta
( ) Não desejo declarar

3. Maior grau de instrução: *

( ) 9º Ano do Ensino Fundamental
( ) 1ª série do Ensino Médio
( ) 2ª série do Ensino Médio
( ) 3ª série do Ensino Médio
( ) Não desejo declarar

4. Qual a sua idade *

( ) 14 anos
( ) 15 anos
( ) 16 anos
( ) 17 anos
( ) 18 anos
( ) acima de 18 anos

( ) Não desejo declarar

5. Como você enquadra sua Renda Familiar considerando Salário Mínimo Nacional vigente a partir de 01.01.2025 = R$1.518,00 *

( ) Menos que 1 Salário Mínimo (Menos de R$1.518,00)
( ) Entre 1 e 2 Salários Mínimos (R$1.518,01 a R$3.036,00)
( ) Entre 2 e 3 Salários Mínimos (R$3.036,01 a R$4.554,00)
( ) Entre 3 e 5 Salários Mínimos (R$4.554,01 a R$7.590,00)
( ) Acima de 5 Salários Mínimos (acima de R$7.590,01)
( ) Não desejo declarar

SOBRE O PARLAMENTO JOVEM

6. Assinale o município onde participou do Parlamento Jovem: *

( ) Araraquara
( ) Matão
( ) Não desejo declarar

7. Em qual ano você participou do Parlamento Jovem? *

( ) 2021
( ) 2022
( ) 2023
( ) 2024
( ) Não desejo declarar

8. Qual Escola ou Organização você representou? Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

_____

9. Como você avalia os conteúdos da trilha de letramento ou da formação política do Parlamento Jovem? *

( ) Satisfeito
( ) Insatisfeito
( ) Não sei avaliar
( ) Não desejo declarar

10. Após sua participação na trilha de letramento ou na formação política, assim como depois de sua visita à Câmara Municipal e outros órgãos públicos, quanto você considera aplicável no seu dia a dia o que você aprendeu? *

( ) Muito aplicável
( ) Aplicável
( ) Pouco aplicável
( ) Nada aplicável
( ) Não sei avaliar
( ) Não desejo declarar

11. Na sua percepção, a formação política e a experiência como participante do Parlamento Jovem forneceram informações significativas para sua atuação no fortalecimento da democracia na sua escola/organização e/ou no município? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Parcialmente
( ) Não sei avaliar
( ) Não desejo declarar

12. Você conseguiu replicar para outros(as) estudantes da sua escola o que aprendeu durante a formação política? *

( ) Sim

( ) Não
( ) Parcialmente
( ) Não desejo declarar

13. Se você conseguiu replicar para outros(as) estudantes da sua escola o que aprendeu durante a formação política, você contou com o apoio da direção/coordenação da sua escola? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Parcialmente
( ) Não desejo declarar

14. Qual dos instrumentos do(a) vereador(a): (Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de Lei) você apresentou no Parlamento Jovem da Câmara? *

( ) Indicação
( ) Requerimento
( ) Projeto de Lei
( ) Não desejo declarar

15. A Câmara Municipal colocou em prática a Indicação, Requerimento ou Projeto de Lei que você apresentou durante o Parlamento Jovem? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Parcialmente
( ) Não sei dizer
( ) Não desejo declarar

16. Dos temas abaixo quais fizeram mais sentido para sua formação? (pode assinalar mais que 1 alternativa): *

( ) Papéis e responsabilidades dos 3 Poderes
( ) Sistema eleitoral brasileiro e eleições
( ) Participação dos jovens na política do município
( ) Cidadania e Cultura democrática
( ) Fortalecimento da participação cidadã
( ) Elaboração de Propostas de Indicação, Requerimento e Projeto de Lei
( ) Direitos e Deveres das Juventudes
( ) Não desejo declarar

17. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa nada e 5 representa muito, quanto o Parlamento Jovem colaborou para preparar você para participar dos diálogos que envolvem questões que precisam ser decididas em grupo? *

( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5
( ) Não sei avaliar
( ) Não desejo declarar

18. De que forma você exercita o aprendizado adquirido durante a trilha de letramento ou formação política do Parlamento Jovem? *

( ) Faço parte do Grêmio da escola
( ) Participo de forma presencial de Grupos que lutam por causas específicas: esporte, pet, meio ambiente etc.
( ) Assisto as sessões da Câmara e acompanho as propostas dos vereadores
( ) Participo de Grupos na rede social, de enquetes online sobre questões políticas e de abaixo assinado online

( ) Participo do Conselho das Juventudes
( ) Não participo de nada
( ) Não desejo declarar

19. Comente o que você achou da experiência do Parlamento Jovem. Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

_____

20. Comente brevemente o que você pensa sobre a Política. Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

_____

21. Na sua visão, como o Parlamento Jovem poderia ser melhorado? Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

_____

_____

_____

Apêndice 2. Questionário dos Implementadores

Link:
https://docs.google.com/forms/d/1F9tdGzSGhlcQ7imCQvZ5L7KsHaXpAVy3RUe_jdIayec/edit

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa de mestrado intitulado **"Educação política para a juventude: Parlamento Jovem e os desafios do letramento político"** de responsabilidade da pesquisadora Margareth Ribeiro da Silva, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

Consentimento de Participação na Pesquisa

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu posso deixar questões sem respostas e também sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de prejuízo. Fui informado(a) também que ao enviar o formulário preenchido, receberei uma cópia automática do TCLE e do questionário no meu e-mail.

Marcar apenas uma alternativa.

○ Estou ciente e aceito participar da presente pesquisa

○ Não aceito participar da presente pesquisa.

*Respostas obrigatórias

1. Com qual gênero você se identifica *

( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Outro _____
( ) Não desejo declarar

2. Como você se classifica segundo a categoria Raça/Cor do IBGE *

( ) Amarela
( ) Branca
( ) Indígena
( ) Parda
( ) Preta
( ) Não desejo declarar

3. Maior grau de instrução *

( ) Ensino Médio Completo
( ) Graduação incompleta
( ) Graduação completa
( ) Especialização
( ) Mestrado
( ) Doutorado
( ) Não desejo declarar

4. Qual a sua idade *

( ) 20 anos
( ) 21 a 30 anos
( ) 31 a 40 anos

( ) 41 a 50 anos
( ) 51 a 60 anos
( ) acima de 60 anos
( ) Não desejo declarar

SOBRE O PARLAMENTO JOVEM

5. Assinale o município onde participou do Parlamento Jovem: *

( ) Araraquara
( ) Matão
( ) Não desejo declarar

6. Em qual ano você esteve à frente da trilha de letramento ou da formação política desenvolvida junto ao Parlamento Jovem? (pode assinalar mais de uma alternativa) *

( ) 2021
( ) 2022
( ) 2023
( ) 2024
( ) Não desejo declarar

7. Você fez parte da equipe de formadores da trilha de letramento ou da formação política desenvolvida junto ao Parlamento Jovem, vinculada a qual organização? *

( ) Escola do Legislativo
( ) Labpol da UNESP
( ) Organização do terceiro setor contratada para essa finalidade
( ) Voluntária
( ) Não desejo declarar

8. Você, enquanto formador da trilha de letramento ou da formação política desenvolvida junto ao Parlamento Jovem, teve autonomia para decidir os conteúdos dos temas abordados? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Parcialmente
( ) Não desejo declarar

9. Dos temas abaixo, na sua avaliação, quais despertaram maior interesse nos jovens durante a trilha de letramento ou formação política? (pode assinalar mais de uma alternativa) *

( ) Papéis e responsabilidades dos 3 Poderes
( ) Sistema eleitoral brasileiro e eleições
( ) Participação dos jovens na política do município
( ) Cidadania e Cultura democrática
( ) Fortalecimento da participação cidadã
( ) Elaboração de Propostas de Indicação, Requerimento e Projeto de Lei
( ) Direitos e Deveres das Juventudes
( ) Comunicação não violenta
( ) Visita à Câmara e outras instituições do município
( ) Visita à ALESP
( ) Não desejo declarar

10. Em uma escala de 1 a 5, onde: 1 totalmente insatisfeito, 2 insatisfeito, 3 neutro, 4 satisfeito, 5 totalmente satisfeito, como você avalia os conteúdos da trilha de letramento ou da formação política desenvolvida junto ao Parlamento Jovem? *

( ) 1
( ) 2

( ) 3
( ) 4
( ) 5
( ) Não sei avaliar

11. Você, na condição de formador da trilha de letramento ou formação política do Parlamento Jovem, contou com o engajamento dos vereadores oficiais durante a jornada de formação do PJ ou apenas na sessão final do Parlamento Jovem? *

( ) Durante toda a jornada de formação, construção das propostas, e também, na realização da sessão do Parlamento Jovem
( ) Durante as etapas de construção das propostas e realização da sessão do Parlamento Jovem
( ) Somente na etapa de realização da sessão do Parlamento Jovem
( ) Não desejo declarar

12. Você foi responsável por auxiliar algum participante do Parlamento Jovem na elaboração de Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de Lei? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Não desejo declarar

13.Você tem conhecimento se a Câmara Municipal coloca em prática alguma das Indicações, Requerimentos ou Projetos de Lei apresentados pelos participantes do Parlamento Jovem? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei dizer
( ) Não desejo declarar

Se a resposta da questão 13 foi sim, responda à questão seguinte, assinalando o ano e indicando quantidade de Indicação, Requerimento e Projeto de Lei apresentados e colocados em prática.

14. Ano e quantidade de propostas colocadas em prática pela Câmara *

( ) 2021
( ) 2022
( ) 2023
( ) 2024
( ) Não sei dizer
( ) Não desejo declarar

14. 1. Quantidade de propostas colocadas em prática pela Câmara, referentes a indicações de 2021 a 2024. Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

_____

15. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa nada e 5 representa muito, na sua percepção quanto o Parlamento Jovem colabora para promover o protagonismo juvenil? *

( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5
( ) Não sei avaliar
( ) Não desejo declarar

16. Como você avalia a importância do Parlamento Jovem no que se refere a representatividade e participação dos jovens? Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

17. Existe o compromisso de acompanhamento aos egressos do Parlamento Jovem do seu município? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei dizer
( ) Não desejo declarar

18. De que forma você percebe que os jovens exercitam o aprendizado adquirido durante a trilha de letramento ou formação política do Parlamento Jovem? **(pode assinalar mais de uma alternativa). ***

( ) Fazendo parte do Grêmio da escola
( ) Participando de forma presencial de Grupos que lutam por causas específicas: esporte, pet, meio ambiente etc.
( ) Assistindo as sessões da Câmara e acompanho as propostas dos vereadores
( ) Participando de Grupos na rede social, de enquetes online sobre questões políticas e de abaixo assinado online
( ) Participando do Conselho das Juventudes
( ) Não acompanho os egressos
( ) Não desejo declarar

19. Você teria propostas de melhoria para o Parlamento Jovem? Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

Apêndice 3. Questionário dos Representantes Políticos

Link: https://docs.google.com/forms/d/1UYEH6mRqz00-BvwPoxTvGl89eB0uuaMj9IoS0du2R_k/edit

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa de mestrado intitulado **"Educação política para a juventude: Parlamento Jovem e os desafios do letramento político"** de responsabilidade da pesquisadora Margareth Ribeiro da Silva, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA.

Consentimento de Participação na Pesquisa

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu posso deixar questões sem respostas e também sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de prejuízo. Fui informado(a) também que ao enviar o formulário preenchido, receberei uma cópia automática do TCLE e do questionário no meu e-mail.

Marcar apenas uma alternativa.

○ Estou ciente e aceito participar da presente pesquisa

○ Não aceito participar da presente pesquisa

*Respostas obrigatórias

1. Com qual gênero você se identifica: *

( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Outro: _____
( ) Não desejo declarar.

2. Como você se classifica segundo a categoria Raça/Cor do IBGE: *

( ) Amarela
( ) Branca
( ) Indígena
( ) Parda
( ) Preta
( ) Não desejo declarar

3. Maior grau de instrução: *

( ) 9º Ano do Ensino Fundamental
( ) Ensino médio incompleto
( ) Ensino Médio Completo
( ) Graduação incompleta
( ) Graduação completa
( ) Pós Graduação
( ) Mestrado ou doutorado
( ) Não desejo declarar

4. Qual a sua idade *

( ) 20 anos
( ) 21 a 30 anos
( ) 31 a 40 anos

( ) 41 a 50 anos
( ) 51 a 60 anos
( ) acima de 60 anos
( ) Não desejo declarar

SOBRE O PARLAMENTO JOVEM

5. Assinale o município onde participou do Parlamento Jovem: *
( ) Araraquara
( ) Matão
( ) Não desejo declarar

6. Em qual ano você acompanhou o Parlamento Jovem? *
( ) 2021
( ) 2022
( ) 2023
( ) 2024
( ) 2025
( ) Não desejo declarar

7. Escreva qual é o partido político ao qual você se encontra filiado(a). Caso não queira responder, por favor, escreva "não desejo declarar". *

_____

8. Você conhece a história do Parlamento Jovem no seu município, inclusive, as regras para que os jovens possam participar dele? *
( ) Sim
( ) Não
( ) Conheço parcialmente
( ) Não desejo declarar

9. Você conhece os conteúdos que são desenvolvidos na trilha de letramento ou na formação política desenvolvida junto ao Parlamento Jovem? *
( ) Sim
( ) Não
( ) Conheço parcialmente
( ) Não desejo declarar

Se sua resposta à questão 9 foi Sim, responda as questões 10 e 11. Caso tenha sido Não, por favor, responda a partir da questão 12. *

10. Dos temas abaixo quais fazem mais sentido para a formação dos jovens durante a trilha de letramento ou formação política? (pode assinalar mais que 1 alternativa):
( ) Papéis e responsabilidades dos 3 Poderes
( ) Sistema eleitoral brasileiro e eleições
( ) Participação dos jovens na política do município
( ) Cidadania e Cultura democrática
( ) Fortalecimento da participação cidadã
( ) Elaboração de Propostas de Indicação, Requerimento e Projeto de Lei
( ) Direitos e Deveres das Juventudes
( ) Não desejo declarar

11. Em uma escala de 1 a 5, onde: 1 totalmente insatisfeito, 2 insatisfeito, 3 neutro, 4 satisfeito, 5 totalmente satisfeito, como você avalia os conteúdos da trilha de letramento ou da formação política desenvolvida no Parlamento Jovem? *
( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4

( ) 5
( ) Não sei avaliar
( ) Não desejo declarar

12. Você já participou ou acompanhou a visita de algum participante do Parlamento Jovem na Câmara Municipal? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Não desejo declarar

13. Você foi responsável por auxiliar algum participante do Parlamento Jovem na elaboração da Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de Lei para o Parlamento Jovem? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Não desejo declarar

14. Você, na condição de vereador(a) oficial, já apresentou e/ou já influenciou os demais vereadores a aprovarem Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de Lei apresentados pelo Parlamento Jovem? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Não desejo declarar

15. Você saberia dizer se a Câmara Municipal colocou em prática a Indicação, Requerimento ou Proposta de Projeto de Lei apresentados pelos participantes do Parlamento Jovem? *

( ) Sim
( ) Não
( ) Não sei dizer
( ) Não desejo declarar

16. Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa nada e 5 representa muito, quanto o Parlamento Jovem colabora para que os vereadores oficiais fiquem atentos às necessidades da população? *

( ) 1
( ) 2
( ) 3
( ) 4
( ) 5
( ) Não sei avaliar
( ) Não desejo declarar

17. Como você avalia o Parlamento Jovem no que se refere a representatividade e participação dos jovens? Caso não queira responder, por favor, escreva "Não desejo declarar". *

_____

18. Você teria propostas de melhoria para o Parlamento Jovem? Caso não queira responder, por favor, escreva "Não desejo declarar". *

_____

Apêndice 4. Modelos de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto de pesquisa: "**EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"**

Pesquisadora Responsável: **Margareth Ribeiro da Silva**

Nome do participante: _____

Data de nascimento: ___/___/_____

Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado "**EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"** de responsabilidade da pesquisadora **Margareth Ribeiro da Silva**.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra da pesquisadora responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

1. O trabalho tem por objetivo analisar a contribuição do Programa Parlamento Jovem para o desenvolvimento do letramento político de jovens, em duas iniciativas: uma pública, pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP e, uma privada no município de Matão-SP. Para efetivar esta pesquisa será realizado um estudo comparado dos modelos dos Programas Parlamento Jovem nas duas localidades, considerando jovens de 14 a 24 anos participantes dos mandatos de 2021 a 2024.

2. A forma de contatar os (as) participantes se dará por e-mails para os quais serão enviados o link do *Google Forms* contendo o Termo de Consentimento e o Questionário, fornecidos pela pesquisadora, a partir da aprovação do Comitê de Ética, da anuência institucional (já obtida conforme Anexos 1 e 2) e da aprovação dos responsáveis legais, no caso dos menores.
A participação nesta pesquisa consistirá em estudo comparado, através de consulta a dados e documentos obtidos junto à Escola do Legislativo dos dois municípios e Instituto Votorantim e seu parceiro técnico Instituto Terroá. Serão aplicados questionários online, semiestruturados. Utilizaremos 3 modelos de questionário para os participantes do PPJ: 1- para os jovens, 2- para

os implementadores e 3- para os representantes políticos, com perguntas elaboradas visando levantar informações e percepções sobre as contribuições da jornada de letramento político e resultados encontrados nos mandatos de 2021 a 2024 considerando o número de Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei elaborados pelos jovens do PPJ de ambos os municípios.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos mínimos. Nenhum participante será exposto e terão seus direitos preservados e assegurados. Caso a pesquisadora perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, será discutido imediatamente com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP

4. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão oportunizar o acesso a informações que possibilitem realizar o estudo comparado do PPJ de Araraquara e Matão-SP, a partir da percepção e atuação dos jovens, dos implementadores e dos representantes políticos participantes do programa. A contribuição da pesquisa para a comunidade estará na visibilidade do PPJ no que diz respeito a representatividade das juventudes, de como exercitam o aprendizado adquirido durante a trilha de letramento ou formação política e como suas propostas são tratadas pela Câmara Municipal.

5. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.

6. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pela pesquisadora.

7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

8. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

9. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com **Margareth Ribeiro da Silva**, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: **(16) 997031082**, e-mail: **mrsilva123@uniara.edu.br**, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 - bloco C, no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: (16) 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min, e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: conep@saude.gov.br.

Eu, _____, RG nº _____ declaro ter sido informado e concordo em ser participante do Projeto de pesquisa acima descrito.

Cidade: _____, ____ de _____ de 20___.

_____
Assinatura do participante

_____
Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Pais e/ou responsável legal do menor)

Título do Projeto de pesquisa: "**EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"**

Pesquisadora Responsável: **Margareth Ribeiro da Silva**
Nome do participante: _____
Data de nascimento: ___/___/_____

Meu filho /Minha Filha está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado "**EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"** de responsabilidade da pesquisadora **Margareth Ribeiro da Silva**.

Srs. Pais e/ou responsáveis: Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite que seu/sua filho (a) faça parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra da pesquisadora responsável pela pesquisa. Saiba que você tem total direito de não autorizar a participação de seu/sua filho (a).

A participação é voluntária. Você tem total liberdade para decidir se autoriza seu filho (a) participar e, mesmo tendo autorizado a participação dele (dela) inicialmente poderá mudar de ideia e desistir durante a realização da pesquisa.

1. O trabalho tem por objetivo analisar a contribuição do Programa Parlamento Jovem para o desenvolvimento do letramento político de jovens, em duas iniciativas: uma pública, pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP e, uma privada no município de Matão-SP. Para efetivar esta pesquisa será realizado um estudo comparado dos modelos dos Programas Parlamento Jovem nas duas localidades, considerando jovens de 14 a 24 anos participantes dos mandatos de 2021 a 20 24.

2. A forma de contatar os (as) participantes se dará por e-mail para os quais serão enviados o link do *Google Forms* contendo o Termo de Consentimento e o Questionário, fornecidos pela pesquisadora, a partir da aprovação do Comitê de Ética, da anuência institucional (já obtida conforme Anexos 1 e 2) e da aprovação dos responsáveis legais, no caso dos menores.
A participação nesta pesquisa consistirá em estudo comparado, através de consulta a dados e documentos obtidos junto à Escola do Legislativo dos dois municípios e Instituto Votorantim e seu parceiro técnico Instituto Terroá. Serão aplicados questionários online, semiestruturados. Utilizaremos 3 modelos de questionário para os participantes do PPJ: 1- para os jovens, 2- para os implementadores e 3- para os representantes políticos, com perguntas elaboradas visando levantar informações e percepções sobre as contribuições da jornada de letramento político e resultados encontrados nos mandatos de 2021 a 2024 considerando o número de Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei elaborados pelos jovens do PPJ de ambos os municípios.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos mínimos. Nenhum participante será exposto e terão seus direitos preservados e assegurados. Caso a pesquisadora perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, será discutido imediatamente com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP

4. Os benefícios com a participação nesta pesquisa serão oportunizar o acesso a informações que possibilitem realizar o estudo comparado do PPJ de Araraquara e Matão-SP, a partir da percepção e atuação dos jovens, dos implementadores e dos representantes políticos participantes do programa. A contribuição da pesquisa para a comunidade estará na visibilidade do PPJ no que diz respeito a representatividade das juventudes, de como exercitam o aprendizado adquirido durante a trilha de letramento ou formação política e como suas propostas são tratadas pela Câmara Municipal.

5. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento.

6. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pela pesquisadora.

7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

8. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação. Todos os dados informados através do questionário que ele(a) responderá via e-mail (Questionário *Google forms*) serão tratados de forma confidencial e mantido em sigilo pela pesquisadora, sendo utilizado a letra **J** e um número para os jovens vereadores.

9. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com **Margareth Ribeiro da Silva**, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: **(16) 997031082**, e-mail: **mrsilva123@uniara.edu.br**, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 - bloco C, no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: (16) 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min, e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: conep@saude.gov.br.

Eu, _____, RG nº _____, responsável legal por (nome do menor)_____, nascido(a) em _____/_____/_____, **declaro** ter sido informado (a) e concordo com a participação, do (a) meu filho (a) como participante, no Projeto de pesquisa "**EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"**

Cidade, _____ de _____ de 20____.

_____

Nome e assinatura do pai/responsável legal pelo menor

_____

Nome e assinatura do responsável por obter o consentimento

Apêndice 5. Termo de Confidencialidade e Sigilo

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, **MARGARETH RIBEIRO DA SILVA:** CPF 020.232.498-21, aluna regularmente matriculada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados corporativos a que tiver acesso, relacionados ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado **"EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"**. A presente pesquisa consiste em analisar a contribuição do Programa Parlamento Jovem para o desenvolvimento do letramento político de jovens, em duas iniciativas: uma pública, pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP e, uma privada no município de Matão-SP. Para efetivar esta pesquisa será realizado um estudo comparado dos modelos dos Programas Parlamento Jovem nas duas localidades, considerando os mandatos de 2021 a 2024 para identificar seus resultados nas trajetórias dos jovens .

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:
1. A não utilizar os dados confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não repassar o conhecimento dos dados e informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso aos dados e informações, por meu intermédio.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Dados ou Informação Confidencial significará todo acesso realizado por meio da base de dados sob a guarda da Escola do Legislativo de Araraquara, Escola do Legislativo de Matão, Instituto Votorantim e seu parceiro técnico Instituto Terroá ou junto aos atores sociais vinculados a essas instituições, sob a forma eletrônica, escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo para os Dados da Escola do Legislativo de Araraquara, Escola Legislativa de Matão e Instituto Votorantim e seu parceiro técnico Instituto Terroá fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções administrativas e judiciais que poderão advir.

Comprometo-me também em cumprir Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural."

Araraquara - SP, 18 de novembro de 2024.

Margareth Ribeiro da Silva
MARGARETH RIBEIRO DA SILVA
Mestranda – Bolsista CAPES

Apêndice 6. Termo de Compromisso do Pesquisador Responsável

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP
CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, **Margareth Ribeiro da Silva**, portador do CPF: 020.232.498-21, sou pesquisador responsável do projeto de pesquisa intitulado, **"EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"** comprometo-me a utilizar todos os dados coletados, unicamente, para o projeto acima mencionado, bem como:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Araraquara-Uniara, respeitando assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções vigentes em especial a 466/12 e a 510/16, do Conselho Nacional de Saúde;
- Apresentar dados para o CEP da Uniara ou para a CONEP a qualquer momento, inclusive uma cópia dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados pelos participantes, caso sejam solicitados;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e estudados;
- Assegurar que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto de pesquisa em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- Justificar fundamentadamente, perante o CEP da Uniara ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- Elaborar e apresentar o Relatórios parciais e o Relatório final ao CEP da Uniara;
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 05 (cinco) anos após o término da pesquisa.
- Responsabilizo-me civil e criminalmente pela veracidade das informações declaradas acima.

Araraquara, 18 de Novembro de 2024.

Margareth Ribeiro da Silva

Margareth Ribeiro da Silva
Pesquisador responsável

Apêndice 7. Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE)

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP
CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)

_____, data de nascimento ___/___/___ você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado **"EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"** de responsabilidade da pesquisadora **Margareth Ribeiro da Silva,** por ter feito parte do Parlamento Jovem de 2021 a 2024 em Araraquara ou Matão.

Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra da pesquisadora responsável pela pesquisa.

Saiba que você tem total liberdade para escolher não participar da pesquisa. Sua participação é voluntária e mesmo tendo manifestado interesse inicialmente poderá mudar de ideia e desistir durante a realização da pesquisa.

Vai acontecer umas coisas bacanas, caso aceite participar da pesquisa, como: aprender a manifestar sua opinião sobre a sua experiência no Parlamento Jovem e aprender a usar o computador para responder questionário on line. Podem acontecer coisas chatas também, por exemplo se sentir incomodado ou triste por ter dificuldade com o computador e não conseguir responder o questionário. Caso você tenha alguma dúvida a pesquisadora dará total apoio a você.

Algumas informações importantes para te ajudar a decidir se aceita ou não participar:

1. O trabalho tem por objetivo analisar a contribuição do Programa Parlamento Jovem para o desenvolvimento do letramento político de jovens, em duas iniciativas: uma pública, pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP e, uma privada no município de Matão-SP.

2. A forma de contato com você será por e-mail onde receberá o link do Google Forms, através das instituições que desenvolveram o programa, contendo convite para sua participação, o Termo de Consentimento e o Questionário, fornecidos pela pesquisadora, a partir da aprovação do Comitê de Ética, da anuência institucional e da aprovação dos seus responsáveis legais.
O questionário será online, semiestruturado, com perguntas elaboradas visando colher informações e percepções sobre as contribuições da jornada de letramento político e resultados encontrados nos mandatos de 2021 a 2024 considerando o número de Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei elaborados pelos jovens do PPJ de ambos os municípios.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos mínimos. Nenhum participante será exposto e terão seus direitos preservados e assegurados. Caso a pesquisadora perceber qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, será discutido imediatamente com os

Rubrica do pesquisador: _____. Rubrica do participante/responsável: _____. Página 1 de 3

participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informar o sistema CEP/CONEP

4. Os benefícios com sua participação nesta pesquisa serão oportunizar o acesso a informações que possibilitem realizar o estudo comparado do PPJ de Araraquara e Matão-SP, a partir da percepção e atuação dos jovens, dos implementadores e dos representantes políticos participantes do programa. A contribuição da pesquisa para a comunidade estará na visibilidade do PPJ no que diz respeito a representatividade das juventudes, de como exercitam o aprendizado adquirido durante a trilha de letramento ou formação política e como suas propostas são tratadas pela Câmara Municipal.

5. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação, no entanto, caso haja qualquer despesa decorrente desta participação haverá o seu ressarcimento pela pesquisadora.

6. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

7. Seu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejar terá livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação. Todos os dados informados através do questionário (Questionário Google forms) serão tratados de forma confidencial e mantido em sigilo pela pesquisadora, sendo utilizado a letra **J** e um número para sua resposta.

9. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

<u>Certificado de Assentimento</u>

Eu _____, nascido em ___/___/_____ entendi que a pesquisa é sobre o Programa Parlamento Jovem e tem por objetivo analisar a contribuição do Programa para o desenvolvimento do letramento político de jovens, em duas iniciativas: uma pública, pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP e, uma privada no município de Matão-SP e que para efetivar esta pesquisa será realizado um estudo comparado dos modelos dos Programas Parlamento Jovem nas duas localidades, considerando jovens de 14 a 24 anos participantes dos mandatos de 2021 a 2024. Para isso serão aplicados questionários online, semiestruturados para os participantes do PPJ, com perguntas elaboradas visando levantar informações e percepções sobre as contribuições da jornada de letramento político e resultados encontrados nos mandatos de 2021 a

2024 considerando o número de Indicações, Requerimentos e Projetos de Lei elaborados pelos jovens do PPJ de ambos os municípios.

Eu, _____, RG nº _____, responsável legal por (nome do menor)_____, nascido(a) em _____/_____/_____, declaro ter sido informado (a) e concordo com a participação, do (a) meu filho (a) como participante, no Projeto de pesquisa **"EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO"**.

Nome e/ou assinatura da criança/adolescente:_____.
Nome e assinatura dos pais/responsáveis: _____.
Nome e assinatura do pesquisador responsável por obter o consentimento: _____.

Cidade, ____ de _____ de 20___.

Apêndice 8. Aprovação Comitê de Ética

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO POLÍTICA PARA A JUVENTUDE: PARLAMENTO JOVEM E OS DESAFIOS DO LETRAMENTO POLÍTICO

Pesquisador: MARGARETH RIBEIRO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 86377225.0.0000.5383

Instituição Proponente: ASSOCIACAO SAO BENTO DE ENSINO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.688.988

Apresentação do Projeto:

As informações abaixo foram extraídas dos documentos PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2491690.pdf e PrOJETOCOMITE.pdf inseridos na plataforma.

Resumo: No Brasil, têm sido desenvolvidas políticas públicas, programas e projetos, dos setores público e privado, com o intuito de atender a demanda de propiciar que as instituições trabalhem conteúdos fundamentais à compreensão sobre o funcionamento da democracia e do sistema político brasileiro assim como acerca do exercício da cultura política junto à juventude. Entre tais iniciativas destaca-se o Programa Parlamento Jovem, que se encontra presente em diferentes municípios brasileiros, e também, em distintos espaços legislativos (Câmaras e Assembleias). Diante do exposto, a presente pesquisa consiste em analisar a contribuição do Programa Parlamento Jovem para o desenvolvimento do letramento político de jovens, em duas iniciativas: uma pública, pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara-SP e, uma particular no município de Matão -SP. Ambas experiências objetivam conscientizar os jovens, com idade entre 14 e 18 anos, sobre o funcionamento, importância e responsabilidade dos poderes, com destaque para o Legislativo. Para efetivar esta pesquisa será realizado um estudo comparado dos modelos dos Programas Parlamento Jovem nas duas localidades considerando os mandatos de 2021 a 2024 para identificar seus resultados nas trajetórias dos jovens participantes. A metodologia será composta por análise documental, aplicação de

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309 - Bloco C - Sala do CEP da Uniara
Bairro: Centro **CEP:** 14.801-320
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3301-7263 **Fax:** (16)3301-7144 **E-mail:** comitedeetica@uniara.com.br

participação de todos (as) ocorrerá de maneira voluntária. Caso seja identificado pelo pesquisador qualquer possibilidade de dano ao participante, decorrente da participação na pesquisa, será discutido imediatamente com os participantes as providências cabíveis, que podem incluir o encerramento da pesquisa e informação o sistema CEP/CONEP. A pesquisadora disponibilizará seu e-mail e whats app para que os participantes possam acessá-la a qualquer momento, caso identifiquem qualquer abordagem que lhes causem danos ou incômodos.

Benefícios

Essa pesquisa se propõe, através do estudo comparado, a fornecer dados e informações sobre o PPJ e seus desafios para o letramento político, identificando a partir das percepções dos sujeitos envolvidos: jovens participantes do PPJ de Araraquara e Matão, implementadores do programa e representantes políticos as oportunidades de avanço em programas dessa natureza. Também é esperado que a pesquisa possa contribuir para despertar o interesse de outros municípios na implementação do PPJ, ampliando as oportunidades de participação e acesso dos jovens a partir da experiência junto ao legislativo municipal. Outro benefício é que o resultado da pesquisa possa contribuir e inspirar outros estudos sobre os desafios do letramento político em municípios que já implantaram o PPJ ou naqueles que pretendem construir programas dessa natureza.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Todos os "Comentários e Considerações sobre a Pesquisa" estão apresentados no campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as "Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória" estão apresentados no campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Este Comitê recomenda aos pesquisadores respeitarem o que foi descrito, na íntegra, neste projeto e que sigam as Resoluções 466/2012 (saúde) e Nº510/2016 (humanas) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) as quais nos fundamentamos para a análise ética das pesquisas endereçadas a este Comitê. Em caso de dúvidas ou outras ocorrências surgidas no andamento do projeto, colocamo-nos à disposição dos pesquisadores.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No que concerne às atribuições do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos, segundo as Resoluções nº466/12 a nº510/16 CNS, e a Norma Operacional nº001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do Protocolo de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Projeto de pesquisa encontra-se adequado e aprovado, de acordo com colegiado e com as normativas vigentes. Qualquer alteração que venha ocorrer, em especial Eventos Adversos, pedimos a gentileza de informar este CEP por meio de Emenda e/ou Notificação, junto a Plataforma Brasil e, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa solicitamos o encaminhamento do Relatório Parcial, e após a conclusão do mesmo o envio do Relatório Final, procedimentos esses de cunho obrigatório.b

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2491690.pdf	05/06/2025 20:26:30		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_corrigido.docx	05/06/2025 20:11:49	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
Outros	Carta_resposta_m.PDF	05/06/2025 20:08:34	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_CORRIGIDA.pdf	05/06/2025 20:08:07	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
Outros	TCLEPAIS.doc	06/02/2025 16:03:12	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
Outros	TCLEATUAL.doc	06/02/2025 16:02:58	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	folharostomargoassinada.pdf	29/01/2025 11:45:50	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
Outros	questionario3Representantespoliticos.docx	28/01/2025 18:23:57	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
Outros	Questionario2_Implementadores.docx	28/01/2025 18:23:38	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
Outros	Questionario1JovensPPJ.docx	28/01/2025 18:23:21	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	termosigilo.doc	28/01/2025 18:22:45	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito

Justificativa de Ausência	termosigilo.doc	28/01/2025 18:22:45	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMOCOMPROMISSO.doc	28/01/2025 18:22:38	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	28/01/2025 18:22:30	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	CONSTITUCIONALMATAO.pdf	28/01/2025 18:22:01	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	CONSENTIMENTOCAMARARAFAELDEANGELI.pdf	28/01/2025 18:21:54	MARGARETH RIBEIRO DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

ARARAQUARA, 04 de Julho de 2025

Assinado por:
Andréa Corrêa Carrascosa
(Coordenador(a))